

AGRICULTURA
NO MERCOSUL, CHILE E BOLIVIA

2001

IICA



Agricultura
no MERCOSUL,
Chile e Bolívia
2001



Mayo-28/01.
CENTRO DE INFORMACION Y DOCUMENTACION

“RODRIGO PEÑA”

IICA - COLOMBIA



Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura
Agricultura no MERCOSUR, Chile e Bolívia.
IICA. Centro Regional Sul.

Carlos E. Aquino González
Diretor-Geral

Larry Boone
Vice-Diretor-Geral

Helio de Macedo Soares
Diretor Regional Sul

José Alfonso Chirinos
Diretor Regional Sul Adjunto

Gonzalo Estefanell
Representante do IICA na Argentina

Aldo Moreira Lima
Representante do IICA no Brasil, a.i.

José Nagel Amaro
Representante do IICA no Chile

Roberto Casás
Representante do IICA no Paraguai

Tomás Mulleady
Representante do IICA no Uruguai

Roberto M. Bocchetto
Secretário Executivo do PROCISUR
(Programa Cooperativo para o Desenvolvimento
Tecnológico dos Países do Cone Sul)

Marcelo Duncan
Secretário Executivo do PROCODER
(Programa Cooperativo de Desenvolvimento Rural dos
Países do Cone Sul)

Waldo Espinoza
Secretário Executivo do PROCITRÓPICOS
(Programa Cooperativo de Pesquisa e Transferência de
Tecnologia para os Trópicos Sul-americanos)





CENTRO REGIONAL SUL

Argentina - Brasil - Chile - Paraguai - Uruguai

MISSÃO

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o órgão especializado em agricultura do Sistema Interamericano. Tem como missão estimular, facilitar e apoiar a cooperação técnica entre seus 34 Estados Membros e as organizações da sociedade civil, tendo em vista o desenvolvimento sustentável da agricultura e o espaço rural.

TRAJETÓRIA

Em seus 59 anos de experiência acumulada, o Instituto tem merecido, pelo trabalho realizado, o respeito de governos e sociedades da América e outras partes do mundo.

ESTRUTURA DE GOVERNO

- Junta Americana de Agricultura

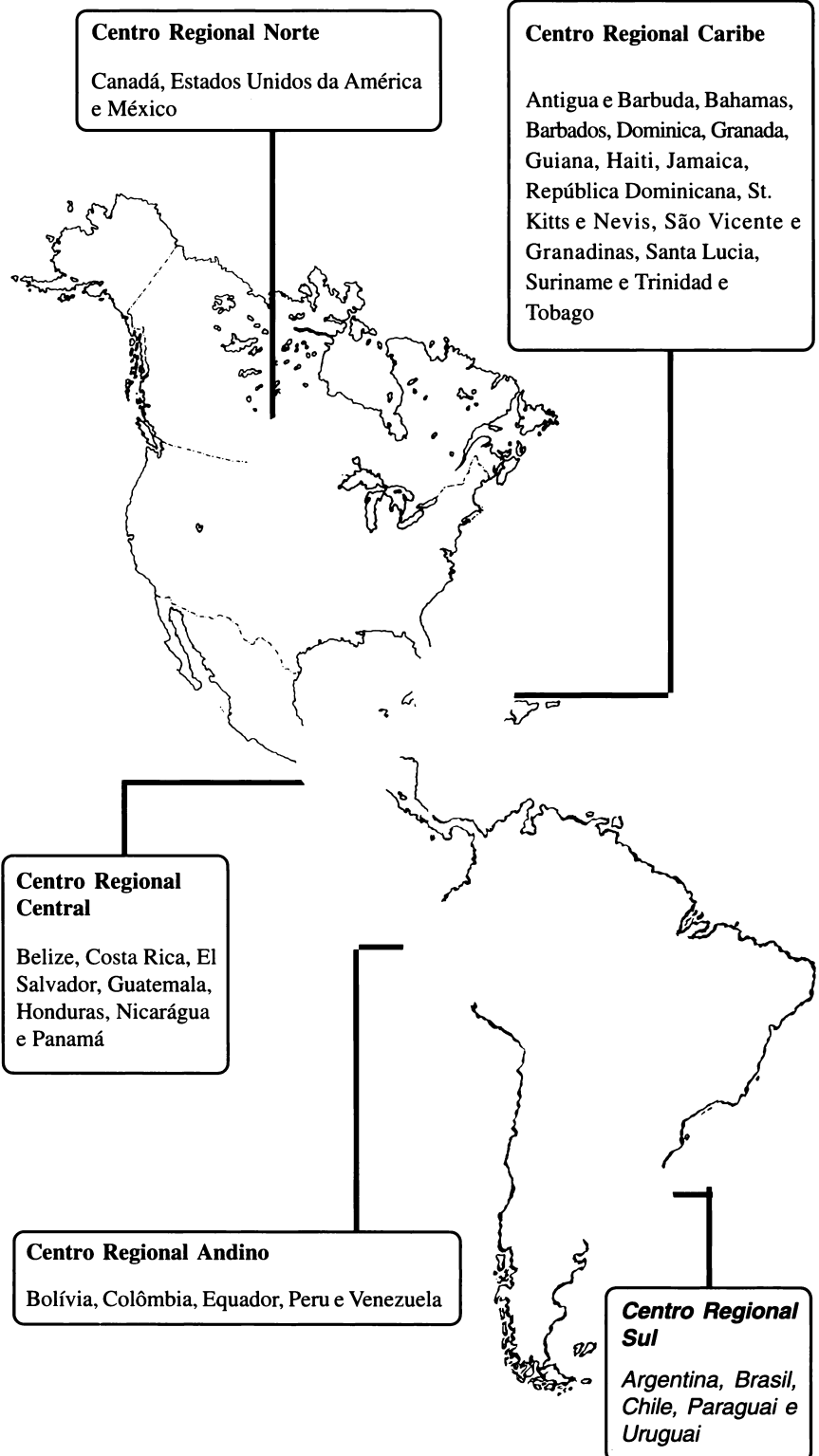
Máximo Órgão de governo. Constituído por oficiais dos 34 Estados Membros.

- Comitê Executivo

Segundo Órgão Diretivo, integrado por 12 Estados Membros escolhidos com base na rotatividade.

- Direção Geral

Órgão Executivo. Está conformado por todas as unidades executivas, técnicas e administrativas.



SERVIÇOS QUE O IICA OFERECE

- a) Elaboração de estudos de factibilidade e projetos técnicos.
- b) Assessoria especializada no desenho de metodologias, estratégias e instrumentos de análise.
- c) Implementação e administração gerencial de projetos.
- d) Desenho e realização de cursos especializados de capacitação e educação.
- e) Desenho e manipulação de mecanismos e redes especiais.
- f) Elaboração e manipulação de sistemas, difusão de informação, documentação e diferentes meios de comunicação.
- g) Organização de fóruns técnicos e políticos, feiras, exposições e outros eventos.
- h) Edição, desenho e publicação de livros; produção radiofônica e de vídeos.

O IICA HOJE

Ao longo de sua história institucional, o IICA tem desenvolvido capacidade suficiente de se transformar para estar à altura das novas demandas das sociedades americanas e das agendas internacionais. Em consonância com esta trajetória, recolhe o mandato dos Países Membros para que, ao mesmo tempo que brinda sua cooperação técnica aos países, implemente um intenso processo de transformação institucional. Desta maneira, poderá enfrentar melhor os desafios das sociedades que vivem processos acelerados de mudança e que exigem respostas rápidas, eficientes e flexíveis.

A firme decisão de melhorar e crescer, com uma clara orientação em direção da excelência e qualidade, está rendendo frutos.

O IICA é hoje uma instituição sólida, enraizada nas realidades dos países que o integram, com um enorme potencial informativo, tecnológico, administrativo e cognitivo, visando ao desenvolvimento sustentável da agricultura das Américas.

A COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em consonância com a inserção internacional dos países e com os mandatos estabelecidos no Plano de Médio Prazo 1998-2002, o Instituto tem desenvolvido esforços hemisféricos nas seis principais áreas estratégicas de sua cooperação técnica. O IICA centraliza seus esforços em acompanhar os países em seus processos de negociações comerciais; no reforço da sanidade agropecuária e da inocuidade de alimentos; no desenvolvimento de inovações tecnológicas e no fortalecimento de suas redes e sistemas de tecnologia; em seus planejamentos de desenvolvimento rural, concentrados na geração de investimentos e em emprego, no desenvolvimento de microempresas com perspectivas temáticas de gênero, mulher e jovens; em seus processos de transformação das instituições de educação e capacitação agropecuária média e superior, de seus currículos acadêmicos e de formação de recursos humanos; bem como nos importantes processos de informação e de comunicações, recursos fundamentais para a tomada de decisões e o desenvolvimento agroalimentar e rural das Américas.

POLÍTICA E COMÉRCIO

Para os países, o comércio, as negociações comerciais, suas técnicas e a informação, assim como a implementação dos acordos, o fomento das exportações e dos mecanismos internos de mercado, constituem elementos-chave nos processos de inserção internacional e de integração. Nessa área, o objetivo da cooperação do IICA foi o de colaborar com os países no sentido de que estes tenham maior capacidade para a) negociar e administrar acordos comerciais agropecuários; b) harmonizar políticas para a agricultura; e c) formular e executar estratégias, políticas e programas destinados a aumentar a competitividade.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS

A pesquisa e a transferência de tecnologia, bem como a inovação tecnológica ao longo da cadeia “da fazenda à mesa do consumidor”, são ferramentas essenciais e prioritárias na perspectiva integral da competitividade, da integridade e da produtividade nos contextos de abertura, integração e hipercompetitividade.

Nessa área, o objetivo da cooperação do IICA tem sido o de colaborar com os países para que consigam adquirir maior capacidade de: a) elaborar políticas tecnológicas; b) criar e consolidar sistemas nacionais e hemisféricos; c) facilitar a transferência internacional de conhecimento; e d) fomentar o desenvolvimento institucional para o manejo sustentável dos recursos naturais.

SANIDADE AGROPECUÁRIA E INOCUIDADE DE ALIMENTOS

A sanidade agropecuária e a inocuidade de alimentos, associadas ao comércio e, ainda, como assuntos de saúde pública, são amplamente necessárias e crescentemente avaliadas pelos países. Nessa área, o objetivo da cooperação do IICA tem sido o de colaborar com os países e suas instituições afeitas à sanidade e à inocuidade de alimentos para que estas alcancem maior capacidade de formular e executar políticas e programas que visem a que os produtos de origem animal e vegetal cumpram com as mais rigorosas normas de sanidade e higiene e possam, assim, competir com vantagem nos mercados internacional e nacional.

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento rural sustentável, visto como desenvolvimento de um conjunto de atividades agrícolas e não-agrícolas territorialmente localizadas no âmbito de determinadas regiões e localidades, constitui importante via para concentrar as ações voltadas ao aumento da competitividade e da capacidade humana, bem como para influir nos desequilíbrios regionais que se estão produzindo nos países.

Nesse campo, o objetivo da cooperação do IICA tem sido o de colaborar com os países com vistas a que tenham maior capacidade para elaborar políticas e executar estratégias e programas de desenvolvimento rural que contribuam para aumentar a competitividade e reduzir a pobreza rural.

Para apoiar de maneira mais efetiva as ações do Instituto rumo ao incremento das capacidades dos países, definiu-se um campo prioritário de ações, orientado ao melhoramento das condições de vida nas comunidades rurais.

EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Atualmente, a capacitação e a educação afiguram-se como de suma importância para atingir-se a sustentabilidade da agricultura e do meio rural sobre bases equitativas, competitivas e de gerenciamento agroempresarial dos recursos naturais e do meio ambiente.

Nesse contexto, o objetivo do IICA tem sido o de colaborar com os países, suas universidades, centros acadêmicos e organizações de produtores, com vistas a elevar suas capacidades de: a) planejamento estratégico para o desenvolvimento acadêmico, a atualização curricular e a capacitação pedagógica; e b) construir mecanismos e redes de intercâmbio e de cooperação horizontal.

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO

A informação e as comunicações para o desenvolvimento representam um dos mais poderosos instrumentos no incremento da competitividade, no aproveitamento das oportunidades de mercado e de investimento, na diminuição de custos e na elevação das capacidades. Nos contextos de abertura e integração, a informação e as comunicações constituem meios estratégicos para o desenvolvimento equilibrado das regiões, o aproveitamento do potencial produtivo e comercial e o aumento das capacidades humanas.

O objetivo da cooperação do IICA, nesse sentido, tem sido o de promover a utilização de meios modernos de comunicação, assim como intercâmbio, acesso, manejo e análise de informação relevante entre as organizações especializadas nessa área.

ÍNDICE

Apresentação do Diretor do Centro Regional Sul do IICA	17
--	----

1ª SEÇÃO

POTENCIALIDADES E PROBLEMÁTICA DA PRODUÇÃO AGROALIMENTAR DO MERCOSUL

• O MERCOSUL agroalimentar e a Ásia da Costa do Pacífico	22
Jorge Castro	
• A competitividade do setor agropecuário do MERCOSUL	25
Héctor Huergo	
• O MERCOSUL ante os subsídios agrícolas dos países altamente desenvolvidos	28
João Carlos de Souza Meirelles	
• A política agroalimentar do MERCOSUL. A contribuição dos Organismos Internacionais.	30
Alvaro Ramos Trigo	
• Semeadura direta e Biotecnología. Uma oportunidade para o MERCOSUL.	33
Víctor H. Trucco	
• Ensinamentos para o MERCOSUL do êxito exportador chileno no âmbito da hortifruticultura.	36
Antonio Yaksic	
• Os impactos econômicos dos agronegócios para o MERCOSUL	39
Decio Zylbersztajn .	

2ª SEÇÃO

ENDEREÇOS

• Endereços do MERCOSUL, Chile e Bolívia	43
--	----

3ª SEÇÃO

GRÁFICOS

ÂMBITO FÍSICO E ECONÔMICO	54
· Área e população	
PRODUÇÃO	54
· Produto Interno Bruto Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia	
· Produto Interno Bruto Tratado de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA; União Européia, MERCOSUL + Chile e Bolívia; China; Associação das Nações da Ásia Sudoriental ASEAN; Rússia	
· Participação do MERCOSUL no PIB Latino-americano	55
· Crescimento do PIB regional (em porcentagem)	55
· Fluxos acumulados de IED 1990-1999	55
COMÉRCIO	56
· Estrutura de Exportações do Mercosul	
· Distribuição geográfica das Exportações do MERCOSUL	
· Importações do MERCOSUL	57
· Comércio Intrarregional como porcentagem do comércio total por bloco	57
COMÉRCIO E COMPETITIVIDADE	58
· Participação do MERCOSUL no comércio mundial de alimentos	
ABERTURA	59
· Regime de adequação intra MERCOSUL	
· Tarifa Externa Comum do MERCOSUL	
· Média Tarifária no MERCOSUL	
COMÉRCIO MERCOSUL - ÁSIA PACÍFICO	60
· Participação da Região Asiática da costa do Pacífico no comércio total do MERCOSUL	
· Destino das exportações do MERCOSUL	
· Origem das exportações do MERCOSUL	
· Balança comercial MERCOSUL - Ásia Pacífico	

MERCOSUL. ESTRUTURA DO COMÉRCIO

• Carnes	61
• Laticínios	62
• Cereais	63-64
• Óleo	65
• Café, chá e erva	66
• Açúcar	67
• Frutas	68-69
• Hortaliças	70
• Tabaco	71
• Algodão	72
• Lãs	73
• Madeira	74
• Papel	75
• Oleaginosas	76

APRESENTAÇÃO DO DIRETOR DO CENTRO REGIONAL SUL DO IICA

A assinatura do Tratado de Assunção, firmado pelos Governos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, completa dez anos de importantes realizações, que permitiram inserir a Região nos atuais cenários mundiais de integrações regionais e de blocos.

O alcance e o potencial do MERCOSUL encontram-se à vista: nesses dez anos, é impossível negar as vantagens advindas das alterações radicais que deixaram para trás uma configuração geopolítica na qual os países da Região competiam diretamente entre si na disputa pelos mercados externos.

Os avanços alcançados pelo MERCOSUL animaram os países da Comunidade Andina de Nações (CAN), constituída por Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela a buscar uma aproximação estreita junto aos países do Cone Sul, com a finalidade de engendrar um bloco sólido, o que levaria a uma integração comercial completa de toda América do Sul.

Obviamente, nem tudo foi êxito. O simples fato de a maioria dos sócios estar indicando a necessidade de um “relançamento” do processo, com a finalidade de emprestar maior dinamismo do que o que se tem mostrado nos últimos meses, indica que são indispensáveis alguns ajustes que permitam uma maior eficiência e evitem um esgotamento desse processo.

Têm surgido, como era de se esperar, problemas novos, os quais devem ser resolvidos com presteza. O surgimento de focos de enfermidades no gado e nas plantas torna imprescindível a necessidade de uma maior integração regional, como condição para evitar uma desqualificação que poderia afetar o conjunto de Países.

Conquanto se tenha avançado consideravelmente no tema da sustentabilidade da produção agropecuária, fica também evidente que resta muito por fazer caso se deseje evitar uma crise de maiores proporções, no médio prazo. No artigo “Semeadura direta e Biotecnologia, uma oportunidade para o MERCOSUL”, é colocado um roteiro sobre o que se deveria fazer com relação a esse tema, incorporando a ciência e a tecnologia ao desenvolvimento.

Neste anuário, são apresentadas também realizações e avanços. O Chile obteve, nos últimos 25 anos, um impulso sem precedentes na América Latina, como exportador de frutas e hortaliças frescas. E, embora o conjunto de situações características e estratégias usadas pelos produtores chilenos não seja exatamente extensível, a experiência pode deixar ensinamentos valiosos, tanto de êxitos como das limitações e fracassos.

No artigo “O MERCOSUL agroalimentário e a Ásia-Pacífico”, o autor reconhece a capacidade dos países do bloco MERCOSUL, os quais, apesar de não poderem mostrar notórias vantagens comparativas em tecnologia, como no caso do Estados Unidos da América, nem uma mão-de-obra barata e abundante, como no caso dos países da Ásia-Pacífico, têm claras vantagens na abundância de recursos naturais. Levando em consideração somente os quatro países que configuram o MERCOSUL, estes contam com treze milhões de quilômetros quadrados de diversos microclimas e zonas ecológicas, o que faz com que o bloco regional tenha como denominador comum sólidas vantagens comparativas na cadeia agroalimentar. Isso levará a que o bloco se converta, mais cedo ou mais tarde, num grande protagonista do comércio mundial de alimentos, o que será reforçado pelo potencial do mercado asiático, cuja proximidade com a Região se fará por meio do Chile ou do grupo de países do CAN.

No entanto, a política de subsídios dos países altamente desenvolvidos é uma barreira importante, que limita e põe um freio às possibilidades desse processo, o que necessita ser analisado pelos governos, para que, em bloco, apresentem posições claras sobre o assunto.

No trabalho “A Política Agroalimentária do MERCOSUL. A Contribuição dos Organismos Internacionais”, é destacada a importância destes últimos em influir sobre a visão dos formadores de opinião e as instituições que decidem sobre as políticas do setor agropecuário, o qual não pode ser analisado como um setor primário desligado das alianças estratégicas entre Estados, das redes de cooperação e informação, dos programas de cooperação técnico-científicos de geração e transferência e com uma forte e congruente integração junto ao setor privado.

Todos os demais artigos indicam as enormes potencialidades, embora não desenvolvidas em sua plenitude, de converter-se o MERCOSUL + Bolívia + Chile, no curto prazo, em um dos principais celeiros do mundo. Esse é o resultado das análises que são feitas sobre o que os agronegócios podem significar no futuro da Região.

A Direção Regional Sul do IICA busca apresentar, neste anuário, assim como nos anteriores, propostas de discussão que não sejam apenas desafiadoras, para fazer avançar essa aventura comum entre os países e os organismos de cooperação técnica, como o IICA, para desenvolver o setor dentro dos países do MERCOSUL, visando à especialização produtiva no negócio de alimentos; mas também para mostrar, por meio de cifras, quadros e estatísticas, os novos caminhos que estão sendo abertos e os sucessos alcançados nos escassos dez anos de vida que tem o Tratado de Assunção, desde que foi firmado, em 1991.

Helio de Macedo Soares
Diretor Regional Sul - IICA

1ª SEÇÃO

**POTENCIALIDADES E PROBLEMÁTICA DA
PRODUÇÃO AGROALIMENTAR DO MERCOSUL**

O MERCOSUL AGROALIMENTAR E A ÁSIA DA COSTA DO PACÍFICO

Jorge Castro*

A característica central da época histórica na qual vivemos é a aceleração do ritmo da globalização do sistema produtivo mundial, impulsionada por uma formidável revolução tecnológica sustentada nos adiantamentos registrados em matéria de informática e telecomunicações, aos que começam a somar-se agora os incessantes avanços no terreno da biotecnologia.

O avanço da globalização implica uma tendência voltada para uma crescente abertura internacional das economias. Ano após ano, o comércio mundial aumenta a um ritmo superior à média do crescimento da economia mundial e os investimentos estrangeiros diretos crescem ainda mais que as transações comerciais.

Neste contexto global de abertura econômica generalizada e exacerbação da concorrência internacional, já não é viável gerar vantagens competitivas que não estejam sustentadas em sólidas vantagens comparativas. A última grande crise financeira internacional, desatada em meados de 1997 no sudeste asiático, revelou precisamente o esgotamento de um modelo de desenvolvimento, outrora exitoso, fundado na criação artificial de vantagens competitivas.

É impossível formular uma estratégia eficiente se não se parte de um diagnóstico correto. Isto implica assumir que, diferentemente ao que acontecia nas décadas anteriores ao fenômeno da globalização, nas condições do mundo de hoje, cada vez existem menos possibilidades de encarar o desenvolvimento de atividades econômicas que não sejam imediatamente competitivas em nível internacional.

As vantagens comparativas podem ser de três tipos: uma mão-de-obra abundante e barata; um alto e incessante desenvolvimento científico e tecnológico; e uma provisão de recursos naturais. Sobre esses três tipos de vantagens comparativas, está em andamento uma drástica e profunda redefinição da geografia econômica mundial.

Esse novo desenho apresenta duas particularidades cada vez mais nítidas. Em um extremo, os Estados Unidos, e potencialmente os outros países altamente desenvolvidos, são os receptores privilegiados dos investimentos em alta tecnologia. No outro extremo, os países da região asiática da costa do Pacífico, encabeçados pela República Popular da China, tendem a atrair ao seu território os investimentos vinculados com os setores de mão-de-obra intensiva.

Dentro desse quadro geral, que evidentemente apresenta exceções para casos pontuais, os países do MERCOSUL apresentam outra peculiaridade, que constitui o principal eixo estratégico de suas possibilidades de inserção na nova economia mundial. Suas principais vantagens comparativas não residem na alta tecnologia, como acontece com os Estados Unidos, nem na mão-de-obra abundante e barata, como acontece na região asiática da costa da Ásia Pacífico; residem na notória abundância de recursos naturais nos seus territórios.

Todos os países do bloco regional têm como denominador comum suas fortes vantagens comparativas na cadeia agroalimentar. Essas vantagens comparativas, surgidas dos recursos naturais da produção primária, existem e tendem a valorizar-se cada vez mais. O MERCOSUL está em condições de converter-se, em poucos anos, num grande protagonista do mercado mundial de alimentos, uma área de demanda inexoravelmente crescente. Nesse terreno, o bloco regional está em perfeitas condições de competir exitosamente com qualquer país ou bloco de países do mundo, inclusive, obviamente, com os Estados Unidos.

No entanto, os países produtores que dispõem de vastos recursos naturais, como é o caso de todo o MERCOSUL, estão obrigados a trabalhar incessantemente para manter essas vantagens comparativas. Ao incorporar valor agregado, as citadas vantagens comparativas se convertem em efetivas vantagens competitivas.

* Presidente do Instituto de Planejamento Estratégico.

A constante melhoria da produção primária, a partir da contínua absorção dos últimos avanços tecnológicos, em particular das mais recentes inovações biotecnológicas, e de normas cada vez mais exigentes em matéria de qualidade e salubridade, transforma-se em regra inevitável para conservar essas vantagens comparativas.

Entretanto, a especialização primária de origem agropecuária constitui hoje somente o primeiro elo do mercado dos alimentos, que, para adquirir caráter competitivo, requer um altíssimo nível de produtividade. Uma especialização competitiva não se pode restringir, então, à produção primária. Tem que se estender à totalidade da cadeia agroalimentar. Só assim se pode conseguir uma base suficientemente sólida para sustentar, em termos econômicos, a alta tecnologia necessária para competir no mercado de produtos de alto valor agregado.

A REFORMULAÇÃO DO MERCOSUL.

Desde sua implementação, no início de 1991, o MERCOSUL tem constituído um formidável êxito histórico. Num período historicamente breve, os países da região têm avançado num acelerado processo de integração cujos resultados estão à mostra, sobretudo no terreno da multiplicação do intercâmbio comercial entre seus membros e na conseqüente atração de uma forte corrente de investimentos estrangeiros diretos.

Porém, as novas circunstâncias internacionais exigem ir mais adiante. Deve-se lembrar que a criação do MERCOSUL, com o Tratado de Assunção, assinado em 1991, esteve acompanhada por uma simultânea abertura externa das economias locais de seus países membros, especialmente do Brasil e da Argentina. Porque o MERCOSUL sempre esteve concebido como uma resposta conjunta dos países da região aos desafios apresentados pela aceleração do ritmo da globalização da economia mundial.

O MERCOSUL, como projeto econômico e político, jamais foi traçado como a edificação de uma muralha fortificada para isolar a economia da região das grandes coordenadas da economia mundial. Muito pelo contrário, tratou-se de gerar uma plataforma comum de lançamento para melhorar as condições de inserção das economias de cada um de nossos países no cenário da globalização, que estabelece regras de jogo cada vez mais exigentes em matéria de competitividade internacional.

Dessa perspectiva, o MERCOSUL agroalimentar constitui o caminho estrategicamente apropriado para a necessária reformulação do bloco regional, que exige um repensar profundo das suas condições de inserção no mercado mundial, encarada através da ótica do regionalismo aberto.

Deve-se apostar lúcida e deliberadamente na especialização produtiva do MERCOSUL no setor dos alimentos. Numa economia globalizada, o caminho da especialização produtiva na cadeia agroalimentar é, para nossos países, a base estrutural para alcançar melhores níveis de produtividade, que permitirão alcançar maiores níveis de expansão econômica e atrair maiores volumes de investimento nacional e estrangeiro. Essa é a via para alcançar uma crescente diversificação industrial de todas as economias da região.

Os prazos de resolução para este redesenho estratégico do MERCOSUL se abreviam drasticamente em função da aceleração do ritmo de configuração da ALCA, que surge das negociações iniciadas entre o Chile e os Estados Unidos, do impulso que lhe confere a posse da nova administração norte-americana e da agenda proposta para a próxima reunião de cúpula dos presidentes americanos, que se realizará em abril, no Canadá.

A ROTA DO PACÍFICO.

Essa nova visão estratégica, necessária para o fortalecimento do MERCOSUL, a partir de forte especialização produtiva nos diferentes elos da cadeia agroalimentar, está indissolúvelmente vinculada às perspectivas abertas pelo constante crescimento da demanda dos países da região asiática da costa do Pacífico, que, junto à economia norte-americana, constituem, em seu conjunto, a outra grande locomotiva que guia a economia mundial.

As estimativas dos organismos especializados indicam que a metade do crescimento da demanda internacional de alimentos estará concentrada nesses países, encabeçados pela China, uma nação que possui uma população ao redor de 1 bilhão e 250 milhões de habitantes (aproximadamente 20 % da população mundial), que, há mais de duas décadas, tem um ritmo de crescimento anual próximo a 10% e que está às vésperas de completar a abertura de sua economia através do seu iminente ingresso na Organização Mundial de Comércio (OMC).

Às perspectivas que indica o imenso mercado chinês deve-se acrescentar a potencialidade de outros mercados consumidores, do tamanho da Índia, com mais de 1 bilhão de habitantes e um acelerado ritmo de crescimento econômico, da Malásia, da Indonésia e de outros países do sudeste asiático. Tratam-se, em todos os casos, de populações que vivem de baixíssimos níveis de consumo e que, em consequência, na medida em que elevam seu patamar de vida, voltam-se massivamente para um maior consumo de alimentos.

Nesse sentido, as limitações ecológicas da região asiática da costa do Pacífico para satisfazer a crescente demanda alimentar de suas vastíssimas populações oferecem uma oportunidade única para os países do MERCOSUL em seu caminho para se converterem, em pouquíssimos anos, nos

principais protagonistas do mercado mundial de alimentos.

Desse fato também decorre a importância crucial que possui o fortalecimento da associação estratégica entre o MERCOSUL e o Chile. É através dos portos chilenos sobre o Oceano Pacífico que no futuro haverão de circular as fortes correntes exportadoras agroalimentares de todos os países da região em direção à zona de maior crescimento da demanda mundial de alimentos.

O projeto do Corredor Bioceânico, destinado a unir o porto de águas profundas de Sepetiba, nas proximidades do Rio de Janeiro, a seu similar de Mejillones, no norte do Chile, constitui um exemplo desse caminho para a construção de um MERCOSUL bioceânico, plenamente integrado à economia mundial.

A COMPETITIVIDADE DO SETOR AGROPECUÁRIO DO MERCOSUL

Héctor Huergo*

No ano de 2000, os agricultores do mundo todo obtiveram a maior colheita da história, ao recolher 1 bilhão e 900 milhões de toneladas de grãos. No entanto, esta produção não foi suficiente para compensar o crescimento da população: com relação a 1986, a disponibilidade de grãos per capita diminuiu 6%. Hoje, situa-se, em nível mundial, em 325 Kg por habitante.

No MERCOSUL, opostamente, a disponibilidade de grãos per capita aumenta constantemente. Passou de 500 Kg per capita, no início da década de 90, aos 800 kg atuais. E, apesar do grande crescimento da utilização interna de cereais e oleaginosas, o MERCOSUL converteu-se em um grande abastecedor mundial desses insumos alimentícios básicos. Ao mesmo tempo, expandiu suas exportações de proteínas de origem animal, em grande parte produzidas a partir de grãos básicos.

Este fenômeno ocorreu em um marco internacional dominado pela persistência de travas ao comércio de produtos agrícolas. Ainda que, nos anos 90 e sobretudo após a assinatura da Rodada Uruguaí do GATT, tenha havido uma tendência à liberação do comércio de alimentos, o predomínio do protecionismo, a produção e exportação subsidiadas, na maior parte dos países desenvolvidos e em muitos países em desenvolvimento, constituíram um forte contrapeso.

Isso ressalta ainda mais a performance do MERCOSUL agroalimentar, refletindo a extraordinária competitividade, construída a partir da mudança tecnológica e da criação de uma nova estrutura exportadora. Isso lhe permitiu atender a demanda crescente dos novos clientes de alimentos, especialmente os países asiáticos. Se o crescimento do MERCOSUL não tivesse sido engendrado, essa demanda teria determinado uma explosão dos preços agrícolas.

Repentinamente, o MERCOSUL converteu-se

em forte gerador de preços e hoje existe a percepção de que é a nova reserva mundial de alimentos. Esta é uma temática central num mundo que tem deixado de contar com estoques oficiais e no qual as terras não-cultivadas nos países desenvolvidos têm se reduzido a seu nível mínimo.

Os dois grandes componentes que explicam esta expansão da produção são a incorporação de novas terras e o aumento da produtividade. No primeiro caso, o fenômeno se expressa fundamentalmente no Brasil e no Paraguai. Na Argentina, o que predomina é o salto de produtividade, fruto de uma revolução tecnológica sem precedentes.

Ao mesmo tempo, tem-se produzido uma especialização regional, impulsionada pela tendência de valorizar as vantagens competitivas agroecológicas. Assim, o Brasil potencializou a produção de cultivos tropicais e subtropicais, desarticulando seus esforços para os cultivos típicos de zonas temperadas-frias. Dessa maneira, a Argentina converteu-se em um forte produtor e abastecedor de trigo para o mercado brasileiro, o maior importador mundial desse cereal.

A expressão mais contundente da expansão agropecuária do MERCOSUL é o que ocorreu com a soja. A soja converteu-se num insumo fundamental da produção de proteínas animais. Esse apetite pelas proteínas animais foi a mais dramática mudança do último meio século: passou-se de um consumo per capita de 17,2 quilogramas por habitante em 1950, aos 36 quilogramas atuais. A produção mundial, no mesmo período, passou de 44 milhões de toneladas às mais de 200 atuais.

Os produtos pesqueiros contribuíram para satisfazer essa demanda, mas a sobrepesca originou um colapso nos locais de pesca em nível mundial. A produção de porcos e frangos quadruplicou. A aquicultura substituiu parcialmente a pesca. E estas

* Diretor do *Clarín Rural*, Jornal Clarín, Buenos Aires, Argentina.
Ex-Presidente do INTA (Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária), Argentina.
Diretor da Consultoria *Solution Partners*.

atividades de transformação de proteínas vegetais em proteínas animais provocaram uma explosão na demanda de soja. E esta converteu-se na nova colonizadora do MERCOSUL.

A produção de soja atingia apenas 17 milhões de toneladas em 1950. Concentrava-se na China e nos Estados Unidos. Agora a produção supera 150 milhões de toneladas. A terça parte, ou seja, 50 milhões de toneladas, são produzidas no MERCOSUL. E, ainda que também cresça a produção nos EUA, há diferenças de competitividade muito evidentes, que só se compensam por meio de mecanismos de subsídios. Os mecanismos de sustentação estabelecidos pela política agrária norte-americana não são outra coisa além de uma ação defensiva frente à competitividade alcançada pelo MERCOSUL.

Essa competitividade baseia-se na alta produtividade de soja na região, ao que se somam o baixo preço da terra e a possibilidade de operar em escala. O trabalho das companhias de sementes permitiu contar com variedades adaptadas para cada sub-região. O desenvolvimento da semeadura direta teve um papel decisivo, ao permitir reduções substanciais de custos ao mesmo tempo que propiciava maior sustentabilidade aos sistemas. Passou-se de um modelo de rotação agrícola pecuária a um modelo de agricultura permanente, o que significou ganhar terras para a agricultura. A abertura econômica dos anos 90 permitiu incorporar tecnologia também a outros cultivos (principalmente ao do milho), com o que se facilitou a elaboração de um modelo agrícola intensivo e sustentável.

Assim, os rendimentos unitários da soja na Argentina e no Brasil são similares aos dos EUA. Os custos de produção são inferiores, graças à possibilidade de operar grandes extensões. Na Argentina, o processo de ganhar escala aconteceu através de diferentes mecanismos, como os *pools* de semeadura ou o crescimento de grandes operadores.

A isso soma-se a extraordinária infra-estrutura criada nos últimos anos, com uma indústria processadora instalada em portos próximos à zona de produção. A dragagem dos rios permite a operação de grandes navios graneleiros, barateando os fretes. No caso da Argentina, tem-se gerado uma brecha muito favorável em relação ao principal competidor mundial, os EUA, graças ao sistema portuário do Rio Paraná.

Enquanto nos EUA as zonas de produção se encontram a 1.500 km dos portos de ultramar, obrigando o trânsito por barcaças através do Rio Mississipi, na Argentina os grãos chegam aos portos, são processados e carregados diretamente em grandes graneleiros. Ainda que se necessite (por enquanto) de um sistema ferroviário ampliado, a proximidade dos portos permite a operação competitiva através do transporte em caminhões. A questão muda quando, graças às novas variedades, se cria a possibilidade de ampliar o cultivo de soja para outras regiões. Esse é o desafio atual da Argentina, cujo entrave é a falta de armazenagem e transporte ferroviário em zonas distanciadas dos portos.

No Brasil, se desenvolve atualmente o mesmo processo, com um grande esforço para converter o Rio Amazonas na via mais econômica para chegar aos portos marítimos. A via Paraná-Tietê e a hidrovía Paraguai-Paraná, junto com o desenvolvimento do sistema ferroviário, garantem a continuidade do processo de expansão agrícola do MERCOSUL impulsionado pela soja.

A expansão da soja foi acompanhada pelo crescimento da produção de grãos forrageiros, cuja demanda cresce juntamente com a das proteínas vegetais. Na produção moderna de frangos, porcos, leite, peixes em estabelecimentos de piscicultura, etc., requer-se uma fonte energética. E esta é provida pelos grãos forrageiros, principalmente o milho. No MERCOSUL já se produz 60 milhões de toneladas de grãos forrageiros. O Brasil contribui com 30 milhões de toneladas de milho e a Argentina com 15. O resto é sorgo granífero e outros grãos menores, como a aveia, a cevada não utilizada pela indústria cervejeira e o centeio.

Graças à expansão do milho e da soja do MERCOSUL, a região tornou-se uma exportadora muito importante de carne de ave. O Brasil é o segundo exportador mundial de frangos, atendendo a mais de 50 destinos. É uma expressão de como a produção competitiva na base permite gerar algumas indústrias derivadas, que implicam uma exploração de novas cadeias de valor. O mesmo acontecerá no futuro com a produção de suínos. Nos laticínios, a ampliação da produção do MERCOSUL é fenomenal, porém a expansão da demanda brasileira absorve todo o crescimento, incluindo a forte oferta uruguaia, também em alta.

Estas vantagens competitivas não se limitam à produção de grãos e seus derivados mais próximos, como aves e porcos. A pecuária bovina é talvez o setor mais promissor, apesar dos problemas sanitários que a afetam e que limitam hoje o acesso aos mercados mais promissores. A disponibilidade de terras para criação, a grande provisão de matrizes (o MERCOSUL conta com a maior concentração mundial de vacas *per capita*) e a possibilidade de utilizar insumos forrageiros baratos, como o pasto, os grãos, as proteínas vegetais e os subprodutos da indústria alimentícia (malte, farelo de trigo e milho, derivados da cana-de-açúcar, etc.), asseguram um crescimento contínuo de uma produção de qualidade.

Assim, o MERCOSUL, que cresceu com a soja, deve se preparar para tornar-se um grande abastecedor de proteínas animais. Entretanto,

para isso, deve exercer uma forte ação negociadora, já que a tendência prevalecente é a agregação de valor em cada país consumidor de alimentos. E isso prejudica a possibilidade de encaixar eles a partir de uma produção competitiva na base. Por isso, o grande desafio é conseguir criar condições para que o potencial agroalimentar do MERCOSUL se expresse, evitando que suas vantagens competitivas sejam capturadas através de mecanismos protecionistas.

Ao mesmo tempo, os novos empresários do MERCOSUL devem preparar-se para operar em cenários ainda não totalmente definidos, o que necessariamente implica sua internacionalização. Assim entendem os principais grupos agroalimentares da região, que têm aberto operações nos destinos mais promissores.

O MERCOSUL ANTE OS SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS DOS PAÍSES ALTAMENTE DESENVOLVIDOS

João Carlos de Souza Meirelles*

É dever de consciência dos que defendem a liberdade, a justiça, a democracia e o direito ao desenvolvimento econômico com igualdade de oportunidades para todos lutar contra quaisquer tipos de protecionismos que, limitando o acesso aos mercados e a justa remuneração dos produtos agrícolas e do agronegócio, impedem a geração de novos empregos e levam ao desemprego, à miséria e à fome grande parte da humanidade, que tem na agropecuária e no agronegócio sua única alternativa de vida.

A história da humanidade tem sido de exploração dos mais fracos pelos mais fortes e mais ricos, com variação apenas da forma: guerras, invasões, escravidão até a moderna dominação econômica, feita com instrumentos cada vez mais sofisticados, como as reservas de mercado, barreiras comerciais, subsídios, falsas barreiras sanitárias, regimes de quotas, entre tantos outros.

As nações em desenvolvimento continuam sendo, principalmente, produtoras e exportadoras de produtos de origem rural, agropecuários e minerais, especialmente sob a forma de matéria-prima, em geral do mesmo modo como há cem anos ou mais, ou seja, praticamente com quase nenhuma agregação de valor.

Os principais produtos de exportação de nossos países no MERCOSUL sofrem brutalmente com os mecanismos perversos do comércio mundial estabelecidos pelos países mais ricos do mundo e dominadores dessas transações. Exportamos grãos e não óleos e carnes de aves e de suínos produzidos a partir dos mesmos. Exportamos couros na primeira fase de curtimento ao invés de calçados e manufaturados.

Os primeiros obstáculos para nossas exportações estão na proteção aos mercados internos dos países desenvolvidos, que taxam suas importações de forma diferenciada, conforme tenham ou não valor agregado e, portanto, tenham gerado trabalho e riqueza em nossos países. Assim

a soja, que exportamos para a União Européia, se for em grão tem imposto zero de importação, enquanto o farelo e o óleo podem ter até 17% de impostos. O couro bovino, se exportado cru, ou sob a forma de *wetblue*, tem imposto zero de importação, ao passo que, se o for nas formas de *crust* ou acabado, pagará 6,35%.

A odiosa e discriminatória reserva de mercado dos países ricos, selecionando o estágio de agregação de valor aos produtos do agronegócio que melhor lhes convenha, introduz a primeira e brutal deformação no comércio mundial entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos, tanto do ponto de vista de geração de trabalho e de riqueza quanto de poluição do meio ambiente.

Nos dois exemplos anteriores, fica identificado o comportamento perverso. No caso da soja, convém aos países desenvolvidos que sejamos apenas produtores rurais, pois hoje dominam, além do comércio internacional, também o mercado de fertilizantes, defensivos e sementes, especialmente transgênicas. Desejam que exportemos apenas grãos, dificultando assim a mais elementar agregação de trabalho e de valor à soja, através da exportação, pelo menos, de óleo e de farelo.

Quanto ao couro, toleram que cheguemos até à fase do *wetblue*, a mais poluente, evitando assim possíveis restrições ambientais dos países europeus, nossos principais importadores.

Os 29 países mais ricos do mundo, reunidos na OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, segundo dados da UNCTAD¹, subsidiaram sua agricultura com US\$ 366 bilhões em 1998; e US\$ 361 bilhões em 1999, ou seja, com praticamente US\$ 1 bilhão por dia. As informações preliminares indicam que a União Européia gastou US\$ 147 bilhões e os Estados Unidos US\$ 97 bilhões com subsídios à agricultura em 2000!

* Secretário de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo, Brasil.

¹ Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento.

Os subsídios desses países não se restringem aos incentivos aos produtores rurais, mas também às exportações dos produtos do agronegócio para terceiros mercados, inviabilizando o regime de livre comércio que tanto apregoam. O açúcar exportado por nossos países por US\$ 250/t sofre a concorrência do açúcar europeu no mercado mundial, cujo custo de produção é de US\$ 750/t, portanto com um subsídio de US\$ 500/t.

O acordo de Marrakesh, que transformou o GATT² em Organização Mundial do Comércio em 1994, definiu como de fundamental importância uma rodada de negociações em 1999, para evoluir no “acordo agrícola”. A reunião de Seattle, convocada para discutir o “acordo agrícola”, dentre outros temas, de fundamental importância para nossos países em desenvolvimento, foi o fracasso conhecido.

Os membros do MERCOSUL são parte do Grupo de Cairns, que reúne outros 13 países empenhados na abertura de mercados para os produtos do agronegócio e na discussão ampla das relações comerciais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Entretanto, nada evoluiu e os números dos subsídios dos ricos em 2000 e as dificuldades com as balanças de exportação de nossos países confirmaram a gravidade e as contradições do momento que vivemos nas relações internacionais

Desde a década de 50, nossos países implantaram um modelo de desenvolvimento baseado na industrialização convencional: indústrias metalúrgicas, metal-mecânicas, químicas e automotivas, entre outras, o que era imprescindível para o nosso progresso. No entanto, não houve o simultâneo desenvolvimento da agroindústria, capaz de gerar emprego e renda nas cidades do interior responsáveis pela produção rural.

Hoje, o maior problema dos países em desenvolvimento, MERCOSUL incluído, é a geração de trabalho. A indústria convencional moderna é obrigatoriamente desempregadora, pois tem que se automatizar. O comércio é cada vez mais de auto serviço e será rapidamente eletrônico. Ambos e o setor de serviços exigem cada vez mais trabalhadores melhor qualificados.

O único setor capaz de absorver um enorme contingente de mão-de-obra com menor qualificação profissional é o do agronegócio. Na área rural, não haverá grande aumento na demanda de mão-de-obra, mas haverá principalmente na agroindústria, com o máximo de agregação de valor ao produto agropecuário.

As restrições identificadas no comércio internacional, que nos obrigaram a exportar matéria-prima para gerar emprego e riqueza em outros lugares, deixaram enorme espaço para um imediato e gigantesco processo de transformação em nossos países, através do agronegócio, entendido como o resultado das cadeias produtivas de origem agropecuária.

Temos tudo para fazê-lo. Somos tradicionais produtores e exportadores de produtos agropecuários. Temos condições de expandir nossa agroindústria e sobretudo de certificar, segundo as regras internacionais, a qualidade de nossos processos produtivos e produtos finais.

É imprescindível e inadiável, para tanto, que construamos de uma vez por todas um MERCOSUL sólido, forte e eficiente, resultado da decisão política efetiva de cada nação. MERCOSUL que compareça como bloco monolítico nas negociações com outros blocos e países e que tenha uma ação conjugada e única de comercialização de seus produtos com terceiros mercados.

Esse o imenso desafio que temos de enfrentar juntos!

² Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio.

A POLÍTICA AGROALIMENTAR DO MERCOSUL. A CONTRIBUIÇÃO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Alvaro Ramos Trigo*

Nunca foi tão evidente, como nestes últimos anos do fim do século, as profundas mudanças que tem vivido o setor agrícola de nossos países, os do MERCOSUL e os de toda nossa América Latina e Caribe.

Essa tem sido uma região historicamente produtora de alimentos, matérias-primas e *commodities*. Durante todo este século, que estamos terminando, nosso papel dentro do cenário internacional foi subministrar diversos tipos de alimentos ao mundo como matérias-primas para sua elaboração final nos países desenvolvidos, onde se concentrou o consumo com capacidade de compra.

Talvez os casos mais paradigmáticos sejam os do cacau, da batata, do milho, da carne bovina e também dos frutos tropicais e dos produtos do mar.

A região formada pelos seis países do MERCOSUL ampliado, antes de sua conformação como bloco econômico comercial e até hoje, tem sido uma região fundamentalmente produtora de alimentos de clima temperado para a exportação. Trigo, cevada, arroz, soja, milho, sorgo, laticínios, carne bovina e ovina e fibras têxteis como algodão, linho e lã.

Nesse cenário, a agricultura se especializou como um setor específico com suas peculiaridades e exterioridades próprias e conseguiu, nos últimos vinte anos, em todos os países do MERCOSUL, aumentos muito significativos e sólidos em seus níveis de produtividade e rendimentos. Claro que esses crescimentos e esta caracterização de uma agricultura extensiva produtora de *commodities* criaram em nossos setores agropecuários dois tipos de estruturas empresariais, sociais e econômicas.

A agricultura competitiva se concentrou nas grandes empresas localizadas em zonas mais ricas, com enormes contribuições de capital, tecnologia e infra-estrutura. A média produção, que

conformava o tecido social básico de nossas áreas rurais, competiu com dificuldades; muitas vezes às custas da degradação dos recursos naturais, como os solos e a água, devendo suprir com altas doses de agroquímicos o que os próprios recursos naturais, por quantidade ou qualidade, não lhe subministravam. Os pacotes tecnológicos foram se concentrando em dar resposta a essa necessidade de oferta de alimentos em grandes volumes e pouco diferenciados.

A agricultura familiar e camponesa ficou atrasada nesta disputa, limitando-se a um papel de subsistência, reprodução de sua própria força de trabalho, residencial, ou produzindo exclusivamente para o mercado interno e local.

Paralelamente, as mudanças nos modelos econômicos originaram um processo acelerado de desindustrialização tradicional, gerando o espaço para o surgimento de uma nova forma de indústria estreitamente vinculada à fase agrícola, que começou com a construção de redes de integração de ambas fases, para poder competir melhor em determinados nichos de mercados.

Por um lado, esses fatos foram motivados pela constante crise do preço das *commodities*. Por outro lado, pelo processo imperfeito de liberação da agricultura iniciado no GATT que, ainda que não tenha abolido até hoje os subsídios, as travas e grande parte do comércio administrado, gerou na OMC um cenário para o estabelecimento de demandas e compromissos no sentido da liberação, traçou regras insatisfatórias, mas regras afinal, e criou em nossos setores empresariais agrícolas a consciência de que deveriam considerar a negociação comercial como parte inseparável das funções de gestão empresarial para os agricultores.

Parafraseando um grande General, que não falava da agricultura, mas sim da guerra, nós diríamos que a agricultura era muito importante para deixá-la só nas mãos dos políticos.

* Ex-Ministro de Relações Exteriores do Uruguai.

Ex-Ministro da Pecuária, Agricultura e Pesca do Uruguai.

Consultor do IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Uruguai.

Ao mesmo tempo que tudo isto acontecia em nossa região, as economias de nossos países se abriam cada vez mais e, em 1991, se integraram com a pretensão de transformar a união alfandegária imperfeitíssima desses anos numa zona econômica ampliada, o que, em uma filosofia de regionalismo aberto, criou um MERCOSUL plataforma e não muralha, que permitiu vislumbrar novos tempos para a competitividade de nossos setores exportadores, que responderam crescendo na sua produção e produtividade e multiplicando os fluxos de comércio.

Justo é dizê-lo, com grande expectativa, em princípio para as economias menores do bloco. Estas se posicionavam em um mercado doméstico ampliado que jamais tiveram e jamais alcançariam, melhoravam seu poder negociador na OMC e, ao mesmo tempo, este mercado doméstico se transformava em um grande atrativo para captar importantes capitais para a concorrência internacional. Também um espaço econômico ampliado, com seguranças jurídicas no comércio, permitia preparar empresas e setores agroindustriais para acessar mercados mais exigentes.

Ao impulso de todos esses sinais, aparecem setores fortes e dinâmicos em nossa região, com diferentes êxitos, como a fruticultura de clima temperado, a horticultura, o plantio de árvores, a cultura do salmão, o setor de laticínios, o setor cítrico e as frutas tropicais e a agricultura em grande escala.

Por outro lado, os produtores familiares e mais pobres continuaram relegados e o processo de integração, sem intenções, transformou-se mais em elemento de marginalização crescente que em gerador de oportunidades de mercado. Estes setores estavam - e estão - distantes de poder enfrentar a livre concorrência nos mercados.

Os modelos de ajuste fiscal, desregulação e reforma do Estado, em maior ou menor medida, foram mudando os papéis da instituição agropecuária em nível de governo e em nível de agremiações de produtores e empresários rurais.

No primeiro caso, em geral, foram restando aos Ministérios de Agricultura funções subsidiárias e papéis residuais, perdendo força para o interior do poder dentro de cada Estado. No segundo caso e salvo exceções muito notáveis, as agremiações rurais foram se esvaziando de conteúdo e

representatividade, por não entender os novos cenários e regras do jogo e por não encontrar um interlocutor para o diálogo com os governos, hierarquizados.

As desregulações são adequadas se traçam novas e mais modernas regras de jogo para que os agentes privados operem com elas, liberando assim sua energia criadora e sua capacidade de disputa. A diminuição da intervenção do Estado e seu desaparecimento dos mercados, com distorções nocivas para o desempenho produtivo e comercial, são uma política correta. Porém, sempre deve ficar um espaço hierarquizado para as políticas setoriais agrícolas, as que deverão ser de outra natureza. Como, por exemplo, tecnológica, adiantando-se aos novos desafios da demanda e à integração de processos de negociação comercial, de planejamento da infra-estrutura indispensável para competir e comercializar, de criação de um ambiente favorável para atrair o investimento, de corrigir distorções nos mercados imperfeitos, não intervindo neles, mas sim equiparando oportunidades aos diversos participantes. Responsabilizando-se pelo desenvolvimento integral das áreas rurais como política social para melhorar a qualidade de vida das pessoas do meio rural e precisamente suas oportunidades para inserir-se numa economia competitiva de mercado. Políticas setoriais que preservem os recursos naturais - patrimônio das gerações futuras. Políticas setoriais que assegurem a inocuidade dos alimentos, o acompanhamento dos processos. Políticas setoriais que estimulem a criação de redes para poder driblar claramente mercados desvirtuados e administrados como o das commodities. Políticas setoriais pró-ativas no MERCOSUL, que estimulem os fluxos de comércio intrabloco e, por sua vez, as alianças estratégicas entre empresas e setores para competir fora do bloco.

Porque, além do anteriormente citado, também nesse período ocorreu no mundo uma revolução científico-técnica que transformou todos os paradigmas econômicos e comerciais, através das ciências da informação, das telecomunicações e da biotecnologia. Todas elas, o transporte e a logística puseram os consumidores e o ambiente no meio da questão comercial.

Hoje, a agricultura é muito mais complexa e necessita dos serviços da industrialização e condicionamento, das tecnologias informativas e biológicas para poder atender as demandas de consumidores cada vez mais exigentes e com maior poder de compra. Por sua vez, a demanda

de alimentos básicos requererá uma nova revolução produtiva baseada na biotecnologia.

Em resumo, hoje a agricultura por si só não é mais passível de ser analisada, entendida e muito menos de ter fixadas políticas para ela. Hoje devemos pensar em um setor agroalimentar integrado e as políticas setoriais devem apontar para isso.

A debilidade institucional do setor público é significativa e daí a necessidade de alianças estratégicas entre Estados, redes de cooperação e informação, programas cooperativos de geração e transferência científico-técnicos e articulação com um novo setor privado integrado em redes. O empreendimento com valentia e eficácia sobre os problemas sociais do modelo e da realidade global e a concessão de recursos financeiros para

tais fins devem encontrar nos organismos internacionais de cooperação técnica verdadeiras alavancas para fortalecer as ações do setor público para um novo setor agroalimentar e das organizações sociais do meio rural, que também devem deixar velhos paradigmas e comportamentos e dar um salto qualitativo, criando novas oportunidades com seu próprio esforço e criatividade.

Uma aliança entre os organismos internacionais de cooperação técnica, os de financiamento e os governos da região deve estimular a cooperação horizontal e permitir encontrar espaços de coordenação. Potencializar, assim, instrumentos comuns, como a criação de redes para harmonizar e melhorar o ajuste e a qualidade na formulação das políticas para o setor agroalimentar, em um processo de integração regional renovado como o MERCOSUL.

SEMEADURA DIRETA E BIOTECNOLOGIA: UMA OPORTUNIDADE PARA O MERCOSUL

Dr. Víctor H. Trucco*

O MERCOSUL representa um desafio para todos seus países membros que consiste em aproveitar as oportunidades e enfrentar as ameaças que este brinda. A integração do MERCOSUL deve ser o fundamento que permita melhorar os níveis de produtividade de cada um dos países e empresas.

O fortalecimento do MERCOSUL depende da capacidade de desenvolver uma visão comum que permita à região inserir-se exitosamente nos circuitos econômicos internacionais, a partir da incorporação de conhecimento científico e tecnológico, fatores de suma importância para incrementar os níveis de produtividade.

O MERCOSUL deve representar uma oportunidade para que a ciência e a tecnologia se incorporem permanentemente à atividade econômica. A área agropecuária e os agroalimentos devem ser o motor dessa integração, sendo a agricultura sustentável e a biotecnologia contribuições centrais para alcançar este objetivo.

A Situação Atual da Agricultura Sustentável

A agricultura sustentável tem alcançado um desenvolvimento importante num mundo que tem compreendido que se os ecossistemas naturais não forem preservados, o cultivo da terra não será uma atividade viável para as próximas gerações. Em 1998, a produção mundial de alimentos atingiu os 5 bilhões de toneladas, dos quais 99% provêm do solo.¹

No século XX, com a contribuição da ciência e da técnica, a produção agrícola cresceu a uma taxa maior do que o crescimento populacional mundial. Entretanto, os custos foram enormes, em termos de erosão dos solos, de contaminação e da demanda de água. Essa situação gerou fortes pressões da opinião pública para obrigar o repensar das formas de produção, respeitando o meio ambiente.

A esse respeito, Bourlaug assinala que: *“O desafio dos pesquisadores e agricultores de todo o mundo, nos próximos 25 anos, consiste em desenvolver e aplicar as tecnologias capazes de aumentar entre 50 e 75% a produtividade dos cereais e, mais ainda, em fazer isto de forma econômica e ambientalmente sustentável”*².

A Semeadura Direta e seu impacto sobre o ambiente global

A agricultura sustentável tem como base fundamental o sistema de semeadura direta. Esse tipo de semeadura compreende a eliminação dos arados, o manuseio balanceado de nutrientes para o controle de resíduos após o corte, ervas daninhas e doenças e para as práticas racionais de controle de pragas, contribuindo, dessa maneira, para uma economia no uso da água.

Como benefício adicional da semeadura direta, pode-se evidenciar o aumento de matéria orgânica que se produz nos solos, o que gera um seqüestro do carbono da atmosfera. Isso implica uma contribuição da semeadura direta para atenuar o *efeito invernal*.

Semeadura Direta e sua expansão no MERCOSUL

Na tabela Nº 1 podemos observar a adoção da semeadura direta no mundo para a campanha agrícola 1998/99. Podemos apreciar, ainda, que os Estados Unidos ocupam o primeiro lugar em superfície de semeadura direta, com 19.347.000 hectares, seguidos do Brasil e da Argentina, com 11.200.000 e 7.270.000 hectares, respectivamente. Ademais, vemos que o Uruguai e o Paraguai também participam nos primeiros lugares, ainda que sejam países de superfície agrícola relativamente menor.

* Presidente da AAPRESID (Associação Argentina dos Produtores de Semeadura Direta).

¹ Bourlaug, 7º Encontro Nacional de Plantio Direto na Palha, 2000.

² Idem

Segundo Derpsch, a semeadura direta no MERCOSUL multiplicou-se por 20 no período de 1987-97, ao passo que nos Estados Unidos multiplicou-se por 4,6.

Tabela Nº 1: Superfície em semeadura direta em diferentes países, 1998/99

PAÍS	1998/99
EUA	19.347.000
Brasil	11.200.000
Argentina	7.270.000
Canadá	4.080.000
Austrália	1.000.000
Paraguai	790.000
México	500.000
Bolívia	200.000
Chile	96.000
Uruguai	50.000
Outros	1.000.000
Total	45.533.000

Fonte: Rolf Derpsch, "Frontiers in Conservation Tillage and Advances in Conservation Practice".

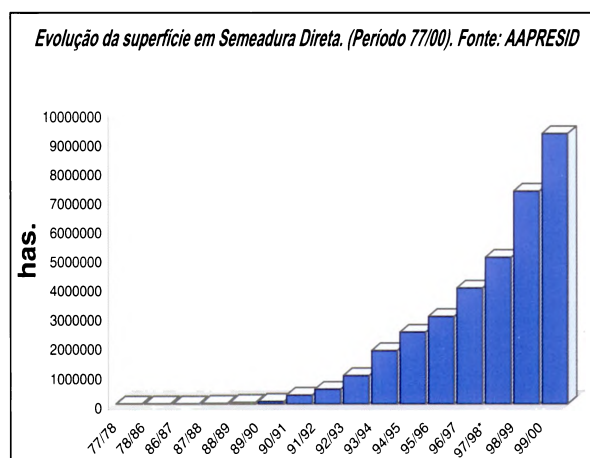
Esse sistema de produção tem transformado a forma de produção agrícola e constituído uma das principais fortalezas do MERCOSUL. A Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai reuniram 23,5 milhões de hectares em 2000, o que representa 40% da semeadura direta que se realiza no mundo.

Por outro lado, se consideramos que existem ao redor de 1 bilhão e 400 milhões de hectares de superfície cultivável no mundo e que só 58 milhões delas utilizam semeadura direta (4% do total), podemos concluir que esse sistema não é responsável pelo saldo preocupante de erosão, degradação de solos e contaminação de águas que a agricultura deixou no último século. E, além disso, pode-se afirmar que o sistema de semeadura direta constitui a prova de que se pode produzir sem esses custos ambientais.

Ao mesmo tempo, é possível comprovar a alta velocidade de adoção que a semeadura direta teve entre os produtores do MERCOSUL, o que nos transforma em pioneiros nesse sistema. Isso constitui um exemplo para o mundo, uma "marca" que temos que registrar.

Ademais, a agricultura sustentável pode ser um selo de "qualidade" do MERCOSUL. Como afirma o engenheiro Huelgo: "A qualidade de um alimento definiu-se, desde sempre, segundo suas características intrínsecas. Entretanto, na atualidade, há uma tendência a incorporar conceitos não-vinculados ao alimento em si mesmo, mas ao processo de elaboração. É o que acontece com os produtos orgânicos, com a denominação de origem, que dão fé que se cumpriu determinado protocolo e que exigem um processo de certificação. Existem segmentos de mercado que valorizam esses processos e estão dispostos a pagar por eles".³

Gráfico Nº 1:



No Gráfico Nº 1, mostra-se a evolução que teve a superfície de semeadura direta na Argentina, segundo dados de AAPRESID. Em 1992, tendo como motivo a realização da Reunião de Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, foi constituída a Confederação de Associações das Américas para a Agricultura Sustentável (CAAPAS), que reúne associações de produtores em semeadura direta do MERCOSUL. Isto representa um novo sinal do espírito inovador dos produtores da região.

Semeadura Direta e os pequenos produtores

A semeadura direta é uma tecnologia que não só se aplica às grandes empresas agropecuárias, mas que também tem sido adotada por pequenos produtores em diversos cultivos, incluindo a horticultura. O Brasil e o Paraguai são pioneiros nesta matéria.

A semeadura direta na pequena propriedade não só possibilita a sustentabilidade e a melhora da produtividade agrícola, mas também se associa

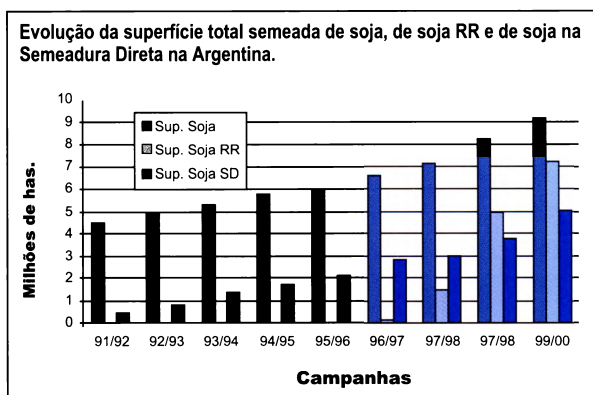
³ Hector Huelgo, Clarín Rural, 28 de outubro de 2000.

à diminuição do esforço humano para realizá-la. Quando se pratica a semeadura direta, tem-se uma redução do trabalho da ordem de 20% com relação à agricultura convencional.

O ambiente e a genética como fatores de produção

Outro componente essencial da produtividade é a composição genética da semente. O ambiente e a genética interagem na produtividade do sistema agrícola. Desse fato resulta a idéia de que a semeadura direta e a biotecnologia se potencializam e permitem sustentar a produção ao longo do tempo de maneira sustentável, aumentando, portanto, seus níveis de produtividade.

No Gráfico N° 2:



Biotecnologia e MERCOSUL

A Argentina tem uma longa tradição em matéria de biotecnologia e conta com uma escola de biologia molecular reconhecida mundialmente, da qual saíram três Prêmios Nobel. Cinquenta grupos científicos trabalham em biotecnologia de plantas na Argentina e mais de cem no Brasil.

Na Argentina, mais de 90% da soja é transgênica, o que permitirá, caso se cumpram os prognósticos para este ano (2000/2001), a duplicação da produção em 5 anos, desde a campanha 1996-97 à 2000-01. Apesar de a Argentina ser o segundo país no emprego de transgênicos e ter um ótimo sistema regulador em biossegurança, decretou moratória há dois anos e, durante o ano de 2000, não se aprovaram novos eventos para a comercialização.

Além disso, a autorização de experimentos sofreu grandes atrasos. O Brasil, apesar de ter um regime regulador similar ao argentino e de haver realizado mais de quatrocentos experimentos durante o ano de 2000, vivencia entraves ao desenvolvimento

dessa tecnologia devido à oposição de diferentes setores que colocam obstáculos à sua produção.

Novamente surgem o medo e a incompreensão daqueles que não podem reconhecer que devemos ser inovadores e incorporar os desenvolvimentos científicos e tecnológicos para avançar no desenvolvimento econômico.

As Fortalezas e as Debilidades

Na Argentina formou-se um Grupo de Biotecnologia, integrado por diversas instituições, que reúne todos os setores da rede de valor, de produtores até industriais da alimentação. Esse grupo solicitou que a biotecnologia fosse incluída como Política Estratégica do Estado.

Esse é um acontecimento auspicioso, já que, pela primeira vez, o setor produtivo e científico estão unidos. Porém, existe uma série de projetos nas câmaras legislativas de diferentes províncias na Argentina cujo tratamento se encontra atrasado.

Semeadura Direta e Biotecnologia: uma oportunidade para o MERCOSUL

Estamos diante de uma oportunidade única, caracterizada pelos seguintes elementos:

- O forte aumento da demanda de alimentos previsto para os próximos 25 anos;
- a crescente reivindicação de sustentabilidade nas práticas agrícolas;
- os avanços do sistema de semeadura direta e das ciências biotecnológicas no MERCOSUL; e
- a consideração da Biotecnologia como fator capaz de conformar uma “nova economia”.

Esse contexto supõe uma oportunidade única para inserir o MERCOSUL nos mercados mundiais de alimentos. No entanto, requer uma atitude superadora de preconceitos ou de análises ideologizadas.

O recurso dos povos está na sua gente e o MERCOSUL é uma oportunidade que devemos aproveitar, integrando nossas forças e compreendendo que devemos incorporar conhecimentos a nossos recursos naturais e humanos.

Assim, poderemos construir uma visão de futuro compartilhada, que nos dê o impulso necessário para torná-la realidade.

Rosario, Novembro 2000

ENSINAMENTOS PARA O MERCOSUL DO ÊXITO EXPORTADOR CHILENO NO ÂMBITO DA HORTIFRUTICULTURA

Antonio Yasic*

O êxito alcançado pelo Chile como exportador de frutas e hortaliças frescas nos últimos vinte e cinco anos é amplamente reconhecido. Esse fato está repleto de um conjunto de situações e características que são, de alguma maneira, similares ou não, no contexto de outros países, como os que formam o MERCOSUL. No entanto, não há dúvidas de que o caso chileno pode ser observado como uma forma de extrair experiências úteis para as exportações em outros países.

As condições iniciais

O Chile possui uma agricultura pequena. Sua disponibilidade de terra cultivável aproxima-se de 3.500 m² por habitante, sendo esta menor que a de qualquer país sul-americano, superando na Europa somente a Suíça e sendo similar a Israel. Essa situação torna impossível pensar em uma política alimentar autárquica.

A experiência do modelo “substituidor de exportações”, com uma crescente dependência externa no abastecimento de alimentos, um déficit crescente da balança comercial agrícola e seu anterior modelo monoexportador (quando o cobre era o “salário do Chile”, já que servia para, entre outras coisas, comprar alimentos), demonstrou que não há outra via para o Chile que não seja a do uso intensivo de seus recursos para produzir mercadorias de maior valor. Na atualidade, por cada 4 dólares que se exportam em produtos agropecuários, só se gasta 1 dólar em importação de alimentos que o país não produz.

As condições naturais. O primeiro elemento de caráter estratégico é a “Contra-estação”. Por ser um país do Hemisfério Sul, o Chile aproveita oportunamente o déficit de “*Winter Fruit*”, sendo em muitos mercados a origem do posicionamento da fruta chilena como a única “estrangeira” ou a que aparece em maior quantidade nos mercados. Em segundo lugar, pode-se ressaltar o clima, isto é, suas características especiais para produzir frutas de áreas

temperadas e, por outro lado, sua grande variedade ocasionada pelo “comprimento” do país, o que aumenta o período de colheita das frutas e suas variedades, melhorando sua disponibilidade nos mercados. Por último, deve-se considerar uma situação sanitária superior a seus eventuais competidores, derivada das características climáticas e do isolamento natural da zona produtora (deserto, cordilheira e mar).

O condicionamento econômico. Um elemento importante para a competitividade do setor exportador frutícola chileno encontra-se em três fatores que apoiaram seu desenvolvimento. Em primeiro lugar, um modelo econômico baseado na abertura comercial unilateral, com tarifas baixas e similares aliadas a um tipo de câmbio real alto. Em segundo lugar, um mercado de terras muito ativo no período pós-reforma agrária que permitiu reagrupar a terra em unidades, numa escala que deu mais eficiência ao mercado fruticultor e, por último, a presença de um Estado “facilitador” do processo, através da simplificação de trâmites, diminuição dos impostos, fomento da atividade e co-participação na abertura de mercados.

O que exportar

Produzir para exportar. Devido ao tamanho reduzido do mercado chileno, o objetivo do setor frutícola foi, desde o início, “produzir para exportar”. Em outras palavras, houve uma especialização para produzir uma fruta que cumprisse com as condições que os mercados externos exigiam, tanto na qualidade como na condição sanitária e de apresentação. Isso trouxe, como consequência, a adoção em massa de métodos de cultivo, de irrigação, de embalagem, etc., introduzidos a partir da observação dos países com uma fruticultura mais desenvolvida e que, ao mesmo tempo, eram os mercados de destino da fruta chilena.

Nesse sentido, é notável a influência da

* Ex-Adido Agrícola da Embaixada do Chile na Argentina.
Ex-Diretor do Serviço Agrícola e Pecuário do Chile.

fruticultura californiana, ainda que seja necessário destacar que a vinicultura de exportação chilena é “neta” da mendocina. Essa especialização levou à adoção, em nível de toda a indústria, de tecnologias de ponta para toda a cadeia de valor da fruta, de acordo com as exigências dos mercados de destino.

Produzir espécies e variedades que se consomem nos mercados externos. No sentido estrito, ao falar de “fruta chilena”, não estamos falando de espécies e variedades originárias do Chile que são apetecidas nos mercados, mas sim de espécies e variedades que são originadas e consumidas nos mercados externos e cuja condição de “chilenas” se reduz à sua excelente adaptação às condições naturais e de manuseio que ocorrem no Chile. Essa característica faz com que o consumidor final não perceba a “diferença” entre a fruta doméstica e a importada, com o que se prolonga sua disponibilidade ao longo do ano. Isso é uma vantagem, mas tem seu lado negativo, na medida em que gera uma forte dependência, para a fruticultura do país, de material genético forâneo, o que, entre outros efeitos, encarece a produção pelo pagamento dos respectivos *royalties*.

Organização do processo exportador

Integração de uma cadeia de valor. Os elementos que induziram ao processo foram, desde o início, os “exportadores”, que organizaram em torno de si o resto dos agentes: produtores, transportadores, donos de navios, vendedores de insumos, etc. com os quais desenvolveram “articulações virtuosas”. Num primeiro momento, tratavam-se de exportadores chilenos tradicionais de fruta e de cooperativas de produtores. Depois, a partir da crise dos anos oitenta, irromperam as empresas transnacionais, com a vantagem de controlar cadeias de comercialização através de todos os mercados. As empresas exportadoras não tiveram somente o papel de comercializar a fruta dos produtores, mas também de proporcionar-lhes financiamento, assistência técnica e insumos.

Diversificação de mercados. O principal mercado é o norte-americano, embora não represente, na atualidade, mais de 40% dos volumes exportados. A tendência foi sempre à diversificação, chegando a ter uma importante presença na Europa, Ásia e, recentemente, na América Latina, ajudada esta última com a assinatura de acordos comerciais bilaterais, como no caso do MERCOSUL. Atualmente, exporta-se fruta chilena para mais de 70

países, sendo os mais importantes: EUA, Holanda, Itália, Japão, Brasil e México. Por outro lado, existem ao redor de 30 espécies, sendo as mais importantes: a uva de mesa, as maçãs vermelhas, os kiwis, as frutas de caroço, os abacates, as pêras e as maçãs verdes.

Apoio do Estado. O papel do Estado não tem sido neutro. Embora seja um mercado predominantemente desregulado, com pouca intervenção do Estado, este tem cumprido um papel “facilitador” no setor frutícola exportador, considerando seu impacto social positivo no emprego, na geração de divisas e na atividade econômica de muitas regiões.

A ação do Estado se desenvolve em diferentes campos. Em primeiro lugar, na abertura de mercados, mediante acordos comerciais e protocolos sanitários, diferenciados de acordo com a potencialidade do país com que se trata. Depois, num esforço para a promoção dos produtos através do *ProChile*, em ação conjunta e co-financiada com produtores e exportadores, e com políticas de fomento, especialmente de associação dos produtores para desenvolver mercados.

Os recursos naturais. Há dois aspectos relativos aos recursos naturais. Um referente à agregação de valor e ao nível de satisfação do produto e outro relativo ao manuseio sustentável do meio natural onde se produz a fruta.

A origem do produto. No primeiro caso, trata-se da origem do produto que provém de um recurso produtivo natural. Comumente, fala-se que há “agregação de valor” quando se transforma ou elabora “matéria-prima” num processo industrial. Portanto, à fruta fresca seria agregado valor ao pô-la em um recipiente, ao ser desidratada ou transformada em suco.

Entretanto, quando o produto final, como no caso, é fruta fresca, a agregação de valor ocorre pela necessidade de fazer com que essa fruta chegue nas condições naturais ótimas de sabor, apresentação e frescor, para o que se necessita cadeia de frio, atmosfera controlada, seleção e embalagem adequadas, ausência de contaminantes, etc. Nesse caso, portanto, não estamos falando de uma “matéria-prima”, mas de um “produto final”.

O manejo sustentável. Nesse aspecto, é preciso perguntar em que medida o sistema de produção frutícola de exportação tem afetado o meio natural, a qualidade dos solos, a biodiversidade, a

qualidade da água e a contaminação do entorno. Nesse sentido, o auge frutícola se baseou num pacote tecnológico no qual se privilegiou um manejo que potencializasse, em curto prazo, a produtividade do cultivo.

A utilização da “função resposta” no manejo da fertilidade do solo, os programas sanitários preventivos, a fertirrigação, as escassas medidas de proteção, tanto para o meio quanto para as pessoas, na aplicação de pesticidas fizeram com que surgisse uma forte crítica sobre o sistema de produção frutícola. No entanto, a crescente consciência e a preocupação dos governos, bem como as exigências dos mercados, têm levado a uma tendência cada vez mais comum de manejos mais amistosos com o ambiente, como o Manejo Integrado de Pragas (MIP) e a Produção Orgânica.

Os desafios

Competitividade crescente. A globalização dos mercados, a entrada de novos competidores (Índia, China, Egito, etc.) e o avanço de tecnologias de conservação de frutas fazem cada vez menores as “frestas” por onde se penetrar nos mercados. A essa situação deve-se acrescentar o aumento das produções domésticas nos mercados de destino, o que, entre outras coisas, aumenta o protecionismo

(p.e. Europa e EUA).

A concentração do poder de compra. O predomínio crescente das grandes cadeias supermercadistas na compra de frutas chega, nos principais mercados, a 75%, acentuado por suas contínuas fusões. Isso impulsiona a busca de estratégias comerciais conjuntas não só dos exportadores e produtores de um país, mas dos próprios países exportadores.

A saturação do consumo de algumas frutas em certos mercados. O consumo *per capita* desequilibrado no interior de cada mercado. O atendimento de mercados emergentes, nos quais se deve entrar em uma posição competitiva e efetuar um trabalho a médio prazo para conseguir um posicionamento.

As novas barreiras comerciais, baseadas na proteção ao consumidor de agentes contaminantes e microbiológicos, do meio ambiente e dos trabalhadores do país exportador.

Necessidade urgente de inovar em tecnologia para chegar com o produto adequado a cada mercado e a diferenciação desse produto, de tal maneira que se possa gerar uma demanda preferencial.

OS IMPACTOS ECONÔMICOS DOS AGRONEGÓCIOS PARA O MERCOSUL

Professor Decio Zylbersztajn*

Introdução

Falar dos impactos econômicos dos agronegócios nas economias nacionais é um verdadeiro desafio para quem tem seguido de perto seus recentes desenvolvimentos. Passaram-se mais de trinta anos desde que Ray Goldberg introduziu o conceito de agronegócios, causando um enorme impacto em acadêmicos, homens de negócios e agentes de governo. A distância entre a visão tradicional, focalizada exclusivamente nos impactos dos setores, e a adoção do conceito de agronegócios, focalizado em relações intersetoriais dinâmicas, ainda está longe de ser coberta. Muitos profissionais e acadêmicos ainda pensam no funcionamento independente da agricultura, da indústria e da distribuição nos mercados de alimentos, fibra e energia, perdendo de vista freqüentemente os elementos dinâmicos. Dessa maneira, nossas estratégias são de curto prazo e os resultados finais são subeficientes.

Falar de agronegócios supõe focalizar a importância da coordenação de agentes atuando na produção e distribuição dos sistemas de alimento, fibra e energia. Num mundo mutante, a capacidade de antecipar os impactos externos, de brindar informação relevante para os participantes do sistema e de implementar decisões de uma forma ordenada é o que deveríamos desejar e necessitamos compreender.

Os sistemas de agronegócios tendem a expandir-se através das economias internacionais. Os novos grupos de interesse supranacionais não são necessariamente coincidentes com as fronteiras nacionais, estabelecendo um novo desafio para *policy makers* e acadêmicos.

As ampliações do comércio e seus obstáculos

A importância dos agronegócios pode ser constatada através de formas de medição tradicionais do produto bruto nacional. Ainda que tomássemos

diferentes visões sobre o tamanho dos sistemas agrícolas, poderíamos medir seus impactos usando técnicas quantitativas de análise intersetorial. Um recente estudo, realizado por Furtuoso e Guilhoto (2000)¹, calculou que os agronegócios representam ao redor de 27% do PIB do Brasil, atingindo os R\$ 269 bilhões e 467 milhões em 1999. Esses dados subestimam a importância da distribuição de alimentos e não incluem a enorme atividade informal que decorre dos altos impostos sobre o setor privado no Brasil. Outro estudo, da ABAG (2000), que utiliza a matriz de *inputs* e *outputs* para as relações agroindustriais brasileiras, fixa em 32% do PIB total a medida da importância dos agronegócios para o Brasil.

Espera-se que mude a importância relativa da agricultura, da indústria da alimentação e da distribuição à medida que a economia se desenvolve. A redução da importância da agricultura pode chegar a ser balanceada por aumentos na capacidade de outros setores de utilizar recursos liberados no processo. De outra maneira, os custos de adaptação poderiam ser muito altos.

O processo de ajuste é afetado pelo protecionismo da União Européia e dos Estados Unidos, causando severos obstáculos para as economias dos países em desenvolvimento. Do ponto de vista da especialização e da transformação, pode-se esperar que a importância da agricultura seja relativamente mais alta para as economias emergentes do que para os países desenvolvidos, onde a indústria alimentícia e a complexidade dos sistemas de distribuição estão bem desenvolvidos. Se isso é assim, as políticas protecionistas são relativamente mais importantes para os países latino-americanos do que para os países da União Européia e dos Estados Unidos. Entretanto, o atual período de ajuste no balanço comercial, tanto no Brasil quanto na Argentina, e os acordos internacionais de livre comércio não permitem que se subsidie os setores agrícola e pecuário da mesma maneira que podemos ver em outros lugares.

* Diretor do Programa de Agronegócios - Universidade de São Paulo, Brasil.

¹ Furtuoso, M.C.O e Guilhoto, J.J.M.(2000). PIB do Agronegócio Brasileiro Confirma Dinamismo do Setor. Preços Agrícolas. Ano XIV, n. 169, nov/dez 2000.

Os novos signos associados à oportunidades e riscos do MERCOSUL deram aos representantes internacionais os incentivos para adaptar-se a um padrão de investimentos, de localização geográfica e de alianças dentro de uma área completamente nova. O comércio entre os países latino-americanos e a América do Norte e a Europa é parte essencial para o funcionamento das economias locais, permitindo-nos dizer que qualquer obstáculo para o comércio de produtos agrícolas significará consideráveis adaptações que deverão ser feitas nos países latino-americanos.

O desenvolvimento do protecionismo

Apesar dos conhecidos efeitos do protecionismo sobre os países em desenvolvimento, as políticas de redução do protecionismo doméstico nos Estados Unidos e na UE têm sido mais lentas que o esperado. O diálogo internacional não está avançando e os ajustes não são condizentes com as pautas conceituais estabelecidas nas negociações dentro do âmbito da OMC².

O escalonamento de tarifas, como as existentes para o café, o subsídio direto para a produção de grãos na UE e os subsídios para a exportação da UE vão diretamente contra o discurso estabelecido nas negociações internacionais.

As transferências ao governo, caso se imponham tarifas, ou a outros países, no caso de parcelas, também decorrem de políticas protecionistas.

Num estudo recente, Oliver Williamson estabeleceu que o programa de açúcar nos Estados Unidos causou uma perda de US\$ 3 bilhões anuais aos contribuintes. A reação natural é perguntar: Por que persistem políticas tão ineficientes?

A resposta deve estar baseada no valor das áreas de transferência, motivadoras dos grupos de interesse que mantêm políticas geradoras de rentabilidade. Os países latino-americanos são convidados a compreender (não necessariamente a concordar) a dinâmica do processo protecionista e a organização de grupos de interesse para manter essas políticas o maior tempo possível.

Na minha opinião, somente quatro elementos podem mudar esta perspectiva. Primeiro, os custos

crescentes das políticas protecionistas e as reações dos contribuintes domésticos. Segundo, a força das agências institucionais internacionais para promover o livre comércio (ainda que não sejam imparciais). Terceiro, os atritos entre diferentes países e a UE, que beneficiam alguns pelo aumento do comércio. E quarto e mais importante, o fluxo internacional de investimentos, que pode criar novos grupos de pressão afetados pelas políticas protecionistas.

Posso concluir mencionando que os novos argumentos protecionistas como o da multifuncionalidade das áreas rurais e o *dumping* social são frágeis. O ponto é que, em primeiro lugar, considero que os produtores rurais argentinos e brasileiros são "*jardinier du pays*" (jardineiros do país), como o são os produtores europeus, pelo que devem ter um importante papel na proteção do meio ambiente. Além disso, no Brasil, há 4 milhões de crianças empregadas em diferentes setores, não somente no setor agrícola (Kossouf, 1999). Elas trabalham para aumentar a renda familiar, sendo a evasão escolar uma das principais conseqüências. Porém, interpretar essas figuras como *dumping* social é uma interpretação que realiza uma *tábula rasa* que reduz dramaticamente a dimensão real do problema.

Posso argumentar que parte do problema do trabalho infantil é devido ao protecionismo no exterior. É um desafio social local, magnificado pelas políticas protecionistas, que não pode ser considerado um subsídio implícito, tal como interpretam alguns expertos, aos baixos custos dos produtos brasileiros, como o açúcar, o café e as laranjas.

Investimentos Estrangeiros Diretos

Os investimentos estrangeiros diretos das grandes corporações são relevantes para setores específicos. A lista de empresas de agronegócios que têm sido compradas é muito longa e ainda não chegou ao seu fim.

Para grandes corporações, como ADM, Cargill e Dreyfuss, a localização em áreas de origem é uma estratégia de concorrência a ser adotada. Por um lado, companhias como Doux, da França, o grupo Macri, da Argentina, e NOMICCO, da

² Organização Mundial do Comércio.

Holanda, compraram empresas brasileiras como parte de seu posicionamento estratégico; por outro, a empresa brasileira Cutrale é dona de uma grande parte da produção de laranjas da Flórida.

O que nos estão sugerindo esses movimentos? Eu acredito que há dois tipos de incentivos por trás dessas estratégias, que vou chamá-los A e B. A estratégia A está baseada nas condições locais de competitividade. Esse tipo de incentivo é o que atraiu a empresa avícola Doux para o Brasil, apesar do forte protecionismo que goza esse tipo de produção na União Européia. Provavelmente a estratégia seja a de vender a produção francesa no mercado europeu protegido e a brasileira no resto do mercado global. De alguma forma, essa estratégia revela o reconhecimento, por parte da empresa, da possibilidade de uma mudança na política protecionista, pelo que tentam diversificar suas fontes de produção em regiões mais competitivas.

A estratégia B é o resultado das políticas protecionistas. O caso da empresa brasileira na Flórida é uma boa estratégia do ponto de vista privado. As empresas, cansadas de competir contra as altas taxas de importação, decidiram ultrapassar as fronteiras nacionais e estabelecer-se no mercado protegido.

O protecionismo está baseado no conceito do Estado-Nação, que hoje está em um processo de reformulação. Esta continua sendo a base sobre a qual se assentam as negociações na OMC, que costumam durar muitos anos, enquanto o capital privado pode ser redirecionado em semanas ou meses.

Instituições e Organizações

Outro elemento relacionado ao impacto econômico e social dos agronegócios é o aspecto institucional e organizacional. O primeiro é definido pelo Prêmio Nobel Douglas North como o conjunto de regras formais e informais que vinculam os membros de uma sociedade. O segundo são as organizações que operam de acordo com as regras para alcançar seus objetivos. Vou desenvolver este ponto em três níveis, o nacional, o regional e o internacional.

O sistema de agronegócios pode ser visto como um conjunto de agentes interconectados, que

constrói esquemas de gestão que lhe permitem competir no mercado mundial. Como o sistema de agronegócios não se limita às fronteiras de um país, é evidente que se encontra demarcado por diferentes sistemas institucionais. As considerações sobre competitividade se concentram na habilidade dos agentes para adaptar-se às mudanças do esquema institucional. Seria de grande interesse explorar algumas mudanças institucionais que estão tendo um grande impacto no sistema de agronegócios em nível mundial. Eu selecionei três para discutir brevemente.

Direitos do Consumidor

Os consumidores de alimentos estão afetados por problemas de informação assimétrica, o que significa que vão demandar uma maior e mais clara informação sobre o que consomem. No nível governamental, a emergência das regulações sobre segurança alimentar requerem reforços. No nível privado, o sistema de certificação foi criado para fornecer ao consumidor a informação sobre a origem, segurança e atributos dos alimentos.

Restrições Ambientais

Representa uma intervenção governamental para superar as falhas do mercado causadas pelos efeitos externos da produção. Lentamente reconhecida pelo mercado como um atributo desejável, a produção ambientalmente sustentável requer uma reorganização do sistema agropecuário, reduzindo em alguns casos a competitividade no mercado. A deterioração ambiental pode introduzir vantagens competitivas temporárias, que não podem durar a longo prazo.

Direitos de Propriedade

O sistema tradicional de patenteamento e propriedade intelectual está sendo questionado por novas formas de controle sobre as tecnologias. Uma perspectiva dinâmica está substituindo o estático sistema de patenteamento, que requer que a tecnologia seja transferível tal como é, independente do contexto específico de sua aplicação.

Esses três aspectos mencionados requerem mudanças na estrutura institucional, em nível local e internacional, e o estabelecimento de organizações adequadas para tratar das novas temáticas.

Conclusões

Em primeiro lugar, o protecionismo nas economias desenvolvidas tem um efeito direto no emprego, nos indicadores sociais e na taxa de crescimento das economias emergentes. Em segundo lugar, os investimentos diretos estão criando um novo cenário, onde agentes estreitamente intervencionados não têm necessariamente a mesma posição com relação às políticas nacionais. Por último, é necessário um novo marco institucional tanto em nível nacional quanto internacional.

Portanto, organizações tradicionais como a FAO, BID e o Banco Mundial enfrentam pressões para adaptar-se às novas condições. No plano

local, as economias do MERCOSUL estão solicitando a construção de uma sólida estrutura institucional que permita superar as disputas locais, hoje associadas a um alto custo de transição.

As economias emergentes têm fortes incentivos para criar um ambiente local que apóie mais os investimentos, a queda das barreiras comerciais e amplie o fluxo de informação entre os países. No entanto, considero ingênuo presumir que isso vá surgir sem esforço.

Este artigo é uma síntese de conferência apresentada pelo autor na Cúpula de Alimentos e Agronegócios, realizada em Buenos Aires, em setembro de 1999.

2ª SEÇÃO

Endereços:

MERCOSUL, CHILE E BOLÍVIA

- Os referenciais da negociação
- Secretaria Administrativa do MERCOSUL

As Agências de Cooperação Técnica do IICA no MERCOSUL, CHILE E BOLÍVIA

Os referenciais da negociação.

REUNIÃO DE MINISTROS DE AGRICULTURA DO MERCOSUL

Argentina

Participação: Marcelo Regúnaga
Secretário de Agricultura,
Pecuária, Pesca e
Alimentação - Ministério da
Economia

Endereço: Avenida Paseo Colón 982 - 12
Piso (1063) - Buenos Aires

Telefones: (5411) 4349 2161/2163

Fax: (5411) 4349 25 04

E-mail: emabent@sagyp.mecon.gov.ar

Paraguai

Participação: Enrique José García de Zúñiga
Ministro da Agricultura e
Pecuária

Endereço: Presidente Franco 475 casi 14 de
Mayo - Asunción

Telefones: (595 21) 449 951/449 614

Fax: (595 21) 449 951

E-mail: dgp-mag@rieder.net.py

Brasil

Participação: Marcus Vinícius Pratini de Moraes
Ministro da Agricultura e do
Abastecimento

Endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco
D - 8º Andar - 70043-900 -
Brasília - D.F.

Telefones: (55 61) 226 5161/218 2800

Fax: (55 61) 225 9046

E-mail: pratini@agricultura.gov.br

Uruguai

Participação: Gonzalo González
Ministro da Pecuária,
Agricultura e Pesca

Endereço: Constituyentes 1476, Piso - 11200
Montevideo

Telefones: (5982) 408 2256/409 7340

Fax: (5982) 409 9623

E-mail: mgapmtro@adinet.com.uy

MERCOSUL - SUBGRUPO DE TRABALHO Nº 8 - AGRICULTURA

Argentina

Coordenadores: Gabriela Catalani e Jorge Iturriza

Endereço: Secretaria da Agricultura, Pecuária,
Pesca e Alimentação
Avenida Paseo Colón 922 - Planta
Baja Of. 28 a 32 Buenos Aires

Telefones: (5411) 4349 2728/2770

Fax: (5411) 4349 2244

E-mail: gcatal@sagyp.mecon.gov.ar
jiturr@sagyp.mecon.gov.ar

Paraguai

Coordenador: Aristides Raidán

Endereço: Ministério de Agricultura e
Pecuária Comissão Especial de
Comércio Internacional e
Integração (CECII) - San Lorenzo

Telefones: (595 21) 582 290/585 031

Fax: (595 21) 582 290

E-mail: sima-dcmag@sce.cnc.una.py

Brasil

Coordenador: Constantino Souto

Endereço: Secretaria de Política Agrícola -
Ministério de Agricultura e
do Abastecimento
Esplanada dos Ministérios - Bloco
D -Sala 546 - CP. 70043-900
Brasília - DF

Telefones: (55 61) 218 2254/226 5505

Fax: (55 61) 225 3653

E-mail: csouto@agricultura.gov.br

Uruguai

Coordenador: Galdós Ugarte
Direção da Unidade de Assuntos
Internacionais - Ministério da
Pecuária, Agricultura e Pesca

Endereço: Constituyente 1476 - 3º piso -
Montevideo

Telefones: (5982) 402 6365/6308/6358

Fax: (5982) 402 6331

E-mail: mgapuai@adinet.com.uy

MERCOSUL: GRUPO *AD HOC* - AÇÚCAR

Argentina

Coordenador: Felipe Frydman

Endereço: Ministério de Relações Exteriores,
Comércio Internacional e Culto
Esmeralda 1212 - piso 7º -
Buenos Aires

Telefone: (5411) 48197849

Fax: (5411) 48197866

E-mail: fef@mrecic.gov.ar

Brasil

Coordenador: Carlos Alberto Simas Magalhães

Endereço: Ministério de Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios
Anexo I - 70170-900 Brasília - DF

Telefones: (55 61) 411 6082/85

Fax: (55 61) 411 6081

Paraguai

Coordenador: Wilfrido A. Zárate G.

Endereço: Ministério de Indústria e Comércio
Cap. Pedro Villamayor casi /
Nicolás Blinoff - Asunción

Telefones: (595 21) 513 531/7

Fax: (595 21) 513 538

E-mail: ormic@mixmail.com

Uruguai

Coordenador: Antonio Pérez Errazquin

Endereço: Escritório de Planejamento e
Orçamento da Presidência
da República
Av. Luis A. de Herrera 3350 - 3er
piso - Montevideo

Telefone: (5982) 203 8253

E-mail: oppcmer@adimet.com.uy

Comissão Administradora do Acordo de Complementação Econômica - ACE N° 35

Referentes

Argentina

Nome: María Teresa Fredolino
Diretora de Integração
Latino-Americana

Endereço: Ministério de Relações Exteriores,
Comércio Internacional e Culto.
Esmeralda 1212 - Piso 7 -
Buenos Aires

Telefone: (5411) 4819 79 32

Fax: (5411) 4819 7934

E-mail: mts@mrecic.gov.ar

Uruguai

Nome: Elbio Rosselli
Diretor Geral para Assuntos de
Integração e Mercosul

Endereço: Ministério de Relações Exteriores
Colonia 1205 2º Piso - Mercosur -
Montevideo

Telefone: (5982) 900 1306

Fax: (5982) 901 6980/902 1845

E-mail: dgim5@mrree.gub.uy
(A la atención del Director. Elbio Rosselli)

Brasil

Nome: José Alfredo Graça Lima
Subsecretário Geral de Assuntos de
Integração, Econômicos e
Comércio Exterior

Telefones: (55 61) 2240079/4116230

Fax: (55 61) 4116091

E-mail: gracialima@mre.gov.br

Chile

Nome: Osvaldo Rosales Villavicencio
Secretário Executivo do Comitê
Técnico do Mercosul

Endereço: Direção Geral de Relações
Econômicas Internacionais
Alameda Libertador Bernardo
O Higgins N° 1315 - Piso 2

Telefone: (562) 565 9000

Fax: (562) 696 0639

E-mail: orosales@direcon.cl

Paraguai

Nome: Juan Buffa
Vice-Ministro de Relações Exteriores
para Assuntos Econômicos

Endereço: Ministério de Relações Exteriores
Presidente Franco esquina Ayolas -
Edificio Ayfra -6 piso - Asunción

Telefone: (595 21) 494 444

Fax: (595 21) 441 115

E-mail: vmregn@mre.gov.py

Comissão Administradora do Acordo de Complementação Econômica - ACE Nº 36

Referentes

Argentina

Nome: María Teresa Fredolino
Diretora de Integração
Latino-Americana

Endereço: Ministério de Relações Exteriores,
Comércio Internacional e Culto.
Esmeralda 1212 - Piso 7 - Buenos
Aires

Telefone: (5411) 4819 79 32

Fax: (5411) 4819 7934

Brasil

Nome: José Alfredo Graça Lima Subsecretário
Geral de Assuntos de Integração,
Econômicos e Comércio Exterior

Endereço: Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios - Palácio
Itamaraty Anexo 1 - 2º
Andar Sala 224 Brasília, D.F.

Telefones: (55 61) 224 0079/4116230

Fax: (55 61) 4116091

E-mail: gracalima@mre.gov.br

Paraguai

Nome: Juan Buffa
Vice-Ministro de Relações
Exteriores para Assuntos Econômicos

Endereço: Ministério de Relações Exteriores
Presidente Franco 472 esquina -
Edificio Ayfra -6 piso - Asunción

Telefone: (595 21) 494 444

Fax: (595 21) 441 115

E-mail: vmregn@mre.gov.py

Uruguai

Nome: Elbio Rosselli
Diretor Geral para Assuntos de
Integração e Mercosul

Endereço: Ministério de Relações Exteriores
Colonia 1205 2º Piso - Mercosur -
Montevideo

Telefone: (5982) 900 1306

Fax: (5982) 901 6980

E-mail: dgim5@mrree.gub.uy
(A la atención del Director Elbio Rosselli)

Bolívia

Nome: Ana María Solares Gaité
Vice-ministra de Relações
Econômicas Internacionais e
Integração.

Endereço: Ministério de Relações Exteriores
e Culto
Calle Ingavi esq. Junín La Paz -
Bolívia

Telefone: (5 912) 336 722

Fax: (5 912) 336 722

E-mail: senarec@rree.gov.bo

PROJETO COMUNIDADE EUROPÉIA - MERCOSUL AGRÍCOLA

“ALA 93/143 - COOPERAÇÃO EM MATÉRIA AGRÍCOLA”

Patrocinadores: União Européia, MERCOSUL, Unidade de Gestão do Projeto

Sede: Assunção, Paraguai:

Endereço: Presidente Franco Nº 780 Edifício Ayfra - Primer Piso Bloco B

Telefones: (595 21) 490 693/497 915

Fax.: (595 21) 493 764

E-mail: cemersur@mmail.com.py

Co-diretor Regional pelo MERCOSUL: Aníbal T. Fanego

Co-diretor pela União Européia: Mariano Talavera Travesedo

Coordenador Técnico Europeu: Bernardo Marti Ocheda

Referenciais dos Países:

Argentina

Coordenadores Nacional
e Institucional: Gabriela Catalani e Jorge Iturriza

Endereço: Secretaria de Agricultura, Pecuária,
Pesca e Alimentação.
Paseo Colón Nº 922 - Planta Baja
Of. 28 a 32 - Buenos Aires

Telefones: (54 11) 4349 2770/4349 2756

Fax: (54 11) 4349 2244

E-mail: sespas@sagyp.mecon.gov.ar

Paraguai

Coordenador Nacional
e Institucional: Ing. Agr. Luis Vázquez

Endereço: Direção de Defesa Vegetal
Mcal. Estigarribia Km 10.5 entre
Rodríguez de Francia y Saturio Ríos
Ed. Del DEAC bloque B - San Lorenzo

Telefone: (595 21) 582 787

Fax: (595 21) 582 787

E-mail: coorfito@rieder.net.py

Brasil

Coordenadora Nacional
e Institucional: Ana Maria Brochado

Endereço: Ministério da Agricultura e
Abastecimento.
Sala 547/B - Brasília-DF.

Telefone: (55 61) 218 2102

Fax: (55 61) 225 3653

E-mail: anamaria@agricultura.gov.br

Uruguai

Coordenador Nacional
e Institucional: Ing. Edgardo Recalde

Endereço: Ministério de Pecuária,
Agricultura e Pesca.
Constituyente 1476 - 3er. Piso -
Montevideo

Telefone: (598 2) 402 6307

Fax: (598 2) 402 6372

E-mail: mgapupct@adinet.com.uy

MERCOSUL

COMITÊ DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Argentina

Coordenador: Osvaldo Scassera

Endereço: Sub-secretário de Cooperação
Internacional.
Ministério de Relações Exteriores.
Esmeralda 1212
Piso 7 - Buenos Aires

Telefone: (5411) 4819 7830

Fax: (5411) 4819 7841

E-mail: mfj@mrecic.gov.ar

Brasil

Coordenador: Ronaldo Gonçalves Ferraz

Endereço: Agência Brasileira de Cooperação
- MRE
Esplanada dos Ministérios - Palácio
Itamaraty - Anexo 1
Brasília-DF

Telefone: (55 61) 411 6863

Fax.: (55 61) 411 6894

E-mail: ronaldo@abc.mre.gov.br

Paraguai

Coordenador: Perla García

Endereço: Unidade Técnica de Apoio.
Ministério de Relações Exteriores
Presidente Franco esquina Ayolas
Ed. Ayfra 6º piso - Asunción

Telefones: (595 21) 494 098/494 727

Fax.: (595 21) 441 115

Uruguai

Coordenador: Aníbal Cabral

Endereço: Ministério de Relações Exteriores
Colonia 1205 - 2º piso - Mercosur
Montevideo

Telefone: (5982) 900 1306

Fax: (5982) 901 6980/902 1805

E-mail: dgim5@mrree.gub.uy
(A la atención del Diplomata Aníbal Cabral)

SECRETARIA ADMINISTRATIVA DO MERCOSUL

Sede: **Uruguai**

Diretor: Santiago González Cravino
Secretaria Administrativa do MERCOSUL
Luis Piera 1992 - piso 1
CP 11200 - Montevideo, Uruguai

Telefone: (5982) 402 9024
Fax.: (5982) 400 0958/408 0557
E-mail: director@mercosur.org.uy

CENTRO REGIONAL SUL: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai

Direção do CRS - Sede: Assunção, Paraguai
Diretor: Helio de Macedo Soares
Diretor Adjunto: Alfonso Chirinos
Calle Juan E. O'Leary, 409 Esquina Estrella
Edificio Parapití, Piso 5, Oficina 516
Asunción, Paraguay

Telefones: (595 21) 446 453 / 441 650 / 493 824 / 490 740
Fax: (595 21) 445 048
E-mail: drs@iica.org.py

AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO – ACs

AC - ARGENTINA

Representante: Gonzalo Estefanell
Endereço: Bernardo de Irigoyen, 88 – piso 5
1072 Buenos Aires, Argentina
Telefones: (54 11) 4345 1209 / 4342 4967
4334 8282 / 4345 1010
Fax: (54 11) 345 1208
E-mail: iicarg@iica.org.ar

AC - CHILE

Representante: José Nagel Amaro
Endereço: Fidel Oteza, 1956, Piso 15,
Providencia-Santiago-Chile
Telefones: (56 2) 244 2128 / 244 3680
Fax: (56 2) 244 2129/246 9175
E-mail: dirchile@iica.cl

AC - BRASIL

Representante: Aldo Moreira Lima
Endereço: SHIS QI-05, Bloco “D”,
Comercio Local - Lago Sul
71615-090 - Brasília-DF/Brasil
Telefones: (5561) 248 5531 / 248 5477
Fax: (5561) 248 5807
E-mail: iica@iica.org.br

AC - PARAGUAI

Representante: Roberto Casás
Endereço: Calle Juan E. O’Leary, 409
Esquina Estrella
Ed. Parapití, Piso 5, Oficina 516
Asunción, Paraguay
Telefones: (595 21) 441 650/490 740
Fax: (595 21) 445 048
E-mail: iica@iica.org.py

AC - BOLÍVIA

Representante: Héctor Campos López
Endereço: Avenida Palca y Calle 54
Zona Chasquipampa La Paz,
Bolivia
Telefones: (591 2) 796 150 / 796 151
795 611
Fax: (591 2) 795 604
E-mail: sbenavid@datacom-bo.net

AC - URUGUAI

Representante: Tomás Mulleady
Endereço: Calle Andes, 1365, Piso 8
Montevideo, Uruguay
Telefone: (598 2) 902 0424
Fax: (598 2) 902 1318
E-mail: iica@iica.org.uy

3ª SEÇÃO

GRÁFICOS

ÂMBITO FÍSICO E ECONÔMICO

PRODUÇÃO

COMÉRCIO

COMÉRCIO E COMPETITIVIDADE

ABERTURA

COMÉRCIO MERCOSUL - ÁSIA PACÍFICO

MERCOSUL. ESTRUTURA DO COMÉRCIO

ÂMBITO FÍSICO E ECONÔMICO

Área e População (1999)

	<i>Área Milhões de Km²</i>	<i>%</i>	<i>População milhões de habitantes</i>	<i>%</i>
<i>MERCOSUL</i>	<i>11.863</i>	<i>8.9</i>	<i>208.8</i>	<i>3.4</i>
<i>MERCOSUL, Chile e Bolívia</i>	<i>13.719</i>	<i>10.3</i>	<i>231.5</i>	<i>3.8</i>
<i>América</i>	<i>37.361</i>	<i>28.0</i>	<i>828</i>	<i>13.6</i>
<i>União Européia</i>	<i>3.013</i>	<i>2.2</i>	<i>376</i>	<i>6.2</i>
<i>Mundo</i>	<i>133.378</i>	<i>100</i>	<i>6.055</i>	<i>100</i>

PRODUÇÃO

Produto Interno Bruto (1999)

	<i>PIB (em milhões de US\$)</i>	<i>% PIB Regional</i>	<i>PIB per capita</i>
<i>Argentina</i>	<i>281.900</i>	<i>25.5</i>	<i>7.780</i>
<i>Brasil</i>	<i>707.961</i>	<i>64.2</i>	<i>4.202</i>
<i>Paraguai</i>	<i>8.594</i>	<i>0.80</i>	<i>1.604</i>
<i>Uruguai</i>	<i>19.564</i>	<i>1.77</i>	<i>5.905</i>
<i>Chile</i>	<i>75.805</i>	<i>6.9</i>	<i>4.859</i>
<i>Bolívia</i>	<i>8.900</i>	<i>0.83</i>	<i>1.114</i>
<i>Total</i>	<i>1.102.724</i> <i>(em bilhões de US\$)</i>	<i>100</i>	<i>4.244</i>

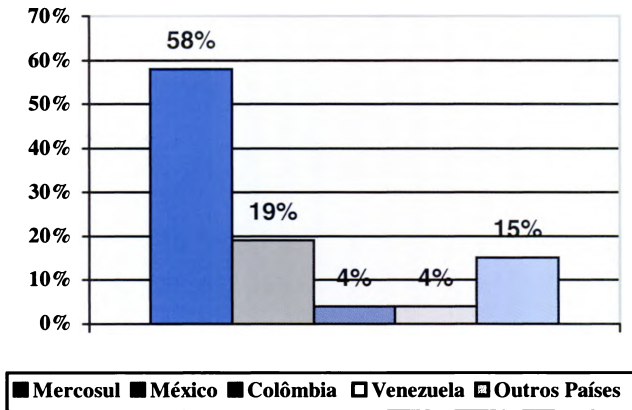
PRODUTO INTERNO BRUTO (1999)

Em bilhões de dólares

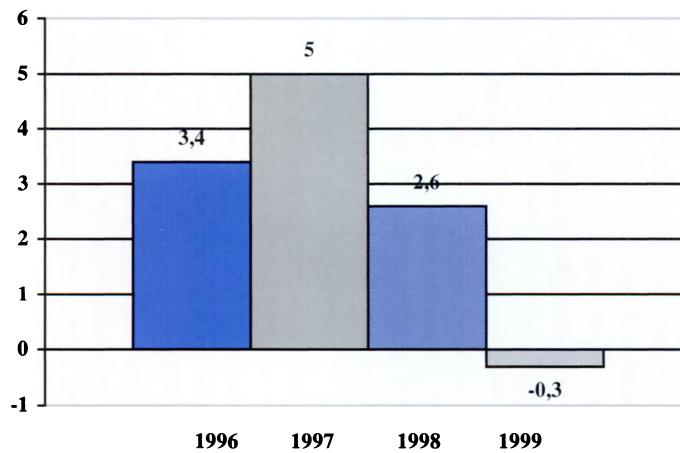
<i>NAFTA</i>	<i>9.957</i>
<i>União Européia</i>	<i>8.553</i>
<i>Japão</i>	<i>3.795</i>
<i>MERCOSUR + Chile e Bolívia</i>	<i>1.102</i>
<i>China</i>	<i>1.029</i>
<i>ASEAN¹</i>	<i>446</i>
<i>Rússia</i>	<i>304</i>

¹ Associação de Nações do Sudeste Asiático.

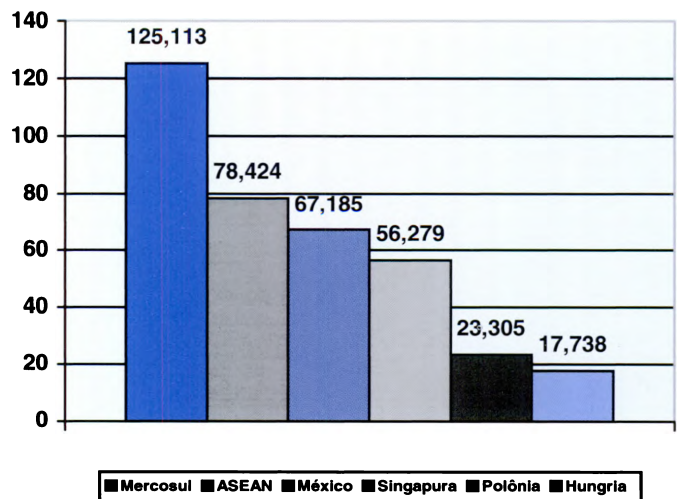
Participação do Mercosul no PIB Latino-americano



Crescimento do PIB regional (em porcentagem)

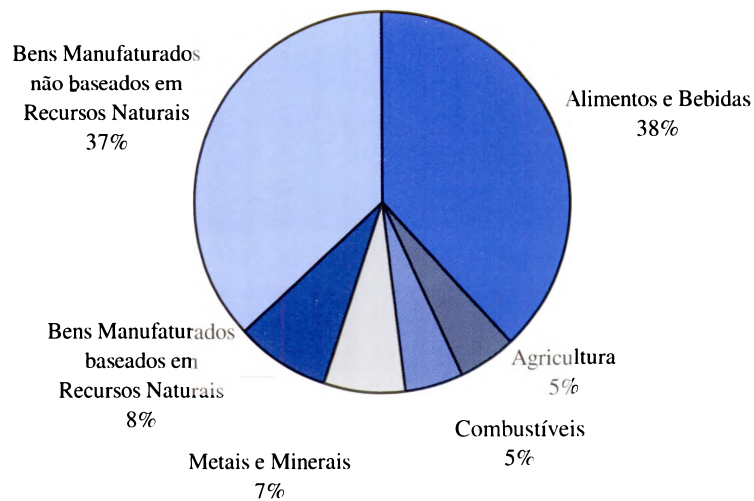


Fluxos acumulados de IED 1990-1999 (em milhões de dólares)

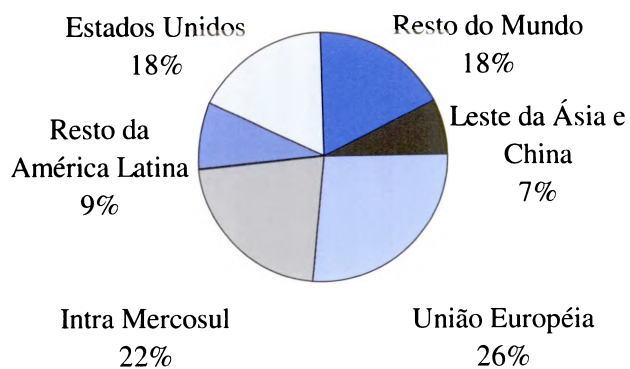


COMÉRCIO

Estrutura de Exportações do Mercosul 1999

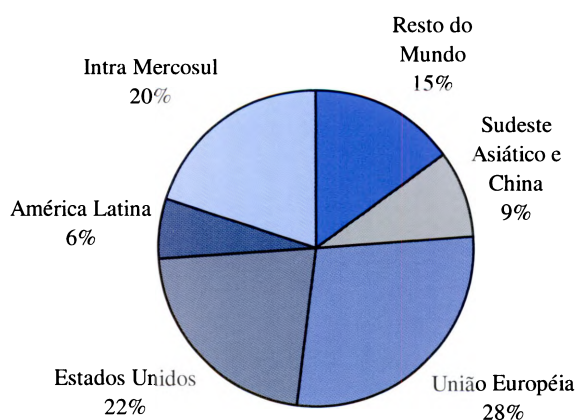


Distribuição Geográfica das Exportações do Mercosul 1999

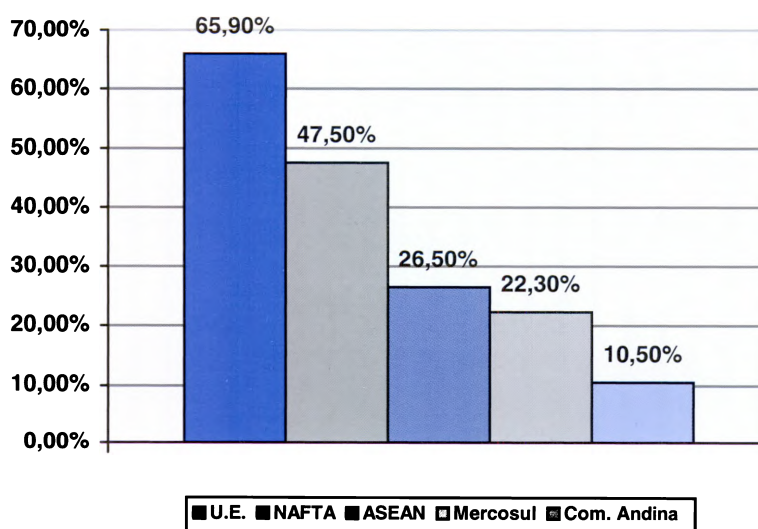


Importações do Mercosul 1999

Importações do Mercosul 1999

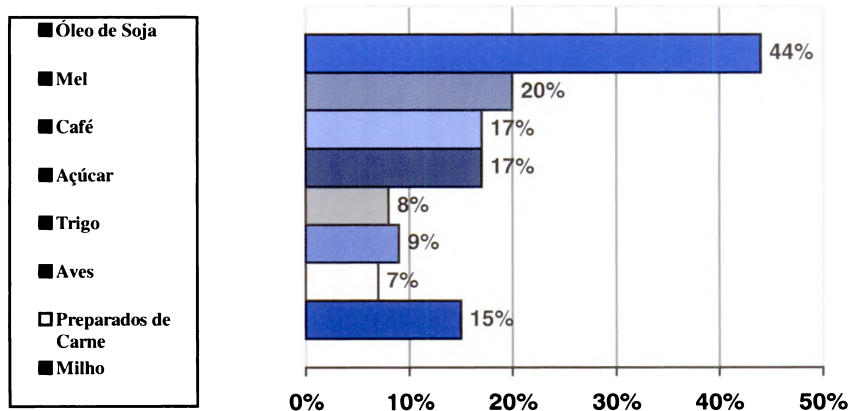


Comércio Intrarregional como porcentagem do comércio total por bloco 1999



COMÉRCIO E COMPETITIVIDADE

Participação do Mercosul no Comércio mundial de alimentos 1999



ABERTURA

Regime de Adequação Intra-Mercosul

Porcentagens de reduções tarifárias

	Argentina - Brasil	Uruguai - Paraguai
Janeiro 1995	Nível tarifário inicial	-----
Janeiro 1996	25%	Nível tarifário inicial
Janeiro 1997	50%	25%
Janeiro 1998	75%	50%
Janeiro 1999	100%	75%
Janeiro 2000	100%	100%

Tarifa Externa Comum do Mercosul

Média de tarifas para os principais setores em 1999

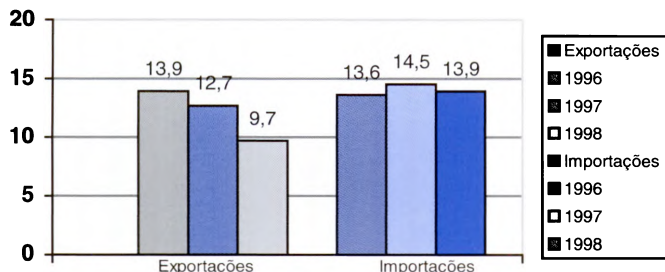
Setor	Tarifa (%)
<i>Produtos Minerais</i>	2,4%
<i>Produtos da Indústria Química</i>	7,2%
<i>Produtos Agropecuários</i>	7,5%
<i>Manufaturas Plásticas</i>	11,9%
<i>Maquinaria Elétrica</i>	12,6%
<i>Alimentos Industrializados</i>	14,7%
<i>Material de Transporte</i>	14,9%
<i>Produtos Têxteis</i>	17,1%

Média Tarifária no Mercosul

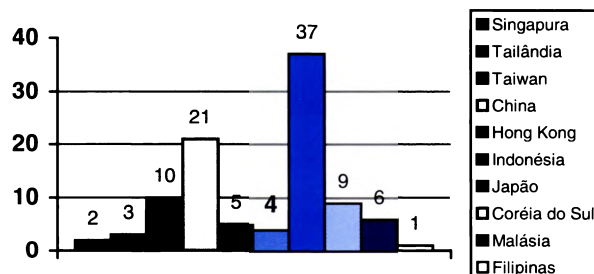
	1985	Tarifas Nominais			Tarifas Efetivas
		1991-92	1994-95	1997-99	1998-99
Argentina	26%	15%	12%	14%	12%
Brasil	80%	21%	12%	15%	10%
Uruguai	72%	16%	10%	10%	21%
Paraguai	32%	12%	11%	10%	11%

COMÉRCIO MERCOSUL – REGIÃO ASIÁTICA DA COSTA DO PACÍFICO

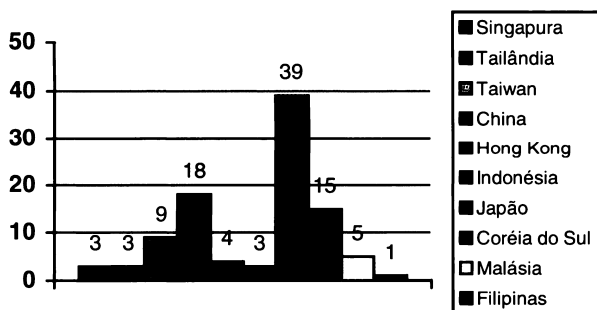
Participação da Região Asiática da Costa do Pacífico no comércio total do Mercosul



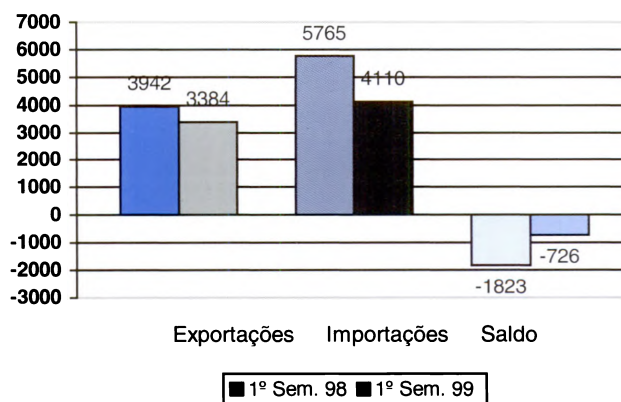
Destino das exportações do Mercosul



Origem das importações do Mercosul



Balança comercial Mercosul-Região Asiática da Costa do Pacífico, primeiro semestre de 1998 e 1999. (Em milhões de dólares)

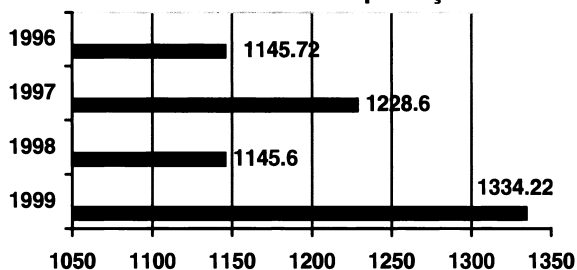


MERCOSUL. ESTRUTURA DO COMÉRCIO

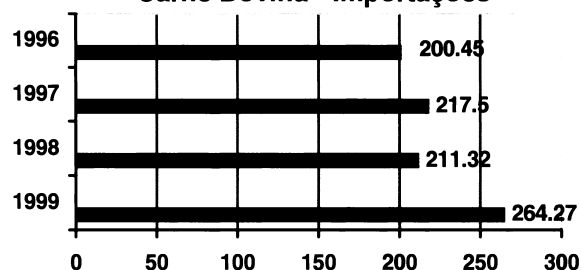
CARNES

(cifras em milhões de US\$)

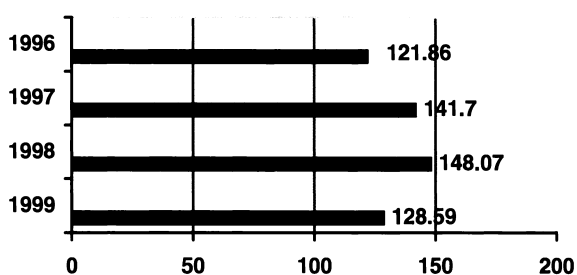
Carne Bovina - Exportações



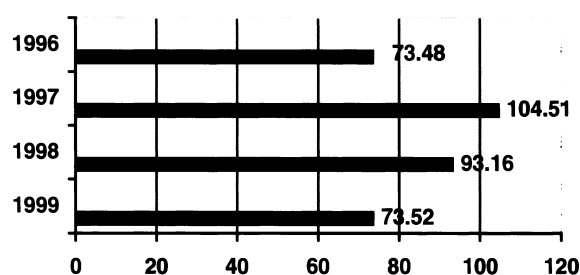
Carne Bovina - Importações



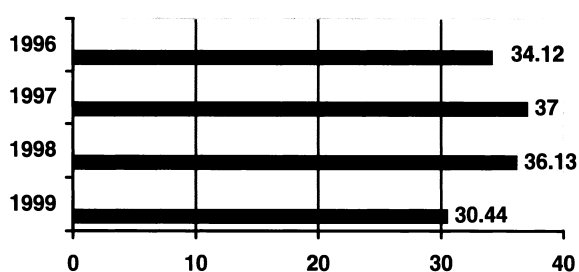
Carne Suína - Exportações



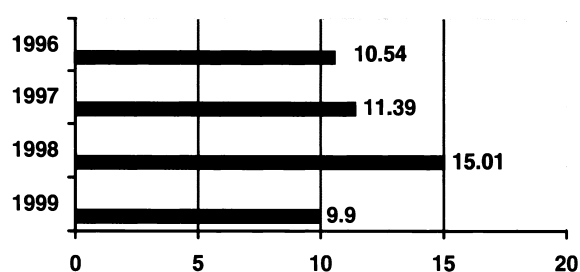
Carne Suína - Importações



Carne Ovina - Exportações



Carne Ovina - Importações

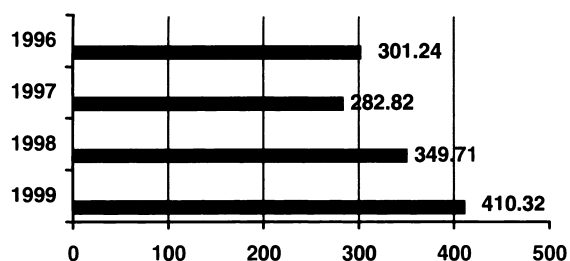


MERCOSUL. ESTRUTURA DO COMÉRCIO

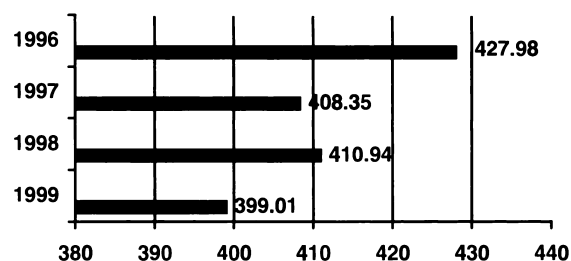
LATICÍNIOS

(cifras em milhões de US\$)

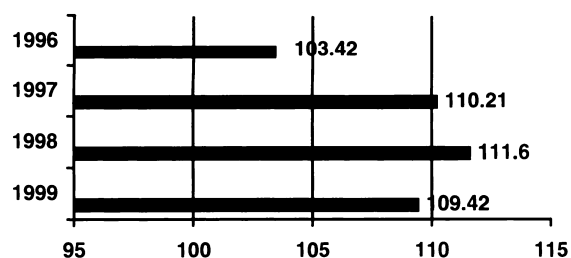
Leite e Nata - Exportações



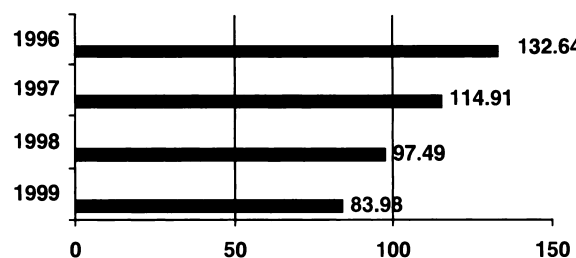
Leite e Nata - Importações



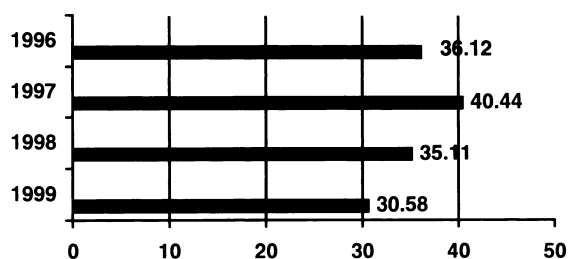
Queijo e Requeijão - Exportações



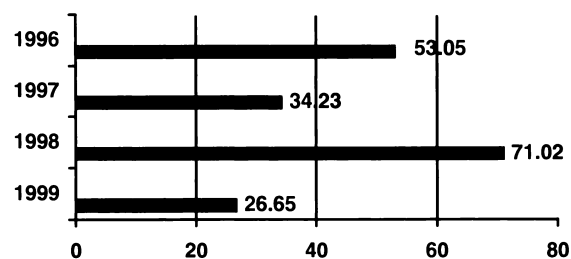
Queijo e Requeijão - Importações



Manteiga e Soro - Exportações



Manteiga e Soro - Importações

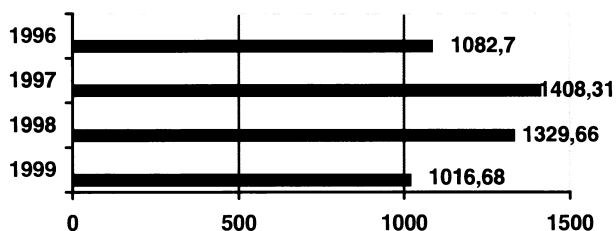


MERCOSUL. ESTRUTURA DO COMÉRCIO

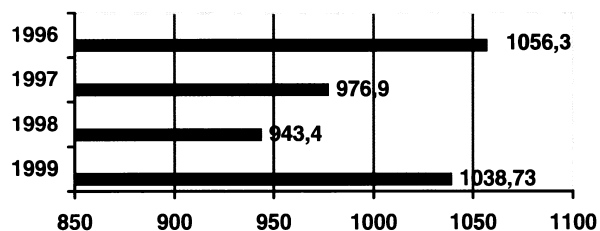
CEREAIS

(cifras em milhões de US\$)

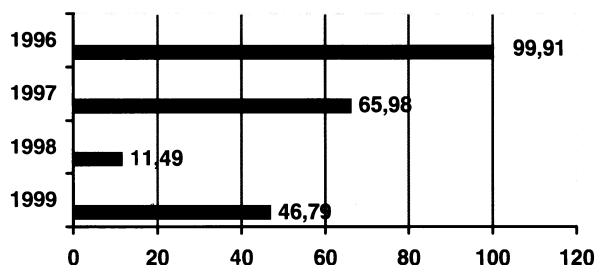
Trigo e Mistura de trigo com centeio - Exportações



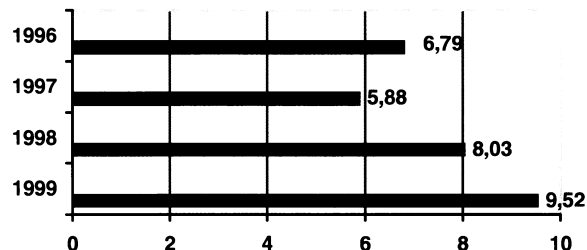
Trigo e Mistura de trigo com centeio - Importações



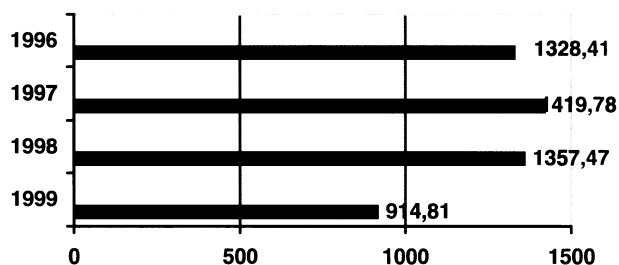
Sorgo - Exportações



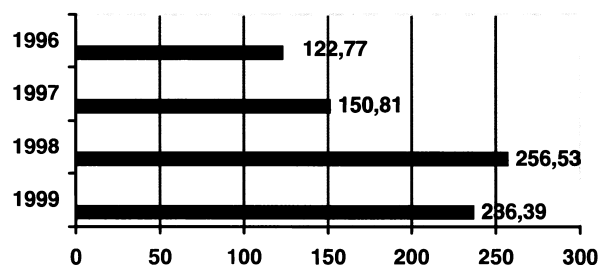
Sorgo - Importações



Milho - Exportações



Milho - Importações

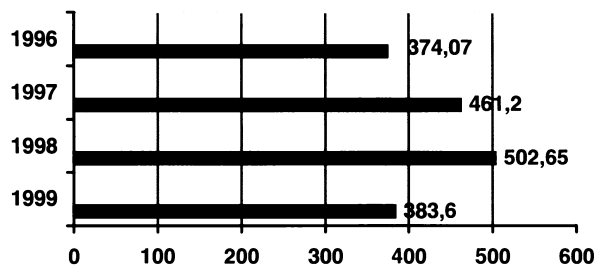


MERCOSUL. ESTRUTURA DO COMÉRCIO

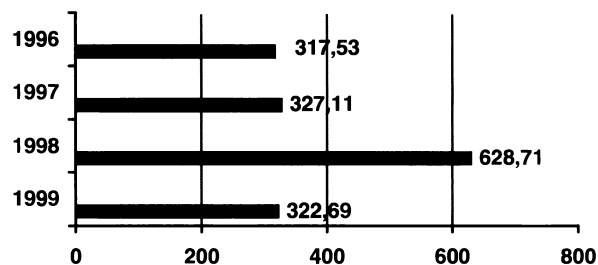
CEREAIS

(cifras em milhões de US\$)

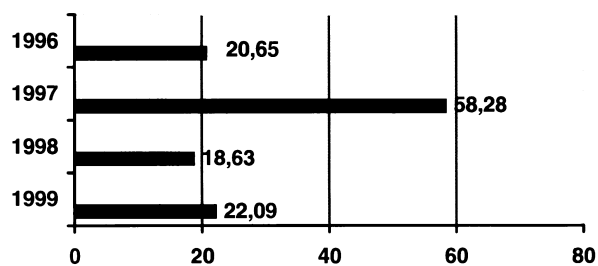
Arroz - Exportações



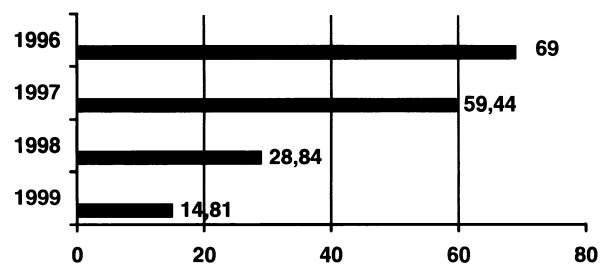
Arroz - Importações



Cevada - Exportações



Cevada - Importações

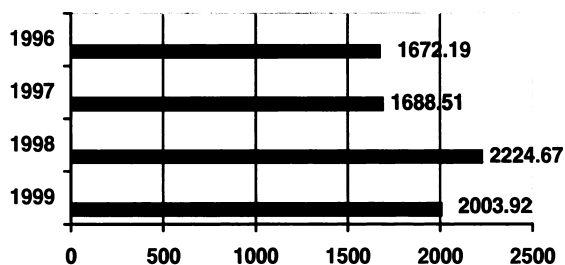


MERCOSUL. ESTRUTURA DO COMÉRCIO

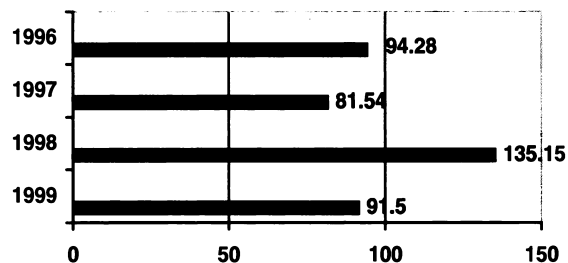
ÓLEO

(cifras em milhões de US\$)

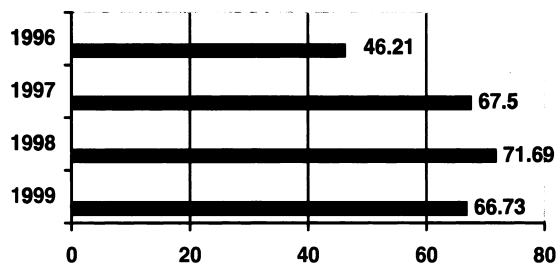
de Soja - Exportações



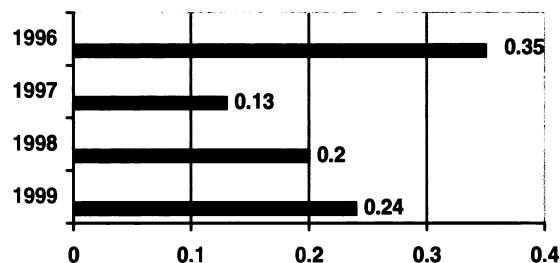
de Soja - Importações



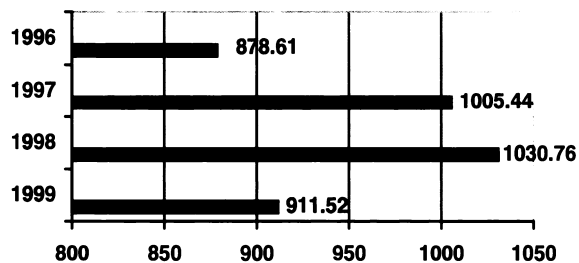
de Amendoim - Exportações



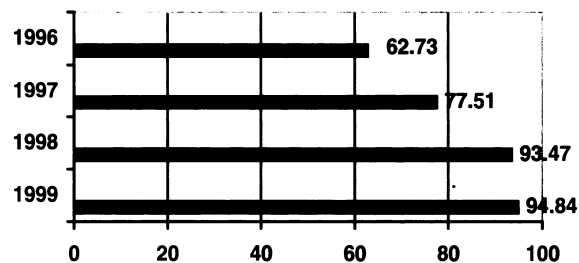
de Amendoim - Importações



de Girassol - Exportações



de Girassol - Importações

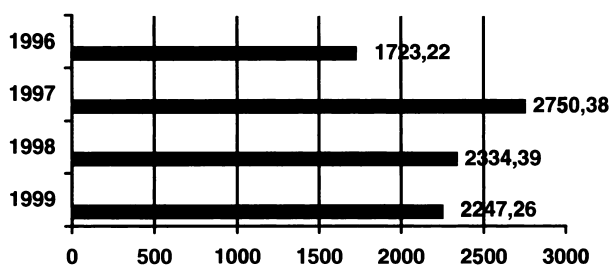


MERCOSUL. ESTRUTURA DO COMÉRCIO

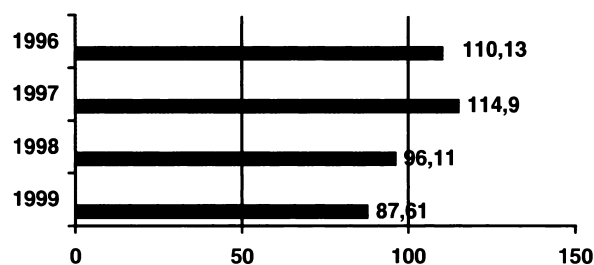
CAFÉ, CHÁ E ERVA

(cifras em milhões de US\$)

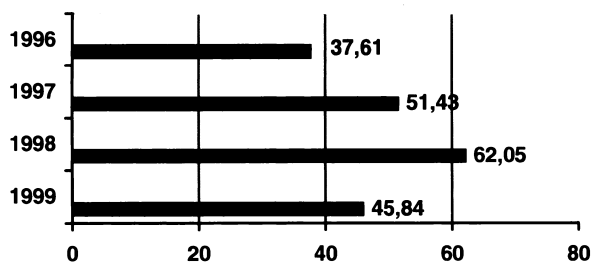
Café - Exportações



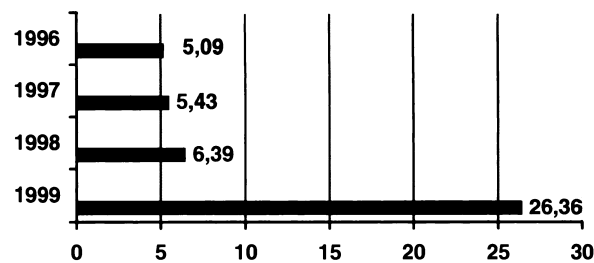
Café - Importações



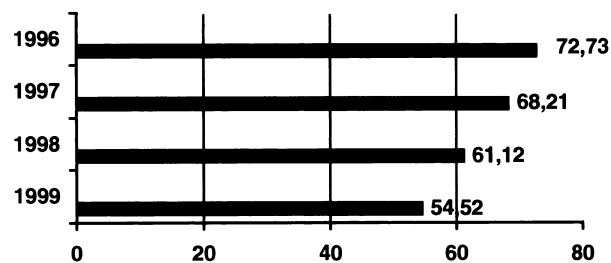
Chá - Exportações



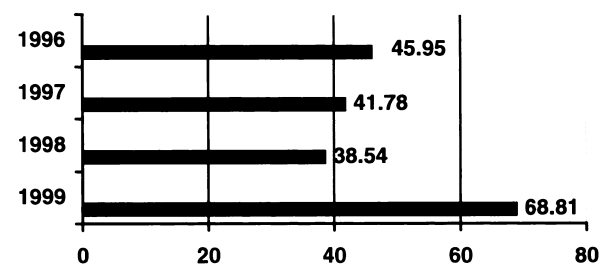
Chá - Importações



Erva Mate - Exportações



Erva Mate - Importações

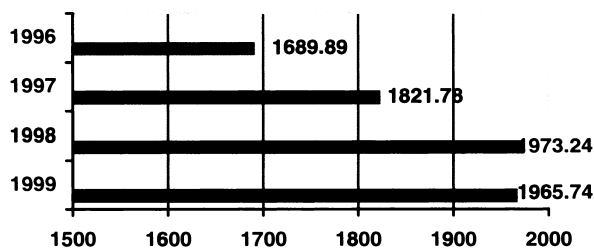


MERCOSUL. ESTRUTURA DO COMÉRCIO

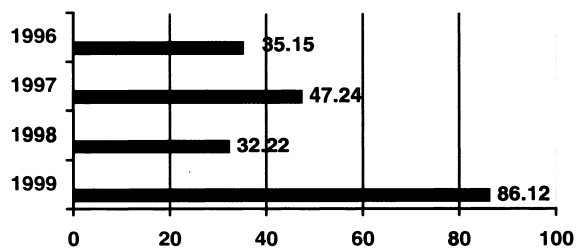
AÇÚCAR

(cifras em milhões de US\$)

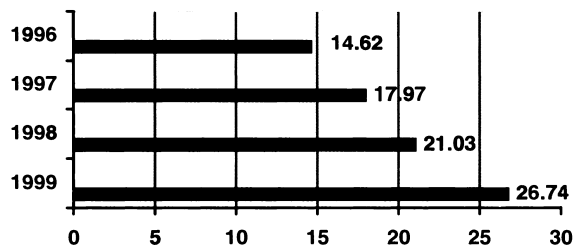
de Cana ou Beterraba - Exportações



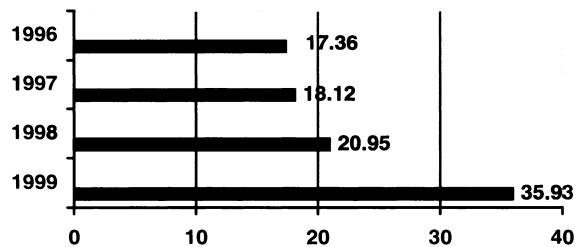
de Cana ou Beterraba - Importações



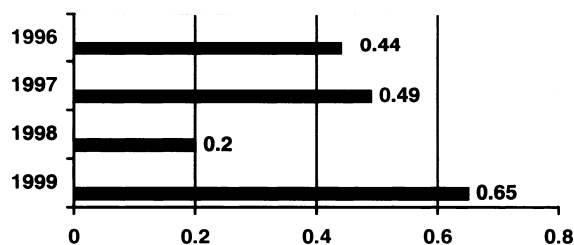
Outros - Exportações



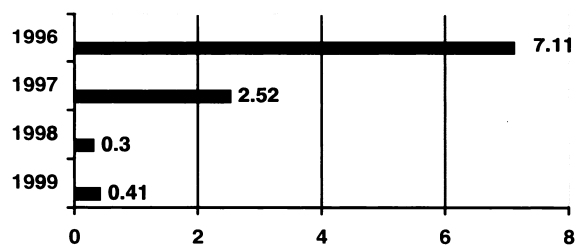
Outros - Importações



Melaço - Exportações



Melaço - Importações

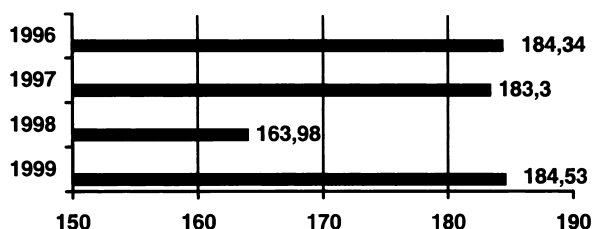


MERCOSUL. ESTRUTURA DO COMÉRCIO

FRUTAS

(cifras em milhões de US\$)

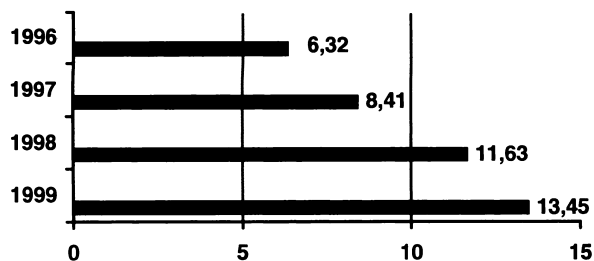
Cocos, Nozes e Castanhas de Caju - Exportações



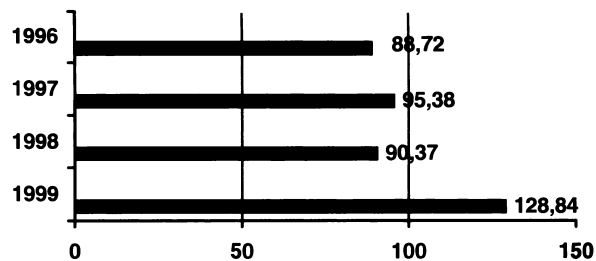
Cocos, Nozes e Castanhas de Caju - Importações



Bananas - Exportações



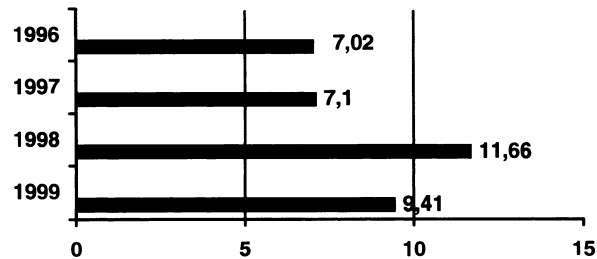
Bananas - Importações



Cítricos - Exportações



Cítricos - Importações



MERCOSUL. ESTRUTURA DO COMÉRCIO

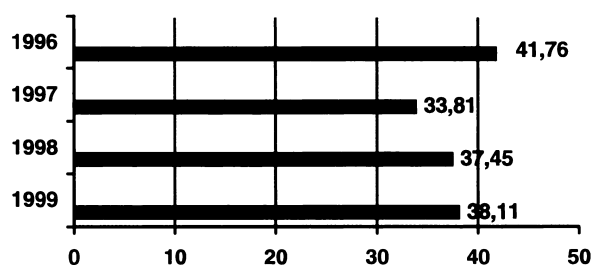
FRUTAS

(cifras em milhões de US\$)

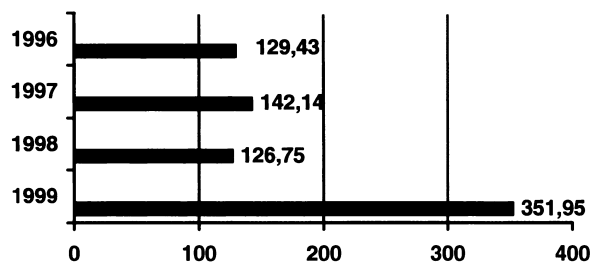
Uvas - Exportações



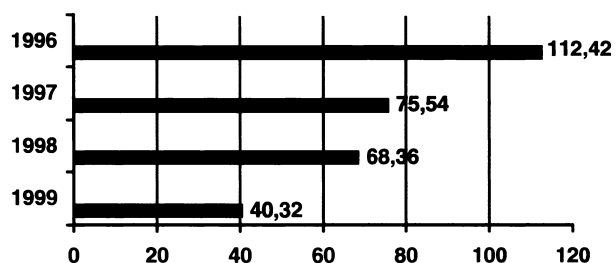
Uvas - Importações



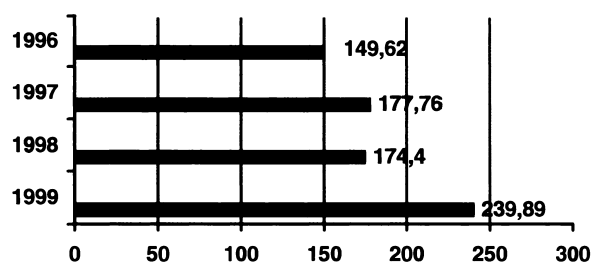
Maçãs - Exportações



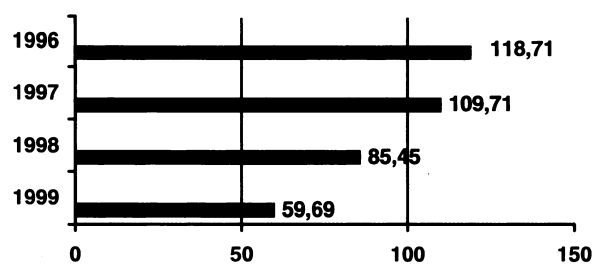
Maçãs - Importações



Pêras - Exportações



Pêras - Importações

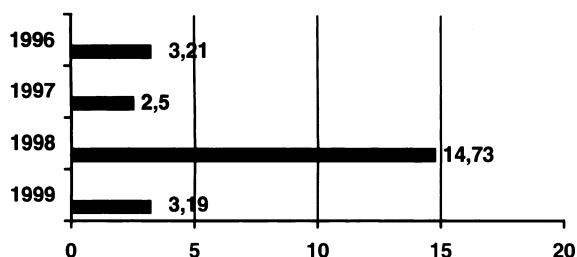


MERCOSUL. ESTRUTURA DO COMÉRCIO

HORTALIÇAS

(cifras em milhões de US\$)

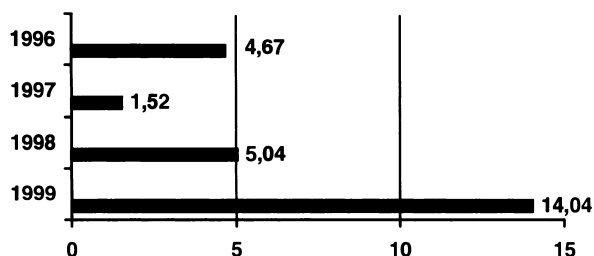
Batatas - Exportações



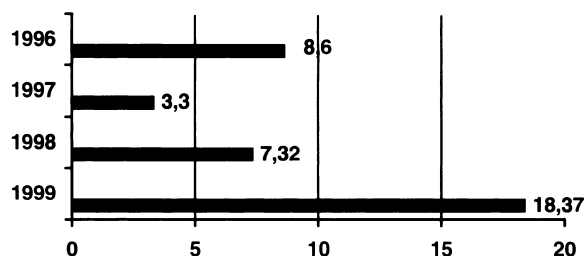
Batatas - Importações



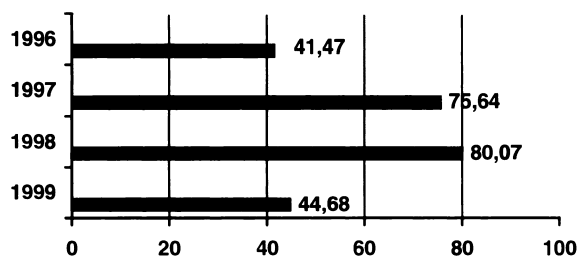
Tomates - Exportações



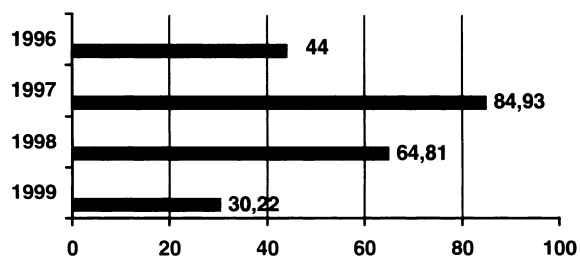
Tomates - Importações



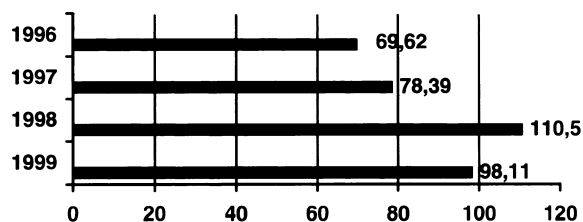
Cebolas - Exportações



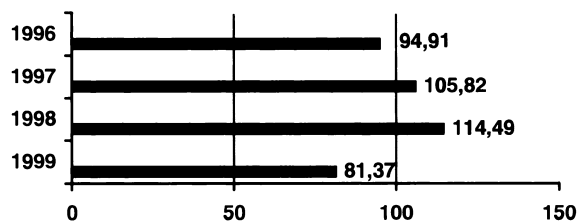
Cebolas - Importações



Alhos, Alhos-porós, etc. - Exportações



Alhos, Alhos-porós, etc. - Importações

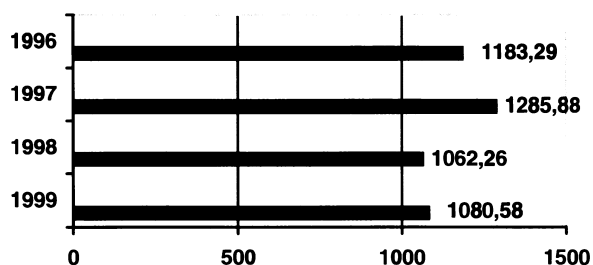


MERCOSUL. ESTRUTURA DO COMÉRCIO

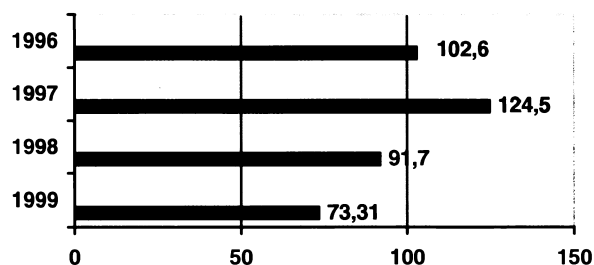
TABACO

(cifras em milhões de US\$)

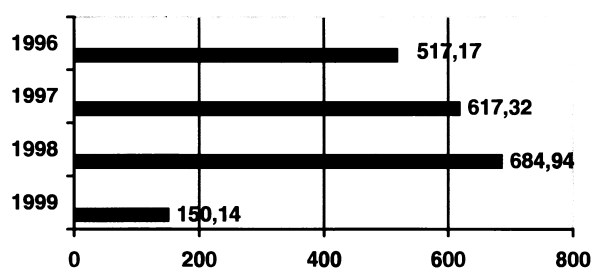
Tabaco - Exportações



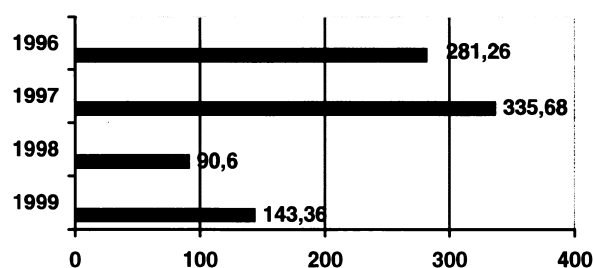
Tabaco - Importações



Charutos e Cigarros - Exportações



Charutos e Cigarros - Importações

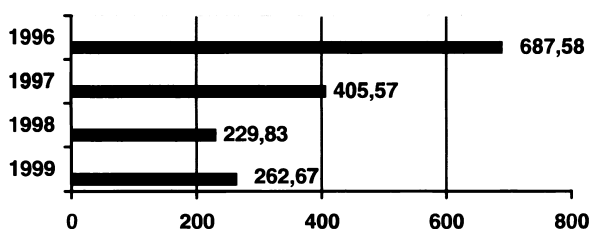


MERCOSUL. ESTRUTURA DO COMÉRCIO

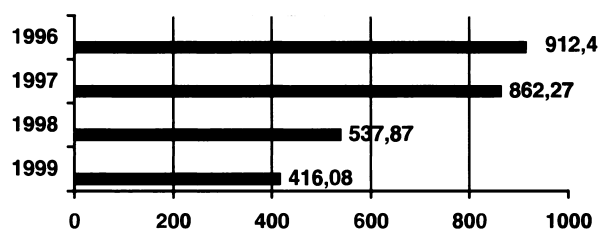
ALGODÃO

(cifras em milhões de US\$)

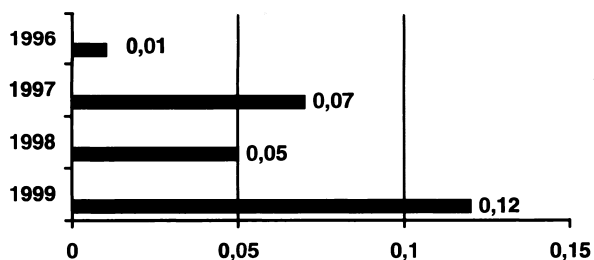
Sem cardar ou pentear -
Exportações



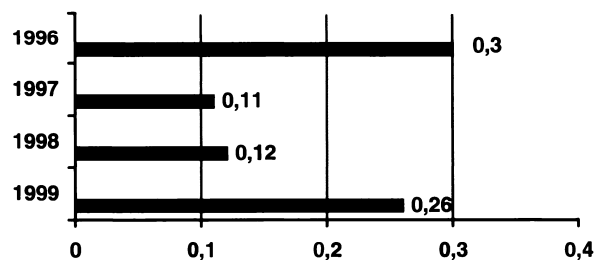
Sem cardar ou pentear -
Importações



Cardado - Exportações



Cardado - Importações

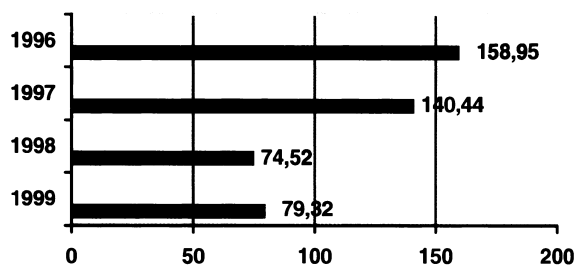


MERCOSUL. ESTRUTURA DO COMÉRCIO

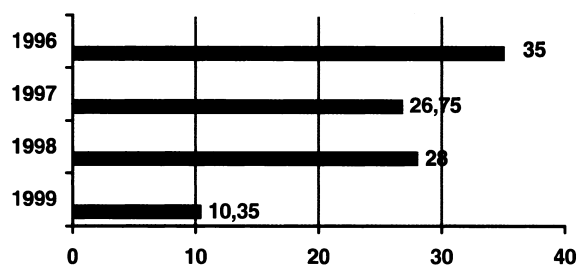
LÃS

(cifras em milhões de US\$)

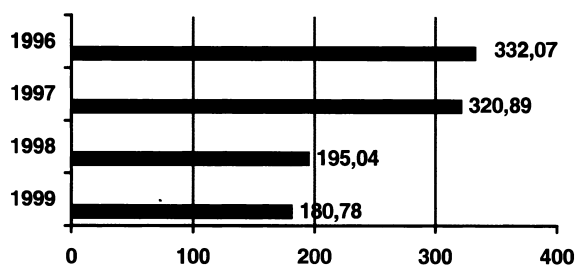
Sem pentear - Exportações



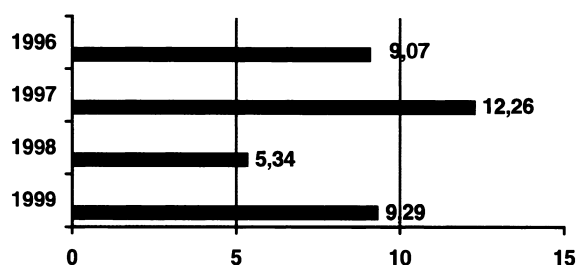
Sem pentear - Importações



Penteadas - Exportações



Penteadas - Importações

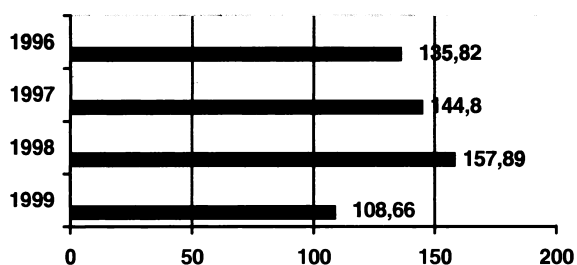


MERCOSUL. ESTRUTURA DO COMÉRCIO

MADEIRA

(cifras em milhões de US\$)

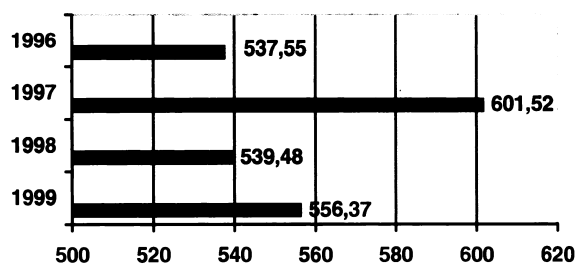
Bruta - Exportações



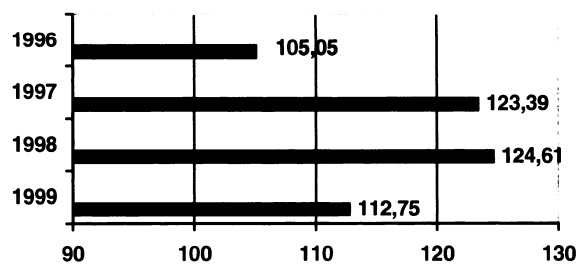
Bruta - Importações



Industrializada - Exportações



Industrializada - Importações

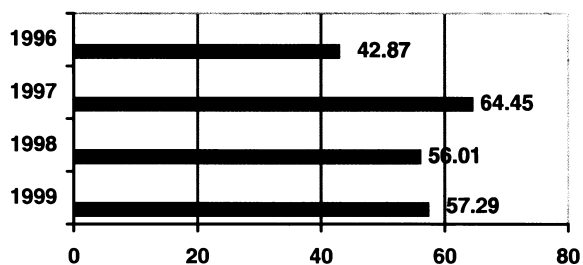


MERCOSUL. ESTRUTURA DO COMÉRCIO

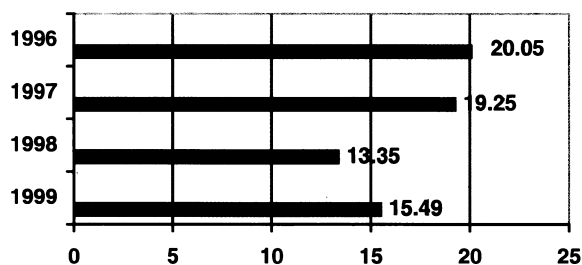
PAPEL

(cifras em milhões de US\$)

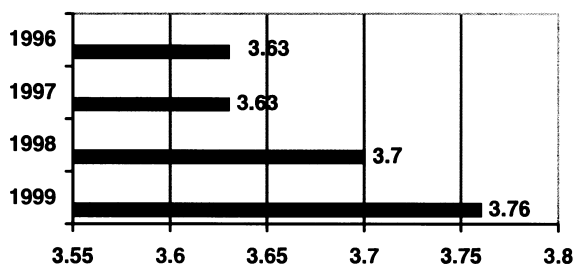
Pasta de Madeira - Exportações



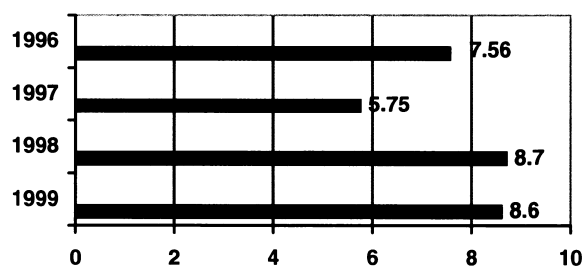
Pasta de Madeira - Importações



Pasta de Papel - Exportações



Pasta de Papel - Importações

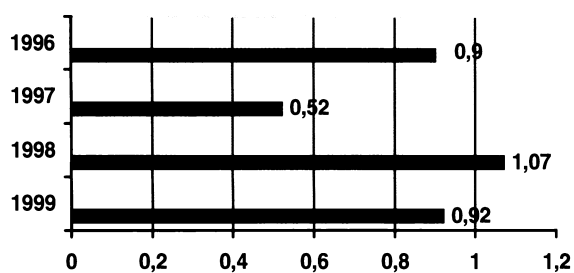


MERCOSUL. ESTRUTURA DO COMÉRCIO

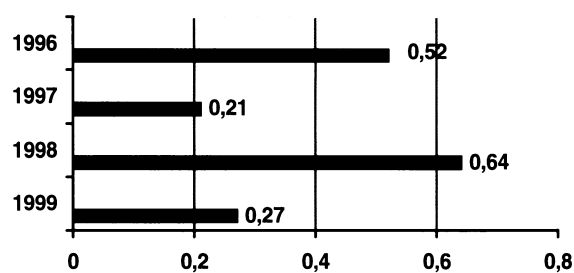
OLEAGINOSAS

(cifras em milhões de US\$)

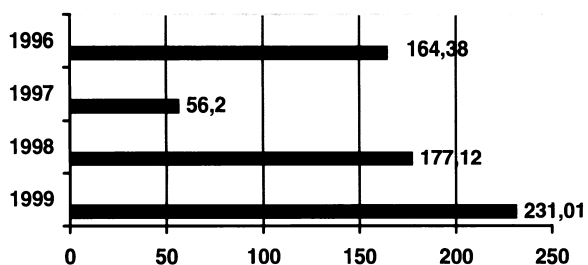
Linho - Exportações



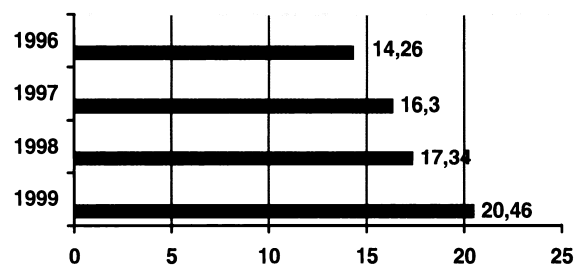
Linho - Importações



Girassol - Exportações



Girassol - Importações

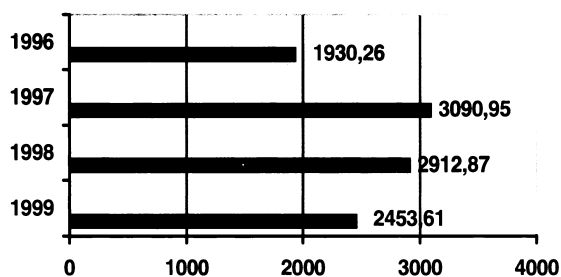


MERCOSUL. ESTRUTURA DO COMÉRCIO

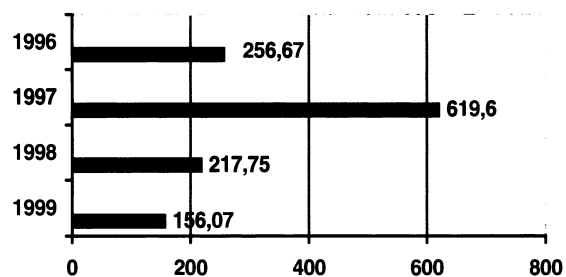
OLEAGINOSAS

(cifras em milhões de US\$)

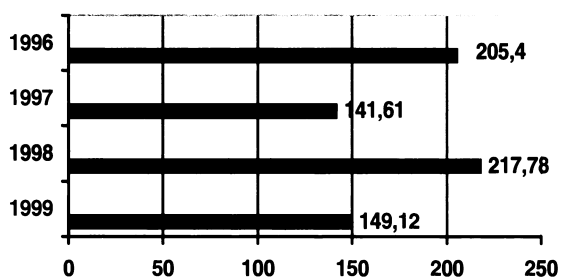
Soja - Exportações



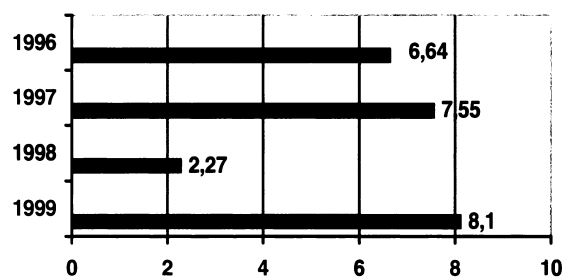
Soja - Importações

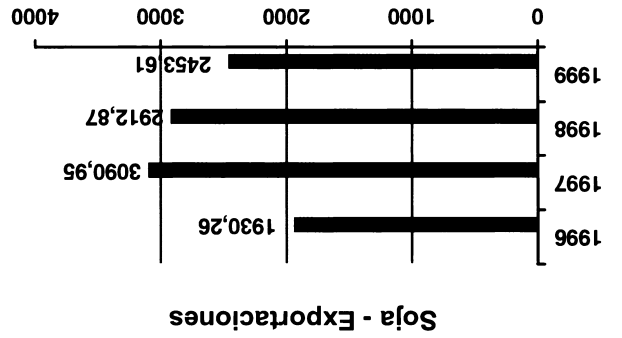
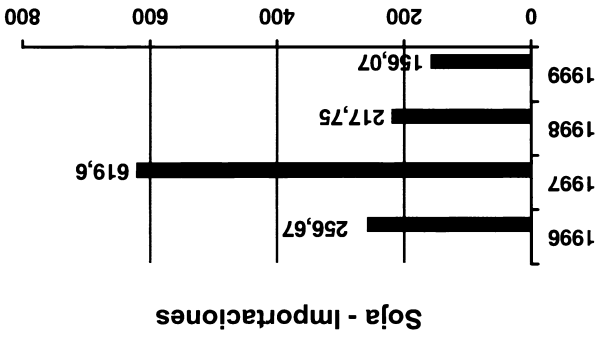
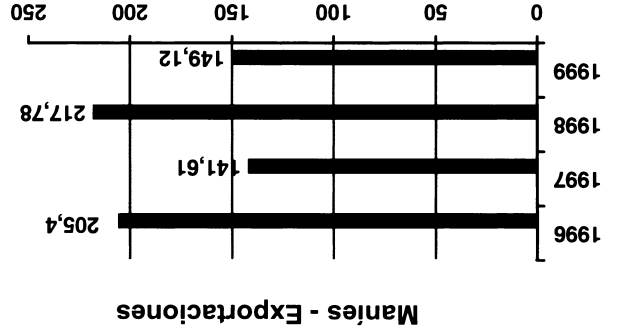
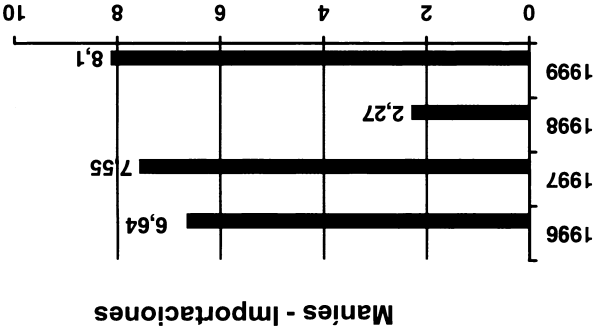


Amendoins - Exportações



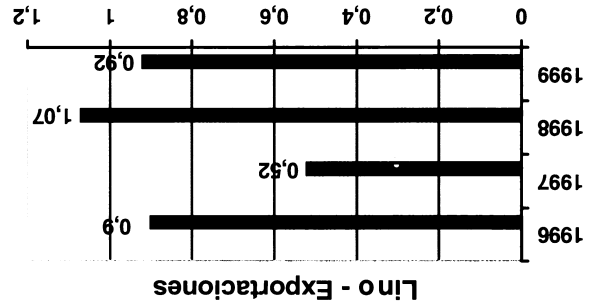
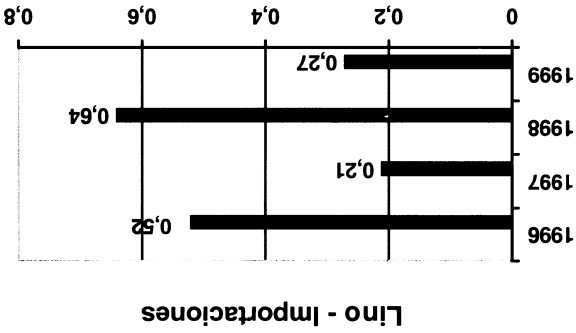
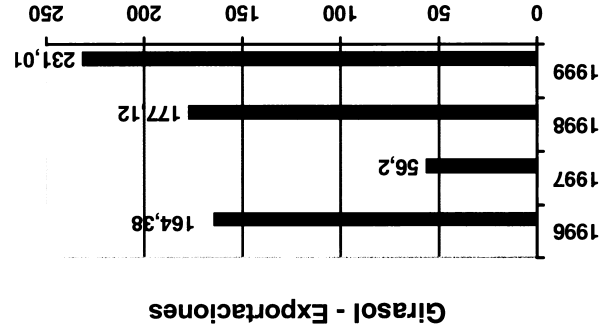
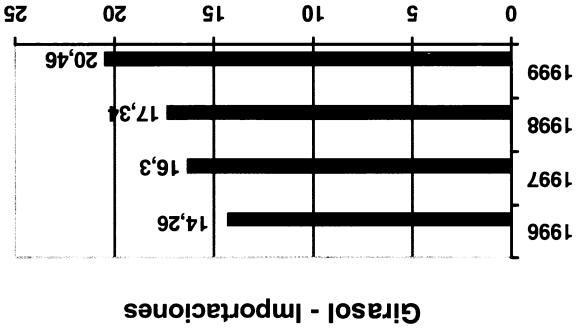
Amendoins - Importações





(Cifras en millones de US\$)

OLEAGINOSAS

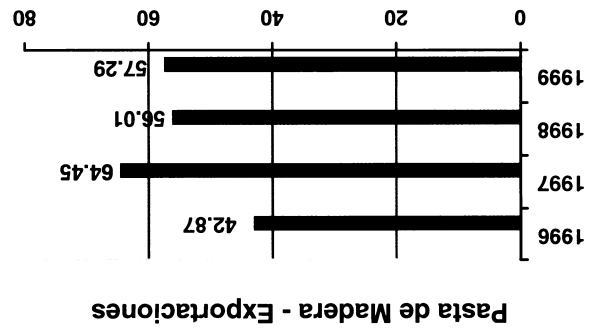


(Cifras en millones de US\$)

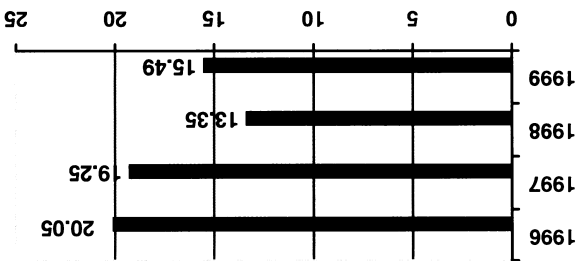
OLEAGINOSAS

PAPEL

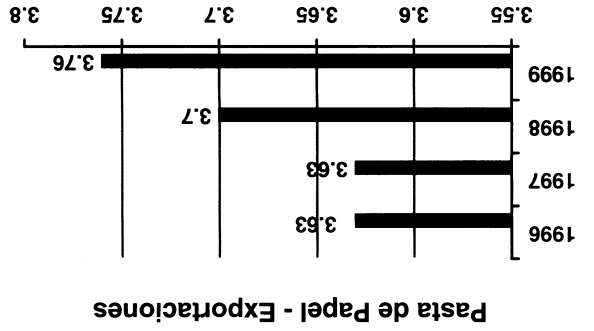
(Cifras en millones de US\$)



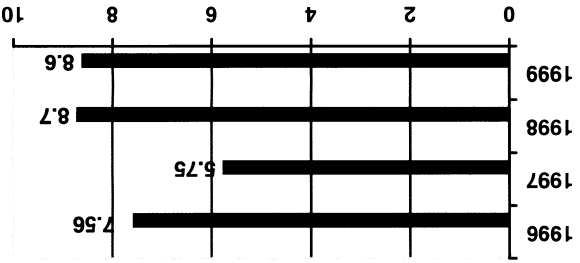
Pastas de Madera - Exportaciones



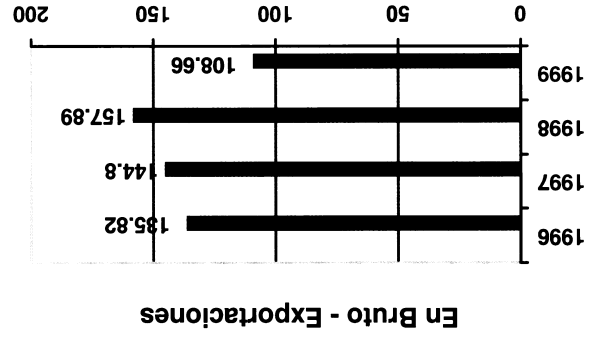
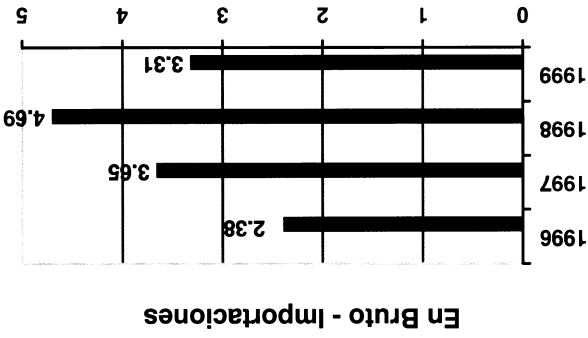
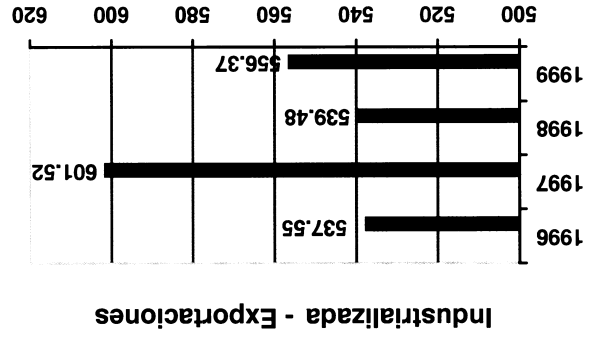
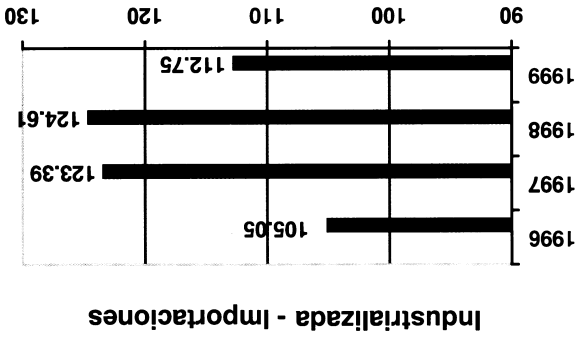
Pastas de Madera - Importaciones



Pastas de Papel - Exportaciones



Pastas de Papel - Importaciones

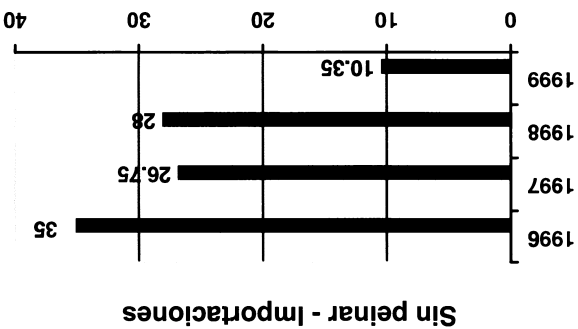
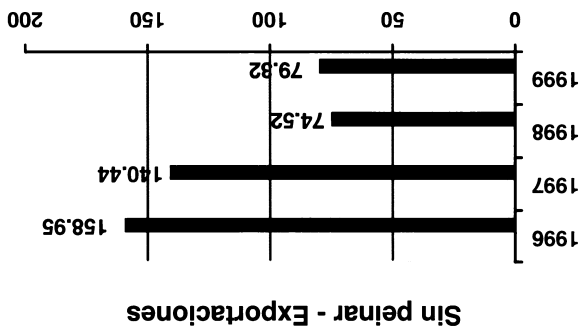
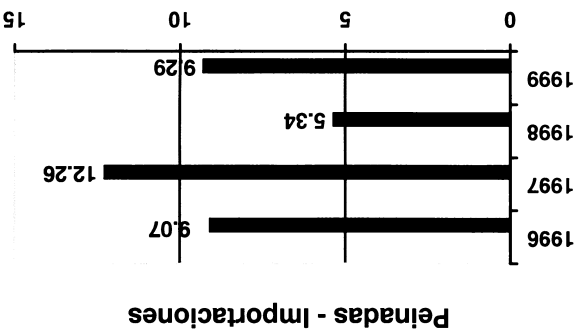
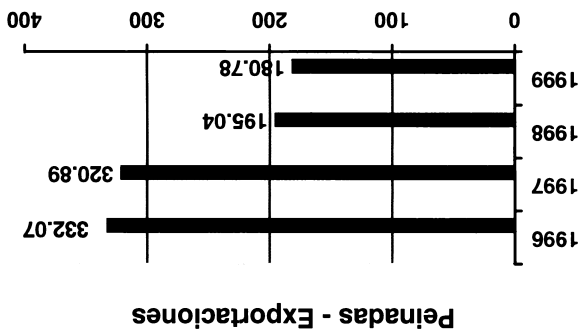


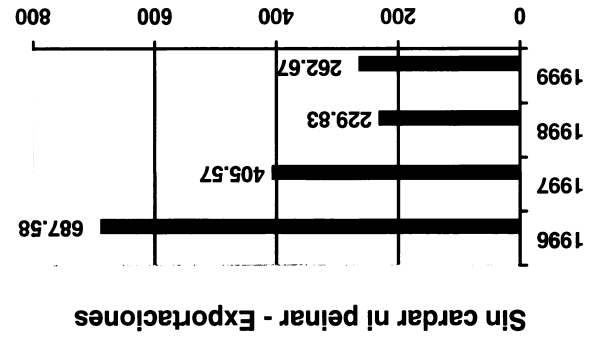
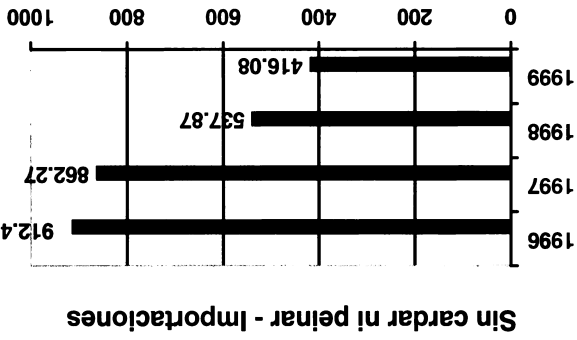
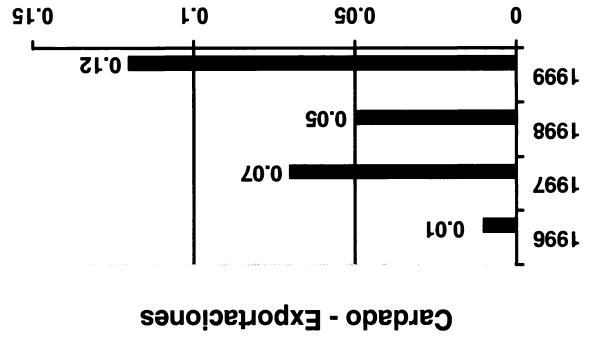
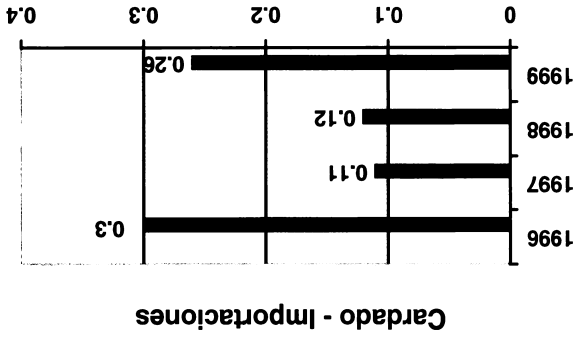
(Cifras en millones de US\$)

MADERA

LANAS

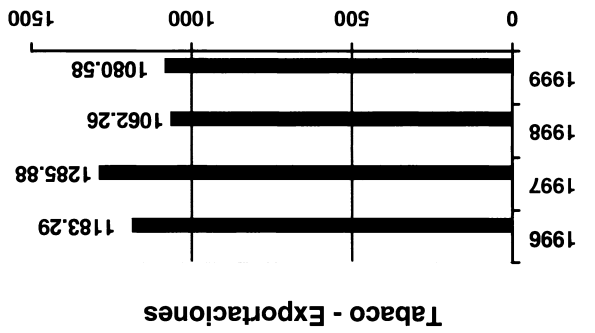
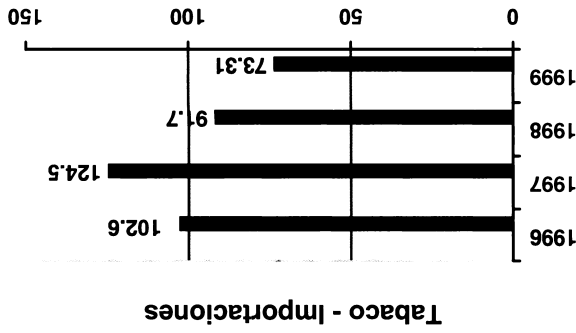
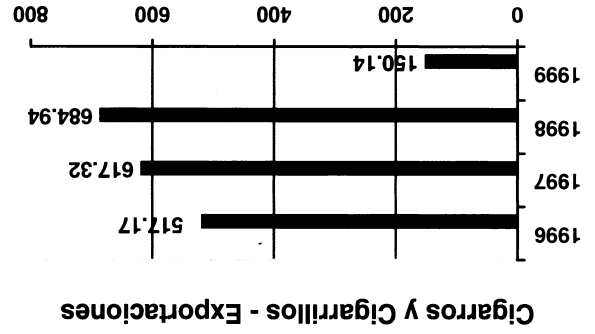
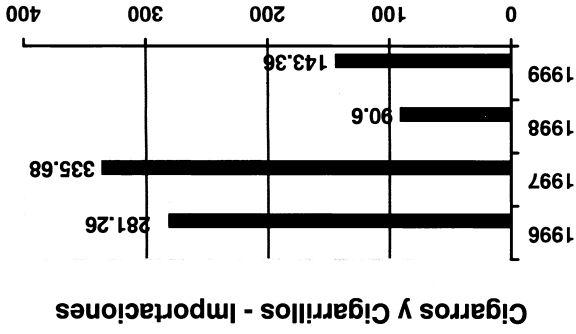
(Cifras en millones de US\$)





(Cifras en millones de US\$)

ALGODÓN

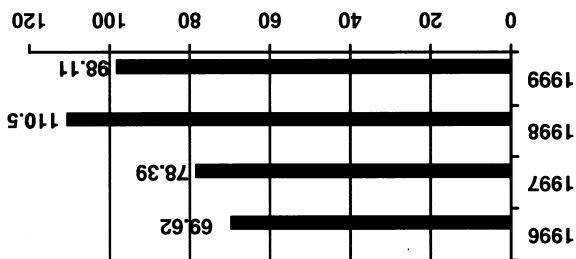


(Cifras en millones de US\$)

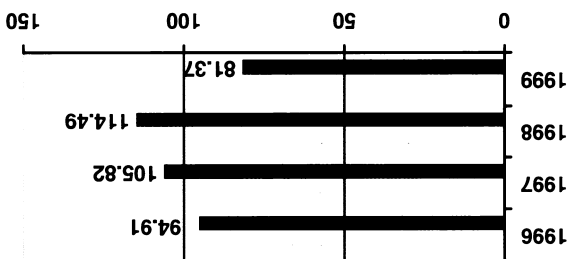
TABACO

HORTALIZAS

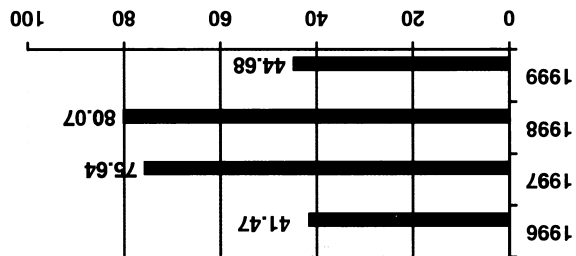
(Cifras en millones de US\$)



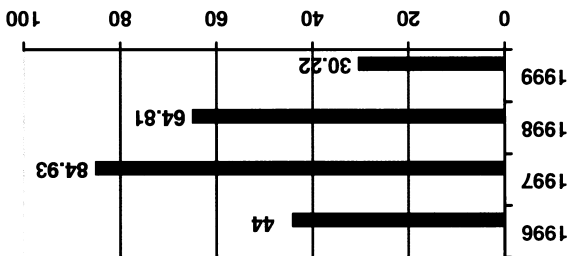
Ajos, Pueros, etc. - Exportaciones



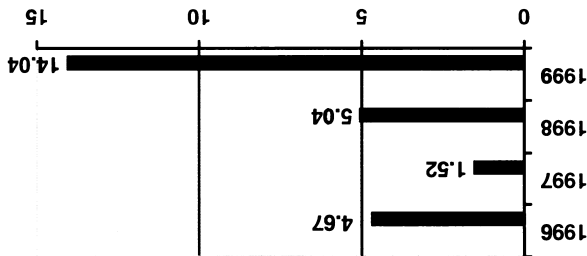
Ajos, Pueros, etc. - Importaciones



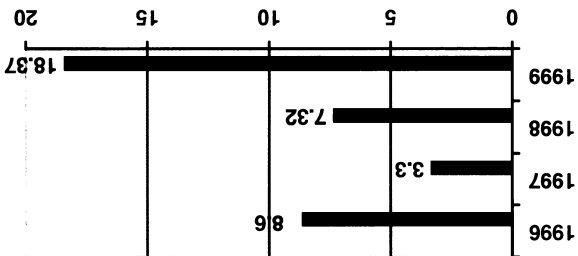
Cebollas - Exportaciones



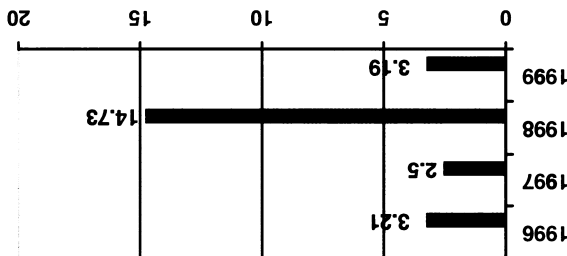
Cebollas - Importaciones



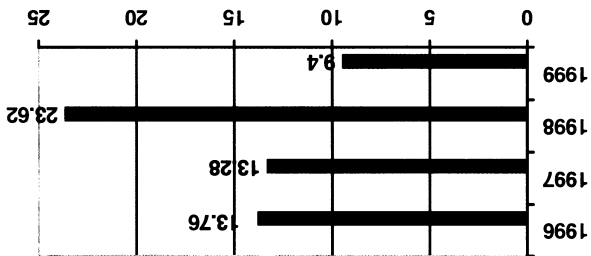
Tomates - Exportaciones



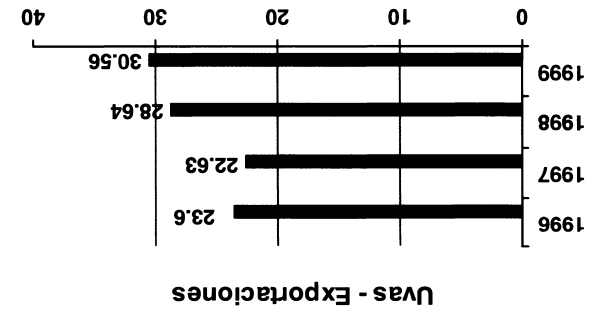
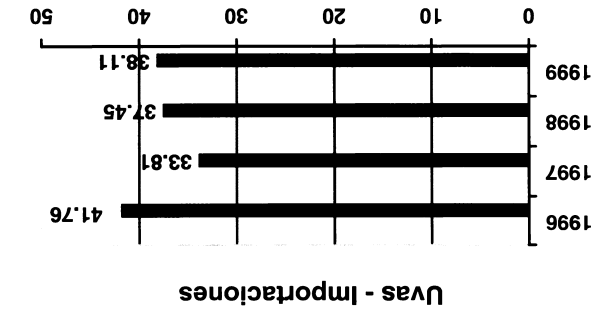
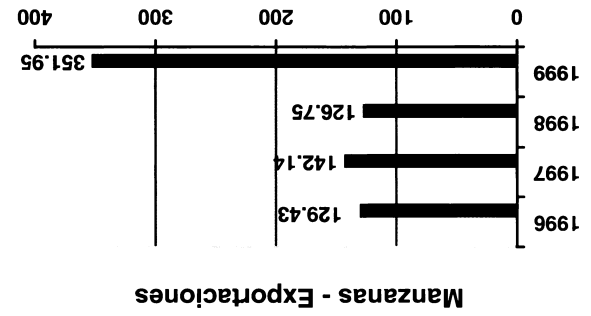
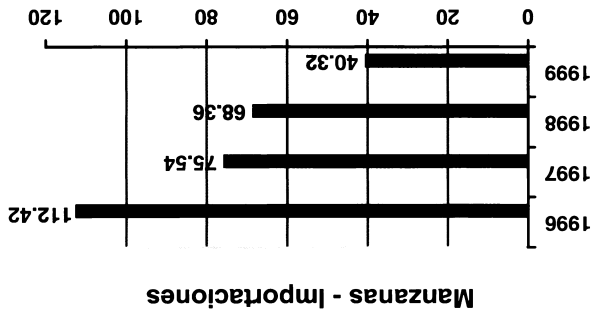
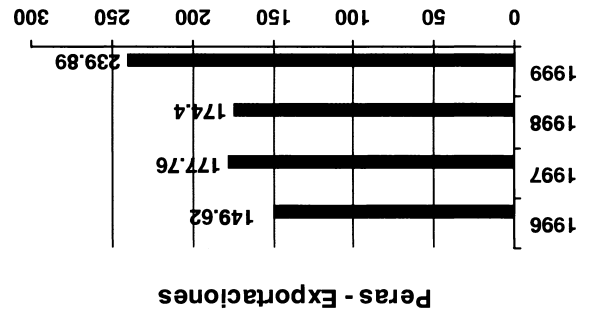
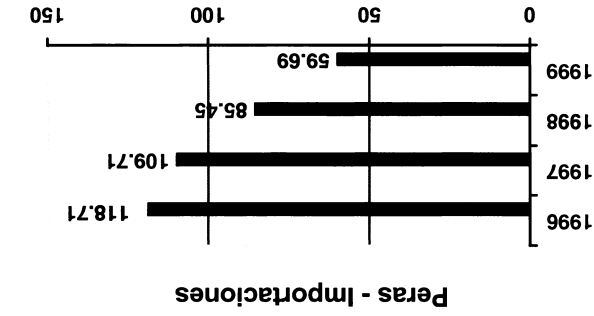
Tomates - Importaciones



Papas - Exportaciones

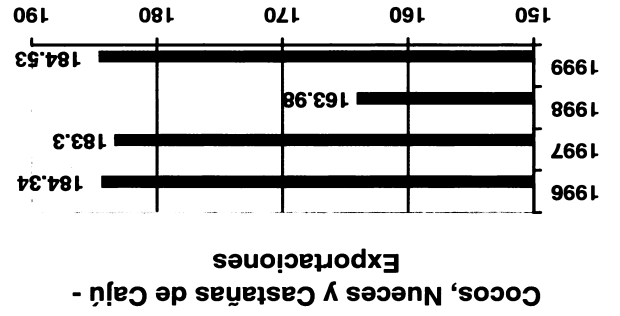
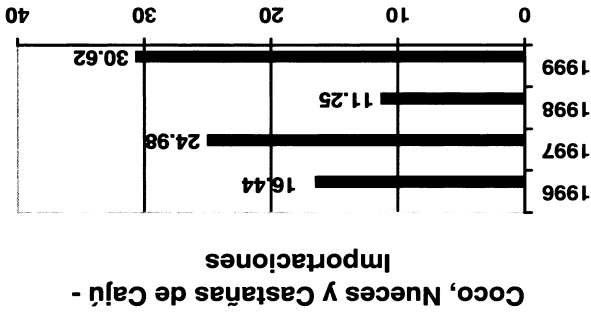
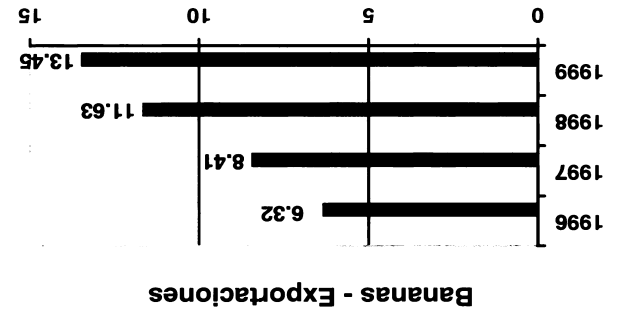
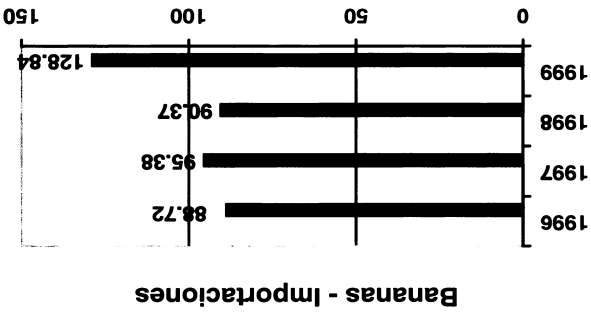
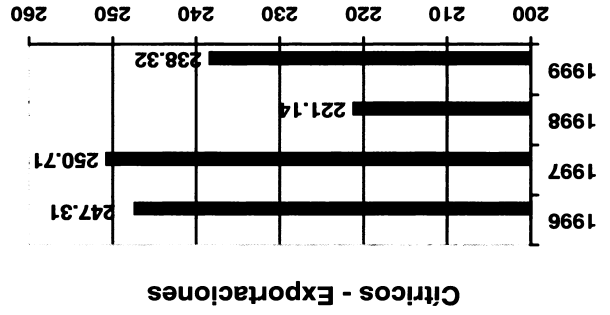
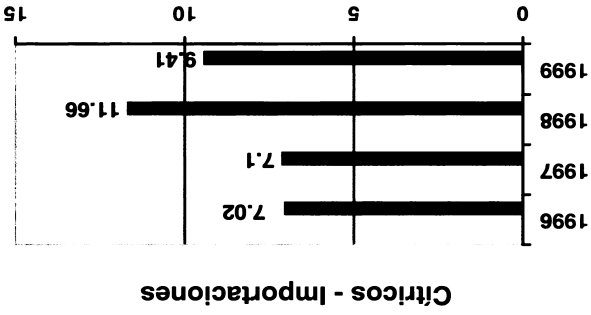


Papas - Importaciones



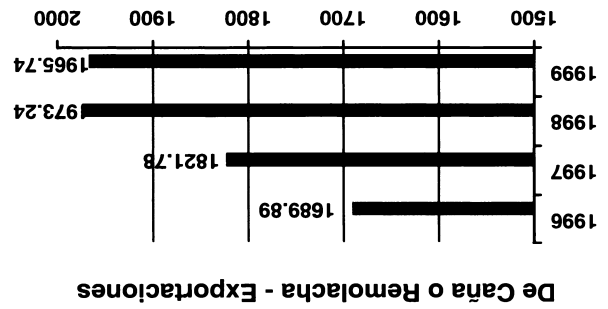
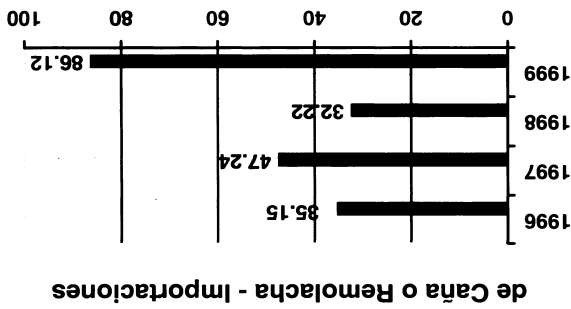
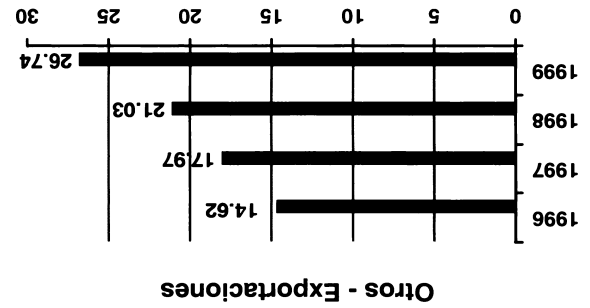
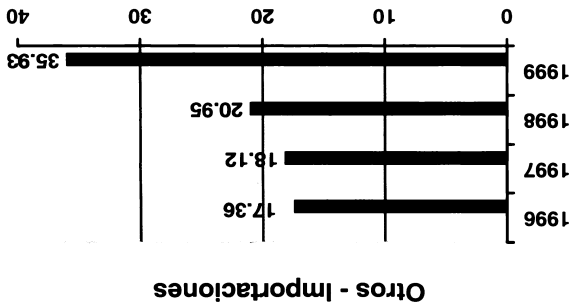
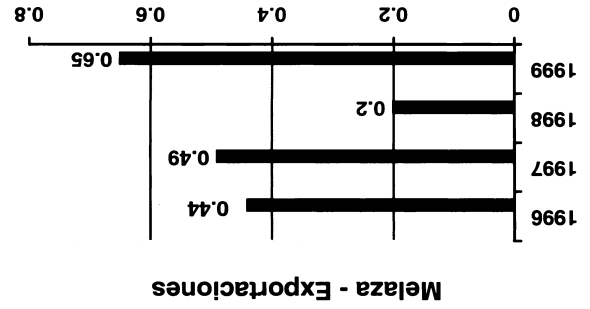
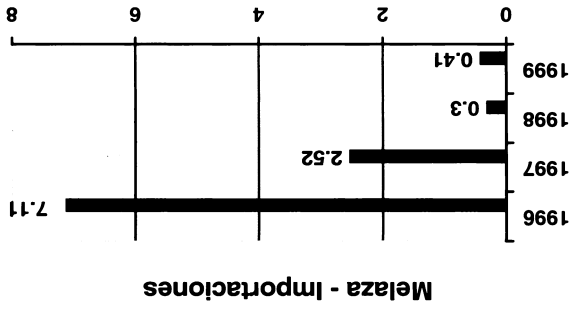
(Cifras en millones de US\$)

FRUTAS



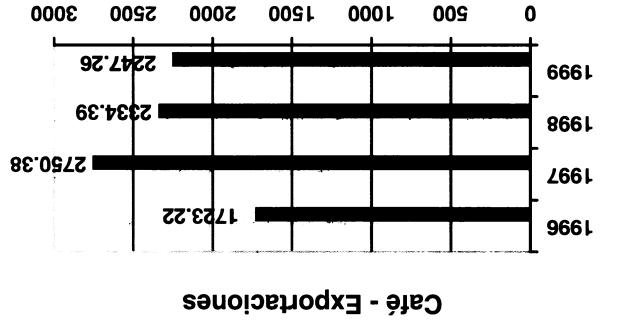
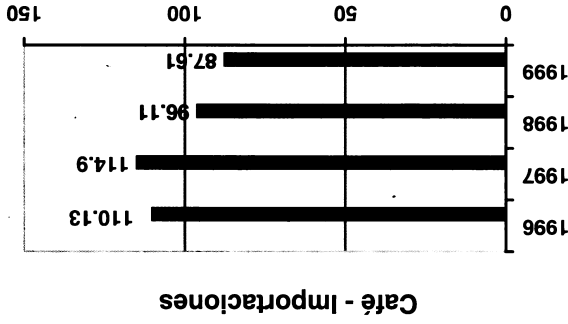
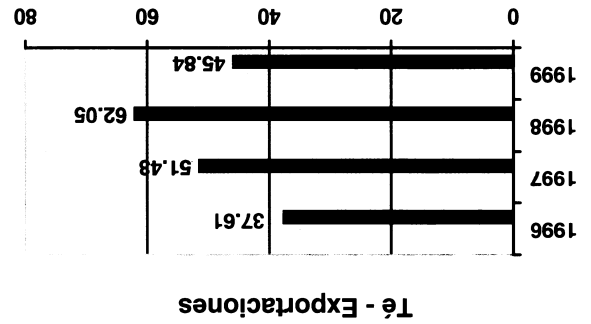
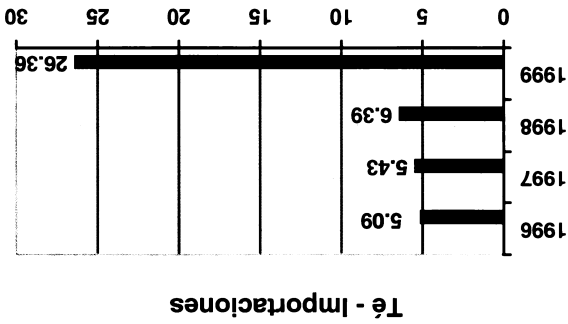
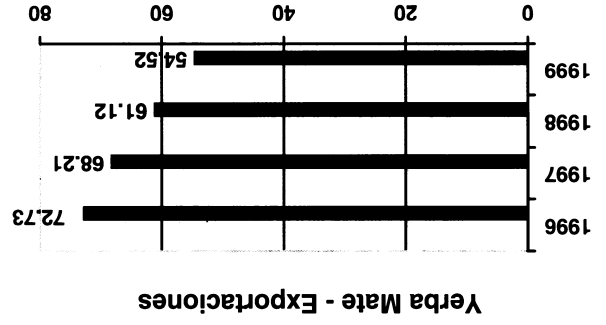
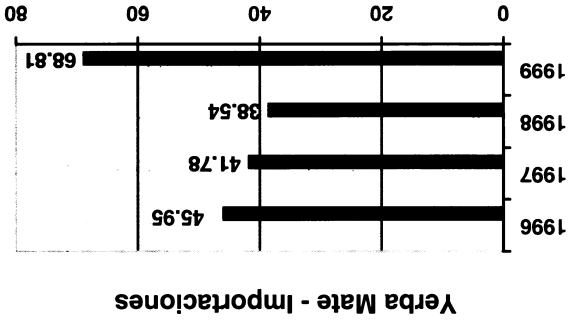
(Cifras en millones de US\$)

FRUTAS



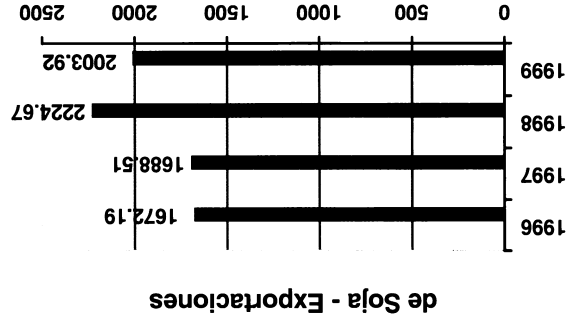
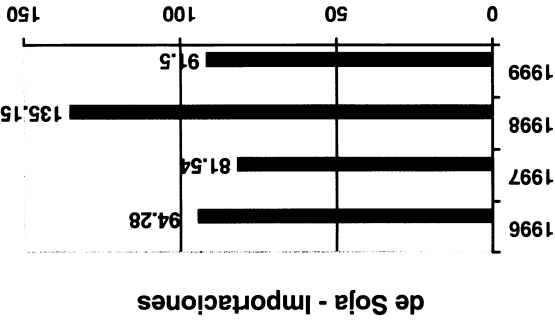
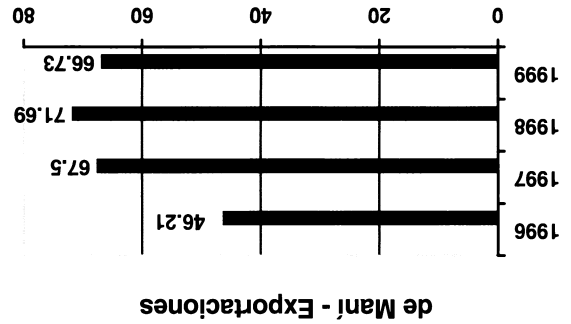
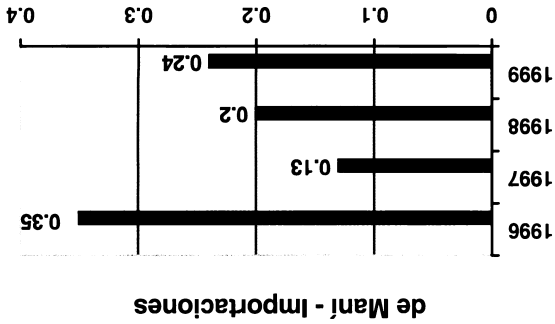
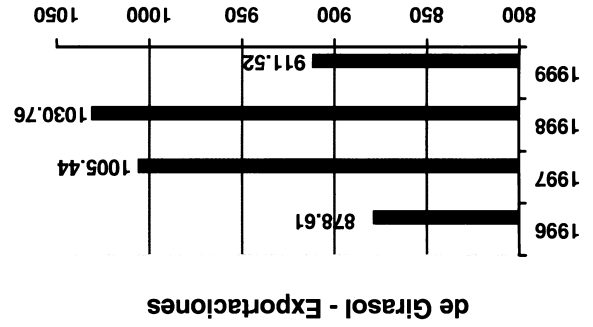
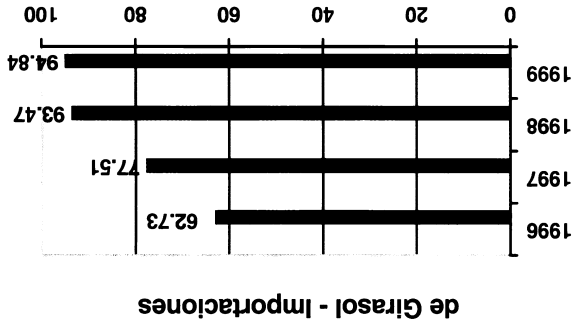
(Cifras en millones de US\$)

AZÚCAR



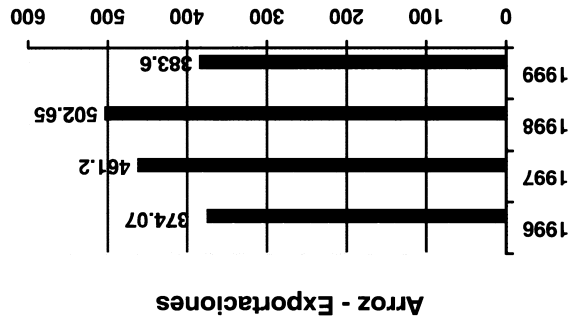
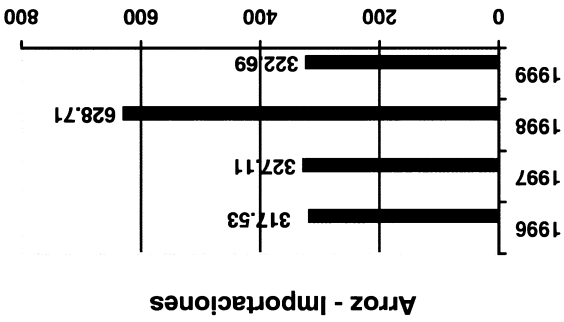
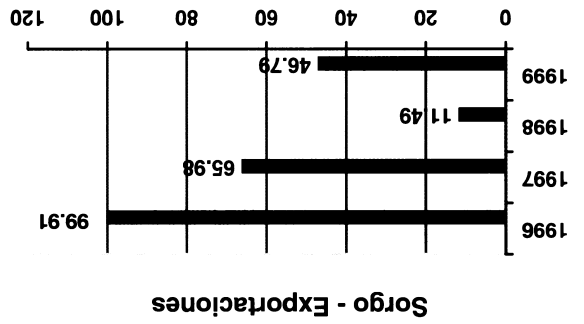
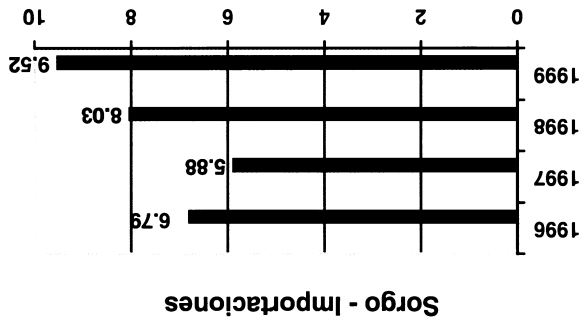
(Cifras en millones de US\$)

CAFÉ, TÉ Y YERBA



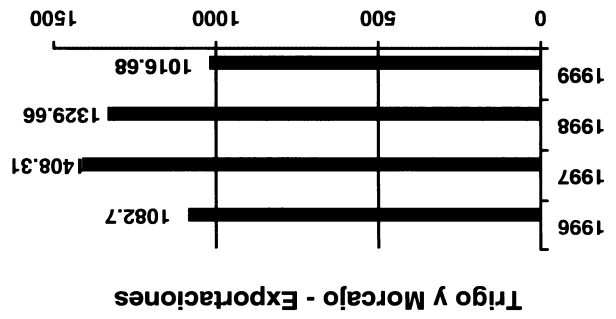
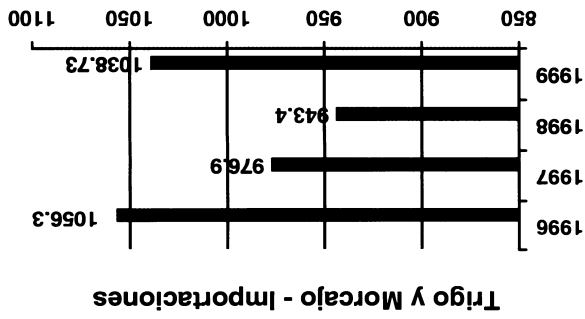
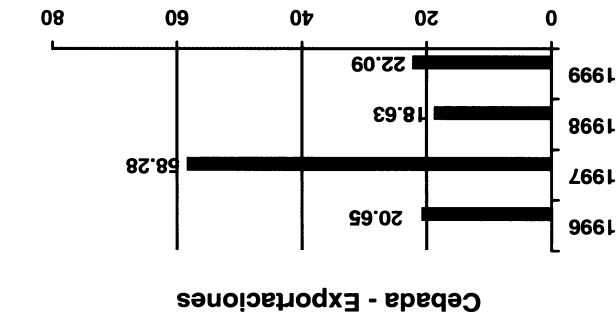
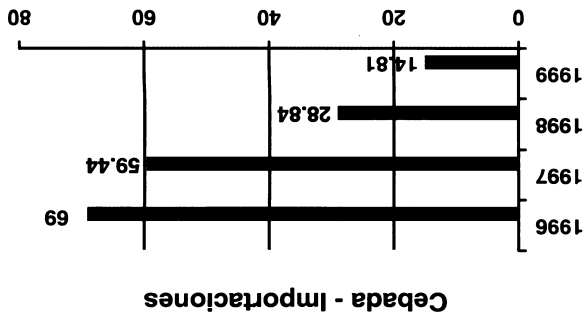
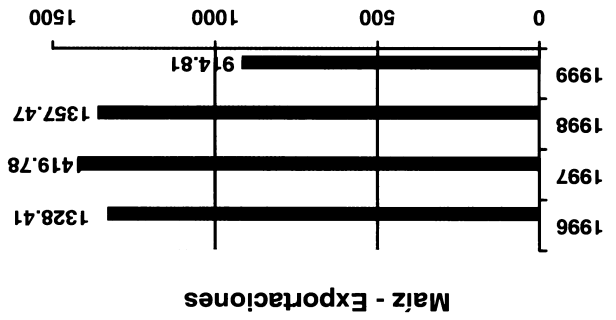
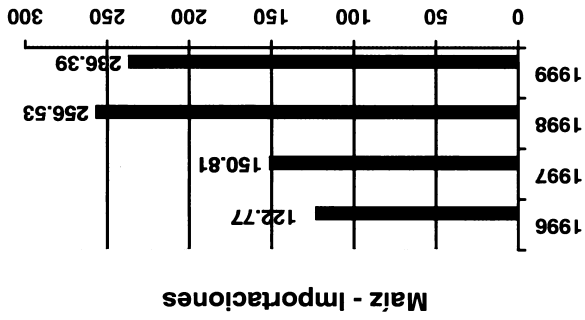
(Cifras en millones de US\$)

ACEITES



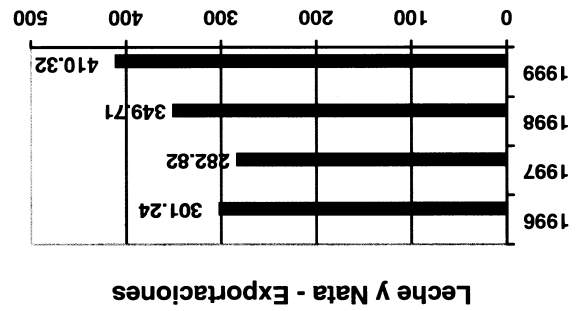
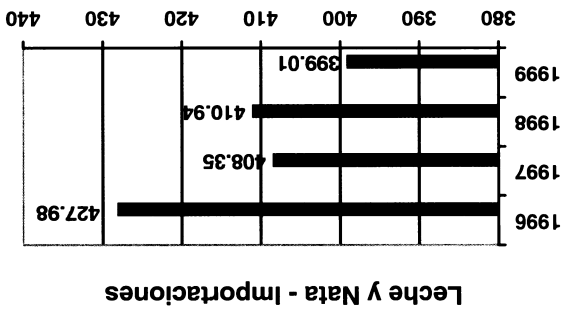
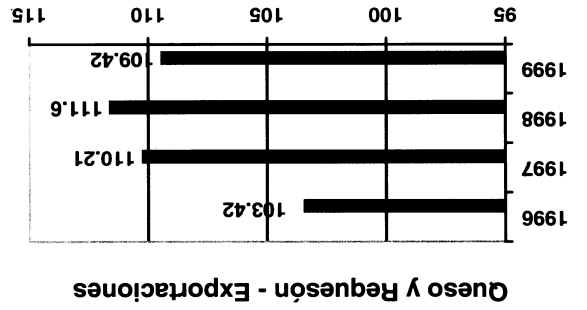
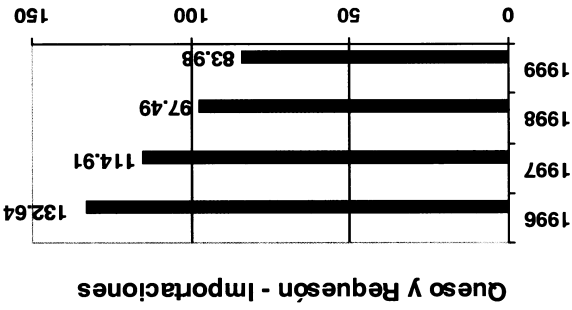
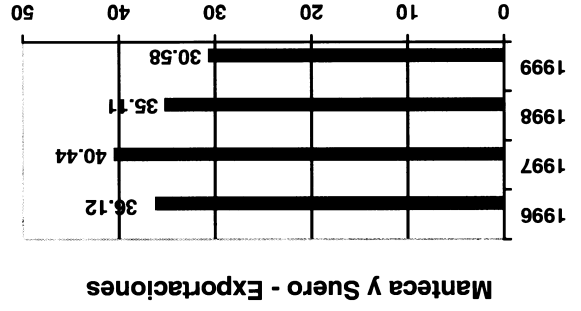
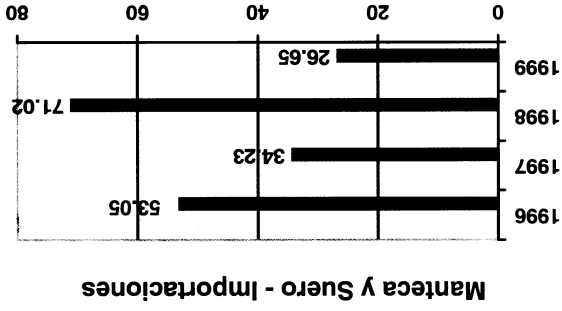
(Cifras en millones de US\$)

CEREALES



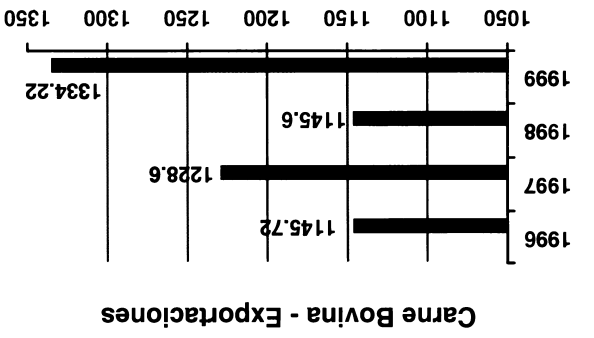
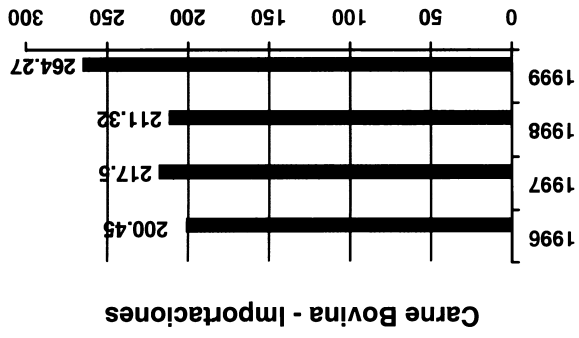
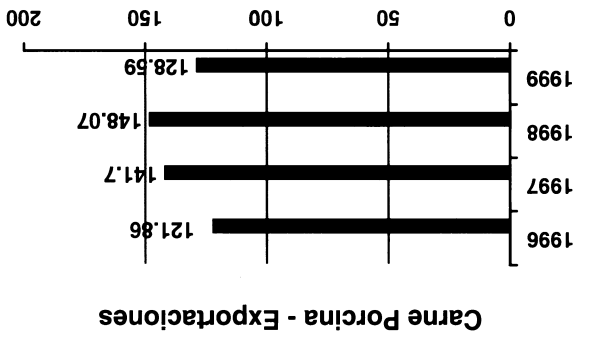
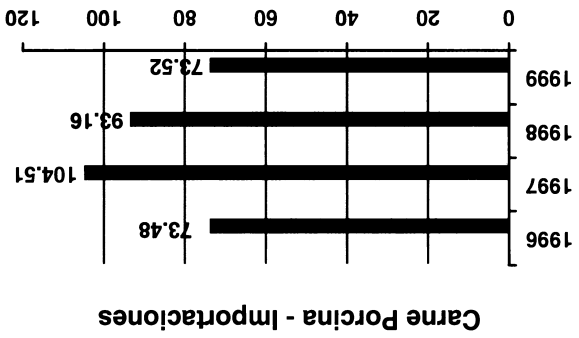
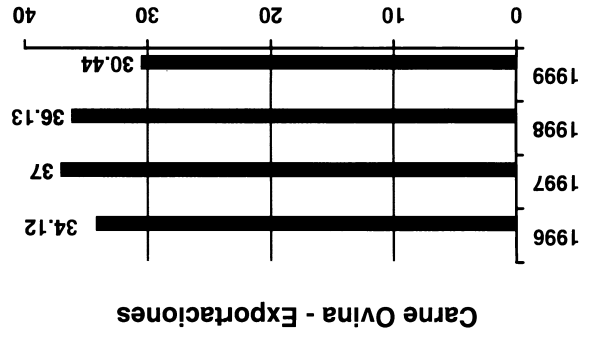
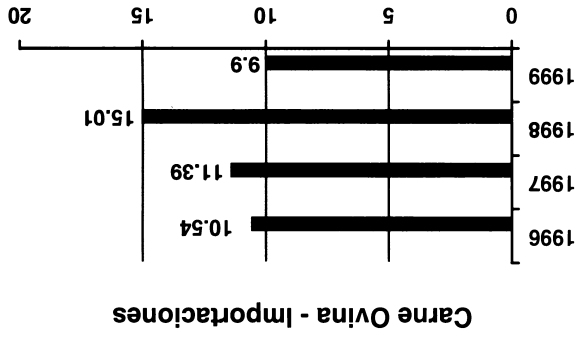
(Cifras en millones de US\$)

CEREALES



(Cifras en millones de US\$)

LÁCTEOS

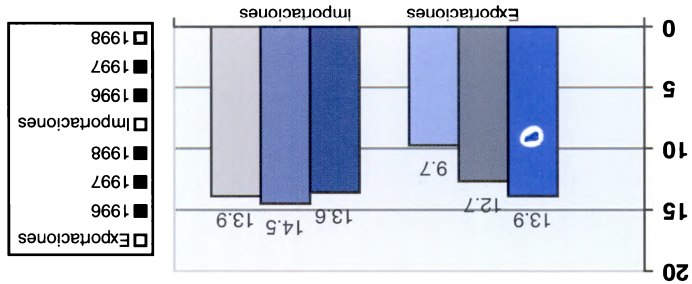


(Cifras en millones de US\$)

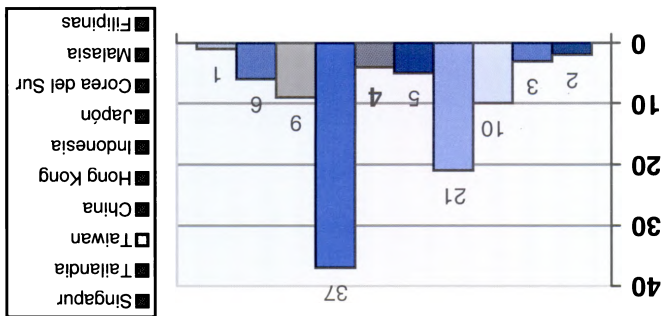
CARNES

COMERCIO MERCOSUR - ASIA PACÍFICO

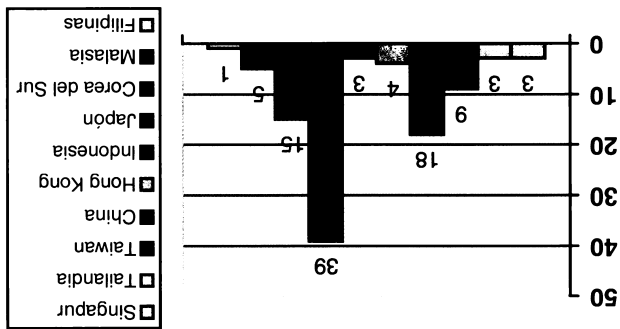
Participación del Asia Pacífico en el comercio total del MERCOSUR



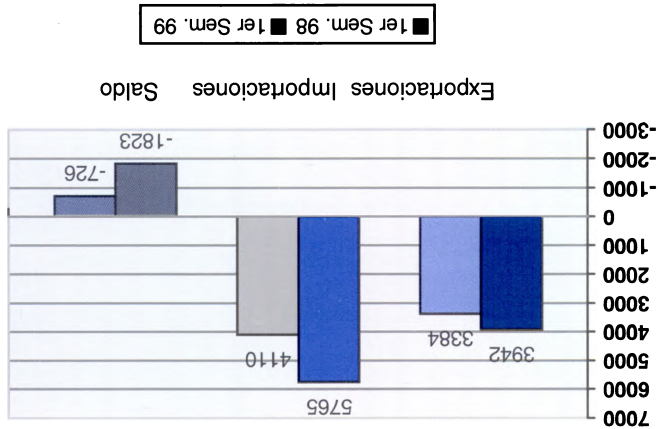
Destino de las exportaciones del MERCOSUR



Origen de las importaciones del MERCOSUR



Balanza comercial MERCOSUR-Asia Pacífico, primer semestre de 1998 y 1999 (En millones de dólares)



	Aranceles Nominales				
Arancel Efectivo	1998-99	1994-95	1991-92	1985	
Argentina	12%	12%	15%	26%	
Brasil	10%	12%	21%	80%	
Uruguay	21%	10%	16%	72%	
Paraguay	11%	11%	12%	32%	

Promedio Arancelario en el MERCOSUR

Sector	Tarifa (%)
Productos Minerales	2,4%
Productos de la Industria Química	7,2%
Productos Agropecuarios	7,5%
Manufacturas Plásticas	11,9%
Maquinaria Eléctrica	12,6%
Alimentos Industrializados	14,7%
Material de Transporte	14,9%
Productos Textiles	17,1%

Tarifas promedio para los principales sectores en 1999

Arancel Externo Común del MERCOSUR

Argentina - Brasil	Uruguay - Paraguay
Enero 1995	Enero 1995
Nivel tarifario inicial	Nivel tarifario inicial
25%	25%
Enero 1996	Enero 1996
50%	25%
Enero 1997	Enero 1997
75%	50%
Enero 1998	Enero 1998
100%	50%
Enero 1999	Enero 1999
100%	75%
Enero 2000	Enero 2000
100%	100%

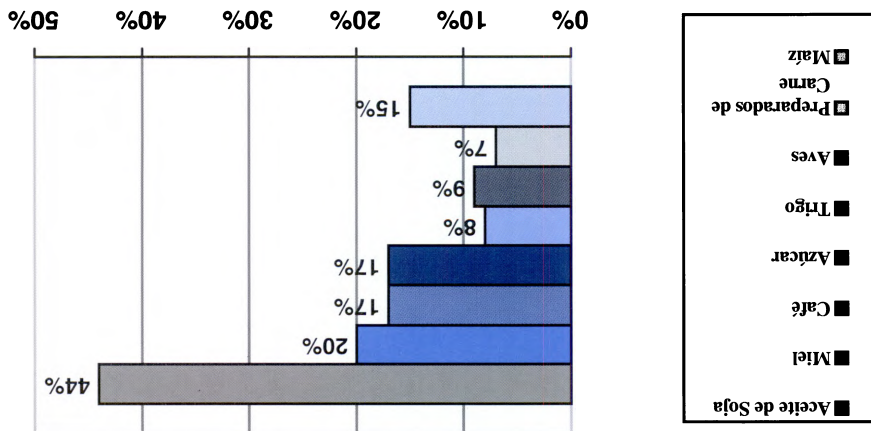
Porcentajes de reducciones tarifarias

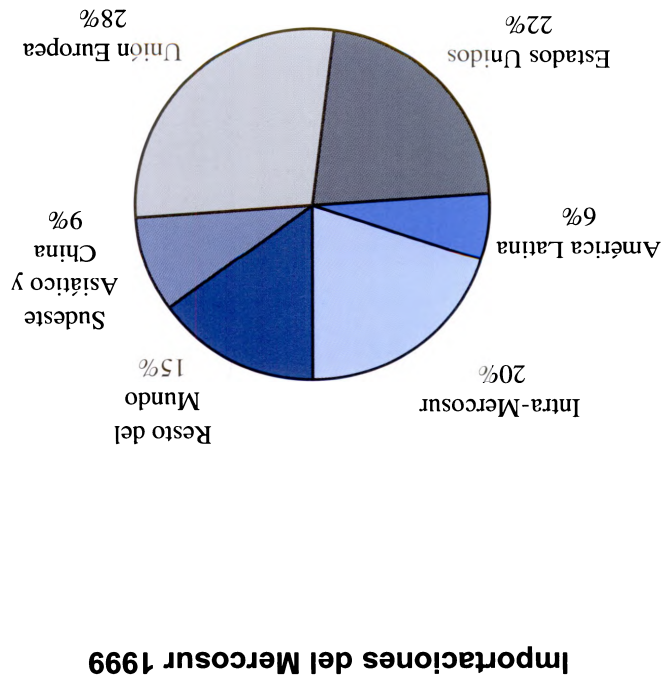
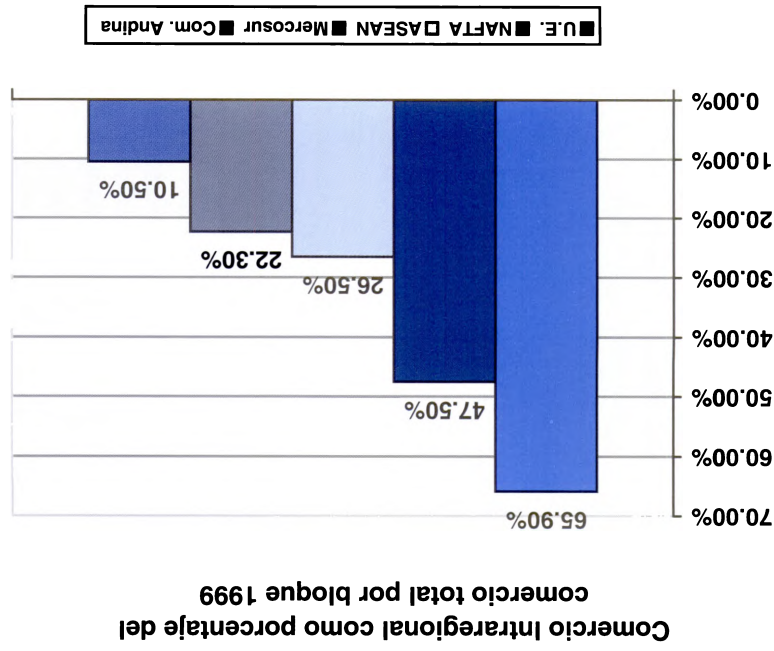
Régimen de Adecuación Intra MERCOSUR

APERTURA

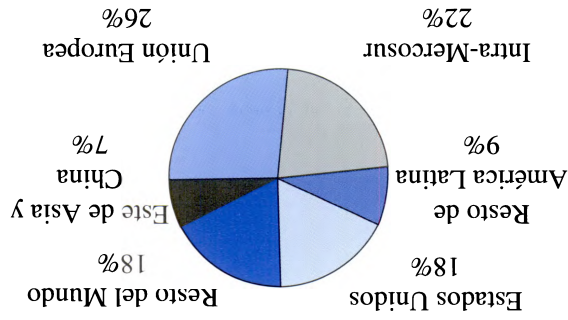
COMERCIO Y COMPETITIVIDAD

Participación del Mercosur en el Comercio Mundial de Alimentos 1999

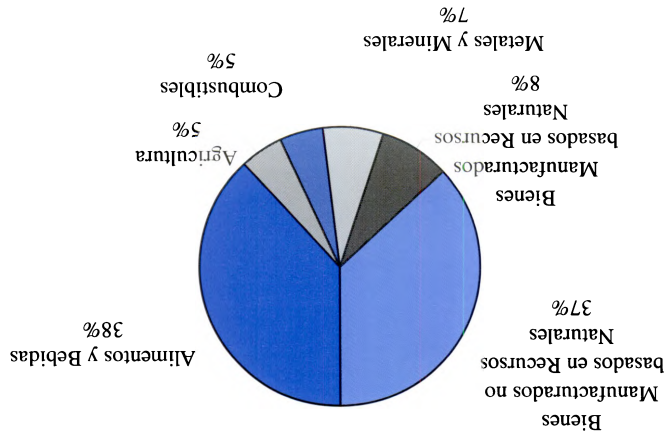




Importaciones del Mercosur 1999

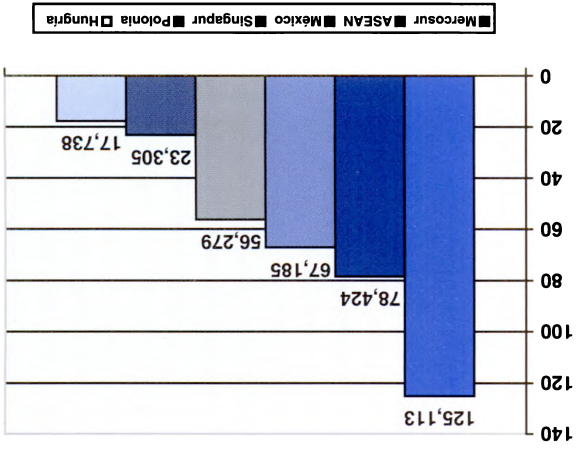


Distribución geográfica de las Exportaciones del Mercosur 1999

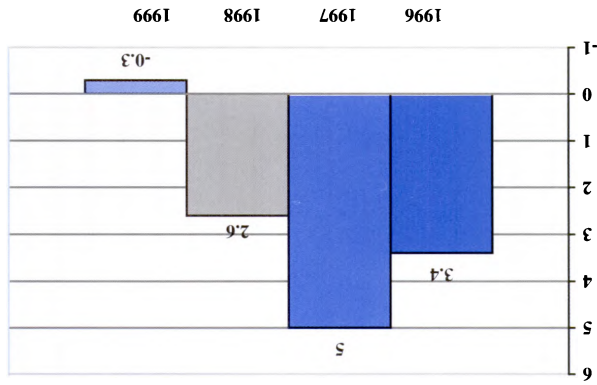


Estructura de Exportaciones de Mercosur 1999

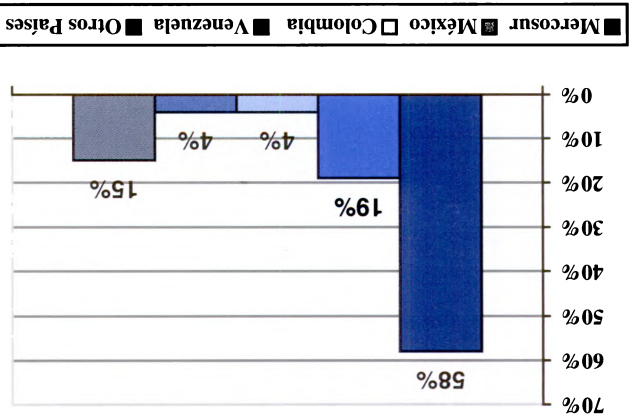
COMERCIO



Flujos acumulados de IED 1990-1999 (en millones de dólares)



Crecimiento del PBI regional (en porcentaje)



Participación del Mercosur en el PBI Latinoamericano

ÁMBITO FÍSICO Y ECONÓMICO

Área y Población (1999)

	Área Millones de Km ²	%	Población millones de habitantes	%
MERCOSUR	11.863	8.9	208.8	3.4
MERCOSUR, Chile y Bolivia	13.719	10.3	231.5	3.8
América	37.361	28.0	828	13.6
Unión Europea	3.013	2.2	376	6.2
Mundo	133.378	100	6.055	100

PRODUCCIÓN

Producto Bruto Interno (1999)

	PBI (en millones de US\$)	% PBI Regional	PBI per capita
Argentina	281.900	25.5	7.780
Brasil	707.961	64.2	4.202
Paraguay	8.594	0.80	1.604
Uruguay	19.564	1.77	5.905
Chile	75.805	6.9	4.859
Bolivia	8.900	0.83	1.114
Total	1.102.724	100	4.244

PRODUCTO BRUTO INTERNO (1999)

En billones de dólares

NAFTA	9.957
Unión Europea	8.553
Japón	3.795
MERCOSUR + Chile y Bolivia	1.102
China	1.029
ASEAN ¹	446
Rusia	304

¹ Asociación de Naciones de Asia Sudoriental

MERCOSUR. ESTRUCTURA DEL COMERCIO
COMERCIO MERCOSUR - ASIA PACIFICO
APERTURA
COMERCIO Y COMPETITIVIDAD
COMERCIO
PRODUCCIÓN
ÁMBITO FÍSICO ECONÓMICO

GRÁFICOS

3ª SECCIÓN

AGENCIAS DE COOPERACIÓN – ACS

AC - ARGENTINA

Representante: Gonzalo Estefaneli

Dirección: Bernardo de Irigoyen, 88 - piso 5
1072 Buenos Aires, Argentina

Teléfonos: (54 11) 4345 1209 / 4342 4967
4334 8282 / 4345 1010

Fax: (54 11) 345 1208

E-mail: iiicarg@iica.org.ar

AC - CHILE

Representante: José Nagel Amaro

Dirección: Fidel Oteiza, 1956, Piso 15
Providencia-Santiago-Chile

Teléfonos: (56 2) 244 2128 / 244 3680

Fax: (56 2) 244 2129/246 9175

E-mail: dirchile@iica.co.cl

AC - BRASIL

Representante: Aldo Moreira Lima

Dirección: SHIS QI-05, Bloco "D",
Comercio Local - Lago Sul
71615-090 Brasília-DF/Brasil

Teléfonos: (5561) 248 5531 / 248 5477

Fax: (5561) 248 5807

E-mail: iica@iica.org.br

AC - PARAGUAY

Representante: Roberto Casas

Dirección: Calle Juan E. O'Leary, 409
Esquina Estrella Edificio Parapiti,
Piso 5, Oficina 516
Asunción, Paraguay

Teléfonos: (595 21)441 650/490 740

Fax: (595 21) 445 048

E-mail: iica@iica.org.py

AC - BOLIVIA

Representante: Héctor Campos López

Dirección: Avenida Palca y Calle 54
Zona Chasquipampa La Paz,
Bolivia

Teléfonos: (591 2) 796 150 / 796 151
795 611

Fax: (591 2) 795 604

E-mail: sbenaivid@datacom.bo.net

AC - URUGUAY

Representante: Tomás Mulleady

Dirección: Calle Andes, 1365, Piso 8
Montevideo, Uruguay

Teléfono: (598 2) 902 0424

Fax: (598 2) 902 1318

E-mail: iica@iica.org.uy

SECRETARIA ADMINISTRATIVA DEL MERCOSUR

Sede:

Uruguay

Director:

Santiago Gonzalez Cravino
Secretaría Administrativa del MERCOSUR
Luis Píera 1992 - piso 1
CP 11200 - Montevideo, Uruguay

Teléfono:

(5982) 402 9024

Fax:

(5982) 400 0958 - (5982) 408 0557

Email:

director@mercosur.org.uy

CENTRO REGIONAL SUR: Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay

Dirección del CRS - Sede: Asunción, Paraguay

Director: Helio de Macedo Soares

Director Adjunto: Alfonso Chirinos

Calle Juan E. O'Leary, 409 Esquina Estrella

Edificio Parapití, Piso 5, Oficina 516

Asunción, Paraguay

Teléfonos: (595 21) 446 453 / 441 650 / 493 824 / 490 740
Fax: (595 21) 445 048 - E-mail: drs@hica.org.py

MERCOSUR COMITÉ DE COOPERACIÓN TÉCNICA

Argentina

Coordinador: Osvaldo Scassera

Dirección: Subsecretaría de Cooperación

Internacional
Ministerio de Relaciones
Exteriores. Esmeralda 1212
Piso 7 - Buenos Aires

Teléfono: (5411) 4819 7838

Fax: (5411) 4819 7841

E-mail: mfy@mrecic.gov.ar

Paraguay

Coordinador: Perla García

Dirección: Unidad Técnica de Apoyo.

Ministerio de Relaciones Exteriores
Presidente Franco esquina Ayolas
Ed. Ayrta 6º piso - Asunción

Teléfonos: (595 21) 494 098/494727

Fax: (595 21) 441 115

Uruguay

Coordinador: Anibal Cabral

Dirección: Ministerio de Relaciones Exteriores

Colonia 1205 - 2º piso - Mercosur
Montevideo

Teléfono: (5982) 900 1306

Fax: (5982) 9016980/902 1805

E-mail: dgim5@mree.gub.uy
(A la atención del Diplomata Anibal Cabral)

Teléfono: (55 61) 411 6863

Fax: (55 61) 411 6894

E-mail: ronaldo@abc.mre.gov.br

PROYECTO COMUNIDAD EUROPEA - MERCOSUR AGRÍCOLA “ALA 93/143 - COOPERACIÓN EN MATERIA AGRÍCOLA”

Patrocinadores: Unión Europea, MERCOSUR, Unidad de Gestión del Proyecto

Sede: Asunción, Paraguay

Dirección: Presidente Franco Nº 780 Edificio Aytra - Primer Piso Bloque B

Teléfonos: (595 21) 490 693 / 497 915

Fax: (595 21) 493 764

E-mail: cemersur@mail.com.py

Codirector Regional por MERCOSUR:

Amthal T. Fanege

Codirector por Unión Europea:

Mariano Talavera Travesedo

Coordinador Técnico Europeo:

Bernardo Martí Ocheda

Referentes de los países:

Argentina

Coordinadora Nacional
e Institucional: Roxana Blasetti

Dirección: Secretaría de Agricultura, Ganadería,
Pesca y Alimentación, -

Paseo Colón Nº 922 - Planta Baja

Of. 28 a 32 - Buenos Aires

Teléfonos: (54 11) 4349 2770/4349 2756

Fax: (54 11) 4349 2244

E-mail: sespas@sagyp.mecon.gov.ar

Brasil

Coordinadora Nacional
e Institucional: Ana María Brochado

Dirección: Ministerio de Agricultura y

Abastecimiento.

Sala 547/B - Brasília-DF.

Teléfono: (55 61) 218 2102

Fax: (55 61) 225 3653

E-mail: anamaria@agricultura.gov.br

Paraguay

Coordinador Nacional
e Institucional: Ing. Agr. Luis Vázquez

Dirección: Dirección de Defensa Vegetal

Mcal. Estigarribia Km 10,5 entre

Rodríguez de Francia y Saturo Ríos -

Ed. Del DEAC bloque B - San Lorenzo

Teléfono: (595 21) 582 787

Fax: (595 21) 582 787

E-mail: coorfito@rieder.net

Uruguay

Coordinador Nacional
e Institucional: Ing. Edgardo Recalde

Dirección: Ministerio de Ganadería,

Agricultura y Pesca.

Constituyente 1476 - 3er. Piso -

Montevideo

Teléfono: (598 2) 402 6307

Fax: (598 2) 402 6372

E-mail: mapupct@adinet.com.uy

Comisión Administradora del Acuerdo de Complementación Económica - ACE Nº 36

Referentes

Argentina	Uruguay
<p>Nombre: María Teresa Fredolino</p>	<p>Nombre: Elbio Rosselli</p>
<p>Dirección: Directora de Integración Latino-Americana</p>	<p>Dirección: Director General para Asuntos de Integración y Mercosur</p>
<p>Dirección: Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto. Esmeralda 1212 - Piso 7 - Buenos Aires</p>	<p>Dirección: Ministerio de Relaciones Exteriores Colonia 1205 2º piso - Mercosur Montevideo</p>
<p>Teléfono: (5411) 4819 79 32</p>	<p>Teléfono: (5982) 900 1306</p>
<p>Fax: (5411) 4819 7934</p>	<p>Fax: (5982) 901 6980</p>
<p>E-mail: dgim5@mrree.gub.uy (A la atención del Director Elbio Rosselli)</p>	<p>E-mail: senarec@rree.gov.bo</p>
Brasil	Bolivia
<p>Nombre: José Alfredo Graça Lima</p>	<p>Nombre: Ana María Solares Gaité</p>
<p>Dirección: Subsecretario General de Asuntos de Integración, Económicos y Comercio Exterior</p>	<p>Dirección: Viceministra de Relaciones Económicas Internacionales e Integración.</p>
<p>Dirección: Ministério das Relações Exteriores Esplanada dos Ministérios - Palacio Itamaraty Anexo 1 - 2º Andar Sala 224 Brasília, D.F.</p>	<p>Dirección: Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto Calle Ingavi esq. Junín La Paz Bolivia</p>
<p>Teléfonos: (55 61) 224 0079/4116230</p>	<p>Teléfono: (545 912) 336 722</p>
<p>Fax: (55 61) 4116091</p>	<p>Fax: (545 912) 336 722</p>
<p>E-mail: gracalima@mrree.gov.br</p>	<p>E-mail: senarec@rree.gov.bo</p>
Paraguay	
<p>Nombre: Juan Buñá - Viceministro de Relaciones Exteriores para Asuntos Económicos</p>	
<p>Dirección: Ministerio de Relaciones Exteriores Edificio Aytra - 6º piso - Asunción</p>	
<p>Teléfono: (595 21) 494 444</p>	
<p>Fax: (595 21) 441 115</p>	
<p>E-mail: vmreagn@mrree.gov.py</p>	

Comisión Administradora del Acuerdo de Complementación Económica - ACE Nº 35

Referentes

Argentina

Nombre: María Teresa Fredolino

Directora de Integración Latino-Americana

Dirección: Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto.

Esmeralda 1212 - Piso 7

Buenos Aires

Teléfono: (5411) 4819 79 32

Fax: (5411) 4819 7934

E-mail: mts@mrecic.gov.ar

Brasil

Nombre: José Alfredo Graça Lima

Subsecretario General de Asuntos de Integración, Económicos y Comercio Exterior

Teléfonos: (55 61) 224 0079/4116230

Fax: (55 61) 4116091

E-mail: gracialima@mre.gov.br

Paraguay

Nombre: Juan Bufa

Viceministro de Relaciones Exteriores para Asuntos Económicos

Dirección: Ministerio de Relaciones Exteriores
Presidente Franco esquina Ayolas -
Edificio Ayfra - Piso 6 - Asunción

Teléfono: (595 21) 494 444

Fax: (595 21) 441 115

E-mail: vmregn@mre.gov.py

Uruguay

Nombre: Elbio Rosselli

Director General para Asuntos de Integración y Mercosur

Dirección: Ministerio de Relaciones Exteriores

Colonia 1206 - Piso 2 - Montevideo

Teléfono: (5982) 900 1306

Fax: (5982) 901 6980/902 1845

E-mail: tgi5@mree.gub.uy

(A la atención del Director: Elbio Rosselli)

Chile

Nombre: Osvaldo Rosales Villavicencio

Secretario Ejecutivo del Comité Técnico del Mercosur

Dirección: Dirección General de Relaciones

Económicas Internacionales
Alameda Libertador Bernardo

O Higgins Nº 1315 - Piso 2

Teléfono: (562) 565 9000

Fax: (562) 696 0639

E-mail: orosales@direcon.cl

MERCOSUR: GRUPO AD HOC - AZÚCAR

Argentina

Coordinador: Felipe Frydman

Dirección: Ministerio de Relaciones Exteriores,

Comercio Internacional y Culto

Esmeralda 1212 - piso 7° -

Buenos Aires

Teléfonos: (5411) 48197849

Fax: (5411) 48197866

E-mail: fef@mrecic.gov.ar

Brasil

Coordinador: Carlos Alberto Simas Magalhães

Dirección: Ministerio de Relaciones Exteriores

Esplanada dos Ministérios - Anexo I -

70170-900 Brasília - DF

Teléfonos: (55 61) 411 6082/85

Fax: (55 61) 411 6081

Paraguay

Coordinador: Wilfrido A. Zárate G.

Dirección: Ministerio de Industria y Comercio

Cap. Pedro Villamayor casi /

Nicolás Blnoff - Asunción

Teléfonos: (595 21) 513 531/7

Fax: (595 21) 513 538

E-mail: ormic@mixmail.com

Uruguay

Coordinador: Antonio Pérez Errazquin

Dirección: Oficina de Planeamiento y

Presupuesto de la Presidencia

de la República

Av. Luis A. de Herrera 3350 - 3er

piso - Montevideo

Teléfono: (5982) 203 8253

E-mail: oppcmer@adimet.com.uy

MERCOSUR - SUBGRUPO DE TRABAJO Nº 8 - AGRICULTURA

Argentina	Paraguay
<p>Coordinadores: Gabriela Catalani y Jorge Iurizza</p> <p>Dirección: Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación Avenida Paseo Colón 922 - Planta Baja Of. 28 a 32 Buenos Aires</p> <p>Teléfonos: (5411) 4349 2728/2770</p> <p>Fax: (5411) 4349 2244</p> <p>E-mail: gcatal@sagyp.meccon.gov.ar jiurra@sagyp.meccon.gov.ar</p>	<p>Coordinador: Aristides Raidán</p> <p>Dirección: Ministerio de Agricultura y Ganadería Comisión Especial de Comercio Internacional e Integración (CECII) - San Lorenzo</p> <p>Teléfonos: (595 21) 582 290/585 031</p> <p>Fax: (595 21) 582 290</p> <p>E-mail: sima-dcmag@sce.cnc.una.py</p>
Brasil	Uruguay
<p>Coordinador: Constantino Souto</p> <p>Dirección: Secretaría de Política Agrícola - Ministerio de Agricultura e Abastecimiento Españada dos Ministérios - Bloco D - Sala 546 - CEP. 70043-900 Brasília - DF</p> <p>Teléfonos: (55 61) 218 2254/218 2010</p> <p>Fax: (55 61) 225 3653</p> <p>E-mail: csouto@agricultura.gov.br</p>	<p>Coordinador: Galdós Ugarte</p> <p>Dirección: Dirección de la Unidad de Asuntos Internacionales - Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca Constituyente 1476 - 3er piso - 11200 - Montevideo</p> <p>Teléfonos: (5982) 402 6365/6308/6358</p> <p>Fax: (5982) 402 6331</p> <p>E-mail: mgapuai@adinet.com.uy</p>

Los referentes de la negociación

REUNIÓN DE MINISTROS DE AGRICULTURA DEL MERCOSUR

Argentina

Brasil

Participa: Marcelo Regúnaga

Secretario de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación - Ministerio de Economía

Dirección: Avenida Paseo Colón 982 - 12

Teléfonos: (5411) 4349 2561/2163

Fax: (5411) 4349 25 04

E-mail: emabent@sagyp.mecon.gov.ar

Participa: Marcus Vinicius Prati de Moraes

Ministro de Agricultura y Abastecimiento

Dirección: Esplanada dos Ministérios - Bloco

D - 8º Andar - 70043-900 - Brasília - D.F.

Teléfonos: (5561) 2265161/218 2800

Fax: (5561) 225 9046

E-mail: prati@agricultura.gov.br

Participa: Enrique José García de Zúñiga

Ministro de Agricultura y Ganadería

Dirección: Presidente Franco 475 casi 14 de

Teléfonos: (59521) 449 951/449 614

Fax: (59521) 449 951

E-mail: dgp-mag@rieder.net.py

Paraguay

Uruguay

Participa: Gonzalo González

Ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca

Dirección: Constituyentes 1476, Piso - 11200

Teléfonos: (5982) 408 2256/4097340

Fax: (5982) 409 9623

E-mail: mgapmtr@adinet.com.uy

Las Agencias de Cooperación Técnica del IICA en el MERCOSUR, CHILE Y BOLIVIA

■ Secretaría Administrativa del MERCOSUR

■ Los referentes de la negociación

MERCOSUR, CHILE Y BOLIVIA

Directrices

2ª SECCIÓN

emergentes. En segundo lugar, las inversiones directas están creando un nuevo escenario, en donde agentes estrechamente intervinculados no están necesariamente alineados a las políticas nacionales. Por último, es necesario un nuevo marco institucional tanto a nivel nacional como internacional. Por lo tanto, organizaciones tradicionales como la FAO, el BID y el Banco Mundial enfrentan presiones para adaptarse a las nuevas condiciones. En el plano local, las economías del MERCOSUR están demandando la necesidad de construir una sólida estructura institucional que permita superar las disputas locales, hoy asociadas a un elevado costo de transición.

Las economías emergentes tienen fuertes incentivos para crear un ambiente local que apoye más las inversiones, el descenso de las barreras comerciales e incrementalmente el flujo de información entre los países. Sin embargo, considero ingenuo presumir que esto va a surgir sin esfuerzo.

Este artículo es la síntesis de una ponencia presentada por el autor en la Cumbre de Alimentos y Agronegocios celebrada en Buenos Aires, en Septiembre de 1999.

agropecuario, reduciendo en algunos casos la competitividad en el mercado. El deterioro ambiental puede introducir ventajas competitivas temporarias, que no pueden durar en el largo plazo.

Derechos de Propiedad

El sistema tradicional de patentes y propiedad intelectual está siendo cuestionado por nuevas formas de control sobre las tecnologías. Una perspectiva dinámica está reemplazando al estático sistema de patentes, que demanda que la tecnología sea transferible tal como es, independiente del contexto específico de su aplicación.

Estos tres aspectos mencionados requieren cambios en la estructura institucional, a nivel local e internacional, y el establecimiento de las organizaciones adecuadas para tratar con los nuevos temas.

Conclusiones

En primer lugar, el proteccionismo en las economías desarrolladas tiene un efecto directo en el empleo, en los indicadores sociales y en la tasa de crecimiento de las economías

Representan una intervención gubernamental para superar las fallas del mercado causadas por los efectos externos de la producción. Lentamente reconocido por el mercado como un atributo deseable, la producción ambientalmente sustentable requiere una reorganización del sistema

Restricciones Ambientales

Los consumidores de alimentos están afectados por problemas de información asimétrica, lo que significa que van a demandar una mayor y más clara información sobre lo que consumen. En el nivel gubernamental, la emergencia de las regulaciones sobre seguridad alimentaria requieren ser reforzadas. En el nivel privado el sistema de certificación fue creado para proveer al consumidor con información sobre el origen, seguridad y atributos de los alimentos.

Derechos del Consumidor

El sistema de agonegocios puede ser visto como un conjunto de agentes interconectados, que construyen esquemas de gestión que les permiten competir en el mercado mundial. Como el sistema de agonegocios no se limita a las fronteras de un país, es evidente que se encuentra enmarcado en diferentes sistemas institucionales. Las consideraciones sobre competitividad se enfocan en la habilidad de los agentes para adaptarse a los cambios en el esquema institucional. Sería de gran interés explorar algunos cambios institucionales que están teniendo un gran impacto en el sistema de agonegocios a nivel mundial. Yo he seleccionado tres para discutir brevemente.

Otros elementos relacionados al impacto económico y social de los agonegocios son los aspectos institucional y organizacional. El primer aspecto es definido por el Premio Nobel Douglas North como el conjunto de reglas formales e informales que vinculan a los miembros de una sociedad. El segundo aspecto está formado por las organizaciones que operan de acuerdo a las reglas para alcanzar sus objetivos. Voy a desarrollar este apartado desde tres niveles, el nacional, el regional y el internacional.

Instituciones y Organizaciones

El proteccionismo está basado en el concepto del Estado Nación, que hoy está en un proceso de reformulación. Esta sigue siendo la base sobre la cual se asientan las negociaciones en la OMC, que suelen durar muchos años, mientras el capital privado puede ser redirigido en semanas o meses.

La estrategia B es el resultado de las políticas proteccionistas. El caso de la empresa brasileña en La Florida es una buena estrategia desde el punto de vista privado. Las empresas, cansadas de competir contra las altas tasas de importación, decidieron saltar la valla y establecerse en el mercado protegido.

Qué nos están sugiriendo estos movimientos? Yo creo que hay dos tipos de incentivos detrás de estas estrategias, a las que voy a llamar A y B. La estrategia A esta basada en las condiciones locales de competitividad. Este tipo de incentivos es lo que atrajo a la empresa avícola Doux a Brasil, a pesar del fuerte proteccionismo del que goza este tipo de producción en la Unión Europea. Probablemente la estrategia sea la de vender la producción francesa en el mercado europeo protegido, y la brasileña en el resto del mercado global. De alguna forma, esta estrategia revela el reconocimiento por parte de la empresa de la posibilidad de un cambio en la política proteccionista, por lo que intentan diversificar sus fuentes de producción en regiones más competitivas.

Para grandes corporaciones como ADM, Cargill y Dreyfuss la ubicación en áreas de origen es una estrategia de competencia a seguir. Por un lado, compañías como Doux de Francia, el grupo Macri en Argentina y NOMICO de Holanda, compraron empresas brasileñas como parte de su posicionamiento estratégico. Por el otro, la empresa brasileña Cutrale es dueña de una gran parte de la producción de naranjas de la Florida.

Las inversiones extranjeras directas de las grandes corporaciones son relevantes para sectores específicos. La lista de empresas de agonegocios que han sido compradas es muy larga y todavía no ha llegado a su fin.

Inversiones Extranjeras Directas

grupos de interés que mantienen políticas generadoras de rentabilidad. Los países latinoamericanos son invitados a comprender (no necesariamente a acordar) la dinámica del proceso proteccionista y la organización de grupos de interés para mantener estas políticas el mayor tiempo posible.

En mi opinión, sólo cuatro elementos pueden cambiar esta perspectiva. Primero, los costos crecientes de las políticas proteccionistas y las reacciones de los contribuyentes domésticos. Segundo, la fuerza de las agencias institucionales internacionales para promover el libre comercio (aunque no son imparciales). Tercero, las fricciones entre diferentes países y la UE que beneficiar a algunos por el aumento del comercio. Y cuarto, y más importante, el flujo internacional de inversiones que puede crear nuevos grupos de presión afectados por las políticas proteccionistas.

Puedo concluir mencionando que los nuevos argumentos proteccionistas como el de la multifuncionalidad de las áreas rurales y el *dumping* social son argumentos débiles. El punto es que, en primer lugar, considero que los productores rurales argentinos y brasileños son “*farmlanders du pays*” (jardineros del país) como lo son los productores europeos, por lo que deben jugar un importante rol en la protección del medio ambiente. Además, en Brasil hay 4 millones de niños empleados en diferentes sectores, no solamente en el sector agrícola (Kossouf, 1999). Ellos trabajan para aumentar los ingresos familiares siendo el abandono de la escuela una de las principales consecuencias. Sin embargo, interpretar estas figuras como *dumping* social es una interpretación que realiza una *tabula rasa* que reduce dramáticamente la dimensión real del problema.

Puedo argumentar que parte del problema del trabajo infantil es debido al proteccionismo en el exterior. Es un desafío social local, magnificado por las políticas proteccionistas que no puede ser considerado un subsidio implícito, tal como interpretar algunos expertos a los bajos costos de los productos brasileños como el azúcar, el café y las naranjas.

ajuste en el balance del comercio tanto en Brasil como en Argentina y los acuerdos internacionales de libre comercio, no permiten que se subsidie a los sectores agrícola-ganaderos de la misma manera como se hace en otros lugares.

Los nuevos signos asociados a la oportunidad y riesgos del MERCOSUR han dado a los actores internacionales los incentivos para adaptarse a un patrón de inversiones, de localización geográfica y de alianzas dentro del área completamente nuevo. El comercio entre los países latinoamericanos y Norte América y Europa es una parte esencial para el funcionamiento de las economías locales, permitiéndonos decir que cualquier obstáculo para el comercio de productos agrícolas significará que tendrán que hacerse considerables adaptaciones en los países Latinoamericanos.

El desarrollo del proteccionismo

A pesar de los conocidos efectos del proteccionismo sobre los países en desarrollo, las políticas de reducción del proteccionismo doméstico en los Estados Unidos y en la Unión Europea han sido más lentas que lo esperado. El diálogo internacional no se está desarrollando y los ajustes no son consistentes con las guías conceptuales establecidas en las negociaciones dentro del marco de la OMC².

El escalonamiento de tarifas, como las existentes para el café y el subsidio directo para la producción de granos en la UE, y los subsidios para la exportación de la UE, van directamente en contra del discurso establecido en las negociaciones internacionales.

Las transferencias al gobierno, si se imponen tarifas, o a otros países, en el caso de cuotas, también resultan de políticas proteccionistas.

En un estudio reciente, Oliver Williamson estableció que el programa de azúcar en los Estados Unidos causó una pérdida de US\$ 3.000 millones anuales a los contribuyentes. La reacción natural es preguntar ¿por qué persisten políticas tan ineficientes?

La respuesta debe estar basada en el valor de las áreas de transferencia, motivadoras de los

² Organización Mundial del Comercio.

LOS IMPACTOS ECONÓMICOS DE LOS AGRONEGOCIOS PARA EL MERCOSUR

Profesor Decio Zylbersztajn*

Introducción

Hablar de los impactos económicos de los agronegocios en las economías nacionales es un verdadero desafío para quien ha seguido de cerca sus recientes desarrollos. Han pasado más de treinta años desde que Ray Goldberg introdujo el concepto de agronegocios, causando un enorme impacto en académicos, hombres de negocios y agentes de gobierno. La distancia entre la visión tradicional, vista exclusivamente en los impactos de los sectores, y la adopción del concepto de agronegocios, focalizado en relaciones intersectoriales dinámicas, está aún lejos de ser cubierta. Muchos profesionales y académicos todavía piensan en el funcionamiento independiente de la agricultura, la industria y la distribución en los mercados de alimentos, de fibra y de energía, perdiendo de vista frecuentemente los elementos dinámicos. De esta manera nuestras estrategias son cortoplacistas y los resultados finales son subeficientes.

Hablar de agronegocios supone focalizarse en la importancia de la coordinación de agentes actuando en la producción y distribución de los sistemas de alimento, fibra y energía. En un mundo cambiante, la capacidad de anticipar los impactos externos, de brindar información relevante a los participantes del sistema y de implementar decisiones en una forma ordenada, es lo que deberíamos desear y necesitamos comprender.

Los sistemas de agronegocios tienden a expandirse a través de las economías internacionales. Los nuevos grupos de intereses supranacionales no son necesariamente coincidentes con las fronteras nacionales, suponiendo un nuevo desafío para *policy makers* y académicos.

Los aumentos del comercio y sus obstáculos

La importancia de los agronegocios puede ser vista a través de las formas de medición tradicionales del producto bruto nacional.

Aún si tomáramos diferentes visiones sobre el tamaño de los sistemas agrícolas, uno puede medir sus impactos usando técnicas cuantitativas de análisis intersectorial. Un reciente estudio realizado por Furtunoso y Guilhoto (2000)¹ ha calculado que los agronegocios representaban alrededor del 27% del PBI de Brasil, alcanzando los R\$ 269.467 millones en 1999. Estos datos subestiman la importancia de la distribución de alimentos y no incluyen la enorme actividad informal que resulta de los altos impuestos sobre el sector privado en Brasil. Otro estudio de ABAG (2000), que utiliza la matriz de *inputs* y *outputs* para las relaciones agroindustriales brasileñas, fija en un 32% del PBI total como la medida de la importancia de los agronegocios para Brasil.

Se espera que cambie la importancia relativa de la agricultura, la industria de la alimentación y de la distribución, a medida que la economía se desarrolla. La reducción de la importancia de la agricultura puede llegar a ser balanceada por aumentos en la capacidad de otros sectores de utilizar recursos liberados en el proceso. De otra manera, los costos de adaptación podrían ser demasiado altos.

El proceso de ajuste es afectado por el proteccionismo de la Unión Europea y de los Estados Unidos, causando severos obstáculos para las economías de los países en desarrollo. Desde el punto de vista de la especialización y el cambio, uno puede esperar que la importancia de la agricultura sea relativamente más alta para las economías emergentes que para los países desarrollados, donde la industria alimentaria y la complejidad de los sistemas de distribución están bien desarrollados. Si esto es así, las políticas proteccionistas son relativamente más importantes para los países latinoamericanos de lo que son para los países de la Unión Europea y los Estados Unidos. Sin embargo, el actual período de

* Director del Programa de Agronegocios-Universidad de São Paulo, Brasil.
¹ Furtunoso, M.C.O. y Guilhoto, J.M. (2000). PIB do Agronegócio Brasileiro Confirma Dinamismo do Setor. Preqos Agrícolas. Ano XIV, n. 169, nov/dez 2000.

donde penetrar los mercados. A esta situación se debe agregar el aumento de las producciones domésticas en los mercados de destino, que, entre otras cosas, aumenta el proteccionismo (por ej: Europa y USA).

La concentración del poder de compra. El predominio creciente de las grandes cadenas supermercadistas en la compra de fruta, que llega en los principales mercados a cerca del 75%, accentuado por sus continuas fusiones. Esto lleva a buscar estrategias comerciales conjuntas no sólo de los exportadores y productores de un país sino de los países exportadores.

La saturación del consumo en algunas frutas y en ciertos mercados. El consumo per capita desequilibrado al interior de cada mercado.

La atención de mercados emergentes a los cuales hay que entrar en una posición competitiva, donde hay que efectuar un trabajo a mediano plazo para lograr el posicionamiento.

Las nuevas barreras al comercio, basadas en la protección al consumidor de agentes contaminantes y microbiológicos y del medio ambiente y los trabajadores del país exportador.

Necesidad urgente de innovar en tecnología para llegar con el producto adecuado a cada mercado y a la diferenciación del producto de tal manera de generar una demanda preferencial.

sino de un "producto final".

El manejo sustentable. En este aspecto, es preciso preguntarse, en qué medida el sistema de producción frutícola de exportación ha afectado el medio natural, la calidad de los suelos, la biodiversidad, la calidad del agua, la contaminación del entorno. En este sentido, el auge frutícola se ha basado en un paquete tecnológico donde se ha privilegiado un manejo que potencie en el corto plazo la productividad del cultivo.

La utilización de la "función respuesta" en el manejo de la fertilidad del suelo, los programas sanitarios preventivos, la fertilización, las escasas medidas de protección tanto para el medio como para las personas en la aplicación de plaguicidas hizo que en su momento hubiera una fuerte crítica sobre el sistema de producción frutícola. Sin embargo, la creciente conciencia y la preocupación de los gobiernos como así también las crecientes exigencias de los mercados ha llevado a una tendencia cada vez más común a manejos más amistosos con el ambiente como el Manejo Integrado de Plagas (MIP) y la Producción Orgánica.

Los desafíos

Competitividad creciente. La globalización de los mercados, la entrada de nuevos competidores (India, China, Egipto, etc.) y el avance de tecnologías de conservación de frutas hacen cada vez más chicos los "nichos" por

Latinoamérica, ayudado esto último con la firma de acuerdos comerciales bilaterales, como el caso del MERCOSUR. Actualmente se exporta fruta chilena a más de 70 países, siendo los más importantes: USA, Holanda, Italia, Japón, Brasil y México. Por otra parte existen cerca de 30 especies, siendo las más importantes: la uva de mesa, las manzanas rojas, los kiwis, las frutas de carozo, las paltas, las peras y las manzanas verdes.

Apoyo del Estado. El papel del Estado no ha sido neutro. Si bien es un mercado más bien con poca intervención del Estado, éste ha cumplido un rol "facilitador" del negocio frutícola exportador tomando en consideración su impacto social positivo en el empleo, en la generación de divisas y en la actividad económica de muchas regiones. La acción del Estado se desarrolla en diferentes campos. En primer lugar, en la apertura de mercados mediante acuerdos comerciales y protocolos sanitarios diferenciados de acuerdo a la potencialidad del país que se trate. Luego, en un esfuerzo en la promoción de los productos a través de ProChile, en acción conjunta y cofinanciada con productores y exportadores y con políticas de fomento, en especial, de la asociatividad de los productores para desarrollar mercados.

Los recursos naturales. Hay dos aspectos relativos a los recursos naturales. Uno que tiene que ver con la agregación de valor y el nivel de satisfacción del producto y el otro relativo al manejo sustentable del medio natural donde se produce la fruta.

El origen del producto. En el primer caso, se trata del origen del producto que proviene de un recurso productivo natural. Comúnmente se habla que hay "agregación de valor" cuando se transforma o elabora dicha "materia prima" en un proceso industrial. Por lo tanto, la fruta fresca (o "materia prima") se le agregaría valor al meterla en un tarro, o al ser deshidratada o hecha jugo. Sin embargo, cuando el producto final, como en el caso, es fruta fresca la agregación de valor va por la vía de hacer que dicha fruta llegue en las condiciones naturales óptimas de sabor, presentación y frescura, para lo que se necesita cadena de frío, atmósfera controlada, selección y empaque adecuado, ausencia de contaminantes, etc. En este caso, por lo tanto, no estamos hablando de una "materia prima"

vez, eran los mercados de destino de la fruta chilena. En este sentido, es notable la influencia de la fruticultura californiana; aunque es preciso destacar que la viticultura de exportación chilena es "neta" de la mendocina. Esta especialización ha llevado a nivel de toda la industria a la adopción de tecnologías de punta a nivel de toda la cadena de valor de la fruta, de acuerdo a las exigencias de los mercados de destino.

Producir especies y variedades que se consumen en los mercados externos. En el sentido estricto, al hablar de "fruta chilena" no estamos hablando de especies y variedades originarias de Chile que son apetecidas en los mercados sino de especies y variedades que son originadas y apetecidas en los mercados de destino cuya condición de "chilenas" se reduce a su excelente adaptación a las condiciones naturales y de manejo que se les da en Chile. Esta característica hace que el consumidor final no advierta "la diferencia" entre la fruta doméstica y la importada con lo cual se extiende, su disponibilidad a lo largo del año. Esto que es una ventaja, tiene su lado negativo en la medida que genera una dependencia fuerte de la fruticultura del país del material genético foráneo, lo que entre otros efectos, encarece la producción al tener que pagar los "royalties" respectivos.

Organización del proceso exportador

Integración de una cadena de valor. Los elementos que indujeron el proceso fueron desde un principio los "exportadores" que organizaron en torno suyo al resto de los agentes: productores, transportistas, navieras, vendedores de insumos, etc. con los cuales han desarrollado "articulaciones virtuosas". En un primer momento se trató de exportadores chilenos tradicionales de fruta y de cooperativas de productores. Luego, a partir de la crisis de los ochenta irrumpieron las empresas transnacionales, con la ventaja de contar cadenas de comercialización a través de todos los mercados. Las empresas exportadoras no solamente han tenido como papel comercializar la fruta de los productores, sino que, también proporcionaron financiamiento, asistencia técnica e insumos.

Diversificación de mercados. Si bien es cierto, el principal mercado es el norteamericano, en la actualidad no representa más del 40% de los volúmenes exportados. La tendencia fue siempre a la diversificación, llegando a tener una importante presencia en Europa, Asia y, recientemente en

ENSEÑANZAS PARA EL MERCOSUR DEL ÉXITO EXPORTADOR CHILENO EN EL ÁMBITO FRUTIHORTÍCOLA.

Antonio Yaksic*

pueden consignar el clima: sus especiales características para producir frutas de áreas templadas y, por otro lado, su gran variedad ocasionada por "lo largo" del país, lo que aumenta el período de cosecha de las frutas y sus variedades, mejorando su disponibilidad en los mercados. Por último, hay que considerar una situación sanitaria superior a sus eventuales competidores derivada de las características climáticas y del aislamiento natural de la zona productora (desierto, cordillera y mar).

El condicionamiento económico. Un elemento importante para la competitividad del sector exportador frutícola chileno se encuentra en tres elementos que apoyaron su desarrollo. En primer lugar, un modelo económico basado en la apertura comercial unilateral, con aranceles bajos y parejos y un tipo de cambio real alto. En segundo término, un mercado de tierras muy activo en el período post-reforma agraria que permitió reagrupar la tierra en unidades a una escala que le dio más eficiencia al negocio frutícola y, por último, la presencia de un Estado "facilitador" del proceso a través de la simplificación de trámites, rebajas impositivas, el fomento de la actividad y la coparticipación en la apertura de mercados.

Qué exportar

Producir para exportar. Debido al tamaño reducido del mercado chileno, el objetivo del sector frutícola fue desde un inicio "producir para exportar". En otras palabras, hubo una especialización en producir una fruta que cumpliera las condiciones que exigían los mercados externos, tanto en calidad, condición sanitaria y presentación. Esto trajo como consecuencia la masiva adopción de métodos de cultivos, de empaque, riego, etc. introducidos desde los países con una fruticultura más desarrollada y que, a la

Es reconocido ampliamente el éxito logrado por Chile como exportador de frutas y hortalizas frescas en los últimos veinticinco años. Este hecho está lleno de un conjunto de situaciones y características de alguna manera repetibles o no en el contexto de otros países, como son los que forman el MERCOSUR. Sin embargo, está fuera de toda duda que el caso chileno se pueda observar como una forma de extraer experiencias útiles para las exportaciones de otros países.

Las condiciones iniciales

Chile, tiene una agricultura pequeña. Su disponibilidad de tierra cultivable llega a algo así como 3.500 m² por habitante, siendo ésta menor que cualquier país sudamericano, superando en Europa sólo a Suiza y siendo similar a Israel. Esta situación hace imposible pensar en una política alimentaria autárquica. La experiencia del modelo "sustituidor de exportaciones" con una creciente dependencia externa en el abastecimiento de alimentos, un déficit creciente de la balanza comercial agrícola y su anterior modelo monoexportador (cuando el cobre era el "suelo de Chile" ya que servía para, entre otras cosas, comprar alimentos), demostró que no hay otra vía para Chile que el uso intensivo de sus recursos de manera de producir rubros de mayor valor. En la actualidad por cada 4 dólares que se exportan en rubros agropecuarios, sólo 1 dólar se gasta en importar los alimentos que no produce el país.

Las condiciones naturales. El primer elemento de carácter estratégico es la "Contraestación". Por ser un país del Hemisferio Sur aprovecha oportunamente el déficit de "Winter Fruit", siendo en muchos mercados origen del posicionamiento de la fruta chilena por ser la única "extranjera" o la que aparecía en mayor cantidad en los mercados. En segundo lugar, se

* Ex Agregado Agrícola de la Embajada de Chile en Argentina.
Ex Director del Servicio Agricultura y Ganadero de Chile.

Rosario, Noviembre 2000

Así, podremos construir una visión de futuro compartida, que nos dé el impulso necesario para hacerla realidad.

El recurso de los pueblos está en su gente y el MERCOSUR es una oportunidad que debemos aprovechar, integrando nuestras fortalezas y comprendiendo que debemos incorporar conocimientos a nuestros recursos naturales y humanos.

Este contexto supone una oportunidad única para insertar al MERCOSUR en los mercados mundiales de alimentos. Sin embargo, se requiere una actitud superadora de prejuicios o de análisis ideologizados.

(d) la Biotecnología está siendo considerada un factor capaz de conformar una "nueva economía".

MERCOSUR; y

(c) los avances en el sistema de siembra directa y en las ciencias biotecnológicas en el

en las prácticas agrícolas;

(b) el creciente reclamo de sustentabilidad en los próximos 25 años;

(a) El fuerte aumento de la demanda de alimentos previsto para los próximos 25 años;

Estamos frente a una oportunidad única caracterizada por los siguientes elementos:

Estamos frente a una oportunidad única caracterizada por los siguientes elementos:

Este es un hecho auspicioso, ya que por primera vez el sector productivo y el científico están unidos. Sin embargo, existen una serie de proyectos en las cámaras legislativas de distintas provincias en la Argentina, cuyo tratamiento es muy lento.

Este es un hecho auspicioso, ya que por primera vez el sector productivo y el científico están unidos. Sin embargo, existen una serie de proyectos en las cámaras legislativas de distintas provincias en la Argentina, cuyo tratamiento es muy lento.

Este es un hecho auspicioso, ya que por primera vez el sector productivo y el científico están unidos. Sin embargo, existen una serie de proyectos en las cámaras legislativas de distintas provincias en la Argentina, cuyo tratamiento es muy lento.

Este es un hecho auspicioso, ya que por primera vez el sector productivo y el científico están unidos. Sin embargo, existen una serie de proyectos en las cámaras legislativas de distintas provincias en la Argentina, cuyo tratamiento es muy lento.

Este es un hecho auspicioso, ya que por primera vez el sector productivo y el científico están unidos. Sin embargo, existen una serie de proyectos en las cámaras legislativas de distintas provincias en la Argentina, cuyo tratamiento es muy lento.

Este es un hecho auspicioso, ya que por primera vez el sector productivo y el científico están unidos. Sin embargo, existen una serie de proyectos en las cámaras legislativas de distintas provincias en la Argentina, cuyo tratamiento es muy lento.

Este es un hecho auspicioso, ya que por primera vez el sector productivo y el científico están unidos. Sin embargo, existen una serie de proyectos en las cámaras legislativas de distintas provincias en la Argentina, cuyo tratamiento es muy lento.

Este es un hecho auspicioso, ya que por primera vez el sector productivo y el científico están unidos. Sin embargo, existen una serie de proyectos en las cámaras legislativas de distintas provincias en la Argentina, cuyo tratamiento es muy lento.

Este es un hecho auspicioso, ya que por primera vez el sector productivo y el científico están unidos. Sin embargo, existen una serie de proyectos en las cámaras legislativas de distintas provincias en la Argentina, cuyo tratamiento es muy lento.

Este es un hecho auspicioso, ya que por primera vez el sector productivo y el científico están unidos. Sin embargo, existen una serie de proyectos en las cámaras legislativas de distintas provincias en la Argentina, cuyo tratamiento es muy lento.

Este es un hecho auspicioso, ya que por primera vez el sector productivo y el científico están unidos. Sin embargo, existen una serie de proyectos en las cámaras legislativas de distintas provincias en la Argentina, cuyo tratamiento es muy lento.

Las Fortalezas y las Debilidades

Nuevamente aparecen los miedos y la incomprensión de aquellos que no pueden reconocer que debemos ser innovadores e incorporar los desarrollos científicos y tecnológicos para avanzar en el desarrollo económico.

Nuevamente aparecen los miedos y la incomprensión de aquellos que no pueden reconocer que debemos ser innovadores e incorporar los desarrollos científicos y tecnológicos para avanzar en el desarrollo económico.

Nuevamente aparecen los miedos y la incomprensión de aquellos que no pueden reconocer que debemos ser innovadores e incorporar los desarrollos científicos y tecnológicos para avanzar en el desarrollo económico.

En Argentina más del 90% de la soja es transgénica lo que permitirá, si se cumplen los pronósticos para este año (2000/2001), la duplicación de la producción en 5 años, desde la campaña 96/97 a la 2000/01. A pesar de que la Argentina es el segundo país en el empleo de transgénicos y que tiene un muy buen sistema regulatorio en bioseguridad, ha entrado en una moratoria de hecho hace dos años, y durante el año 2000 no se han aprobado nuevos eventos para la comercialización. Además, la autorización de ensayos experimentó importantes retrasos. Brasil, a pesar de tener un régimen regulatorio similar al argentino y de haber realizado más de cuatrocientos ensayos durante el año 2000, experimenta trabas al desarrollo de esta tecnología debido a la oposición de distintos sectores que obstaculizan la producción.

La Argentina tiene una larga tradición en materia de biotecnología y cuenta con una escuela en biología molecular reconocida mundialmente, de la que salieron tres Premios Nobel. Cincuenta grupos científicos trabajan en biotecnología de plantas en Argentina, y más de cien en Brasil.

Biotecnología y MERCOSUR

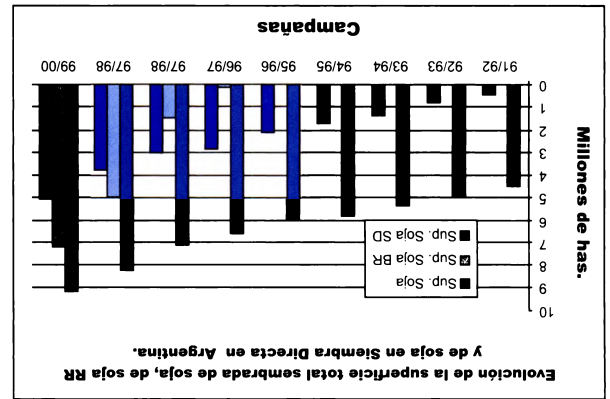


Gráfico Nº2:

Otro componente esencial de la productividad es la composición genética de la semilla. El ambiente y la genética interactúan en la productividad del sistema agrícola. De allí la idea de que la siembra directa y la biotecnología se potencian y permiten sostener la producción a lo largo del tiempo de manera sustentable; aumentando, por lo tanto, sus niveles de productividad.

El ambiente y la genética como factores de producción

El ambiente y la genética como factores de producción

El ambiente y la genética como factores de producción

Al mismo tiempo se puede comprobar la alta velocidad de adopción que la siembra directa ha tenido en los productores del MERCOSUR, lo que nos transforma en pioneros de este sistema. Esto constituye un ejemplo para el mundo, una «marca» que tenemos que registrar. Además, la agricultura sustentable puede ser un sello de «calidad» del MERCOSUR. Como sostiene el Ing. Huergo: «La calidad de un alimento se

Por otro lado, si consideramos que existen alrededor de 1.400 millones de hectáreas de superficie cultivable en el mundo, y que sólo 58 millones de ellas utilizan siembra directa (4% del total), se puede concluir que este sistema no es responsable del saldo preocupante de erosión, degradación de suelos y contaminación de aguas que ha dejado la agricultura en el último siglo. Además se puede afirmar que el sistema de siembra directa constituye la prueba de que se puede producir sin esos costos ambientales.

Este sistema de producción ha cambiado la forma de producción agrícola y constituye una de las principales fortalezas del MERCOSUR. La Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay reunieron 23,5 millones de hectáreas en el año 2000, lo que representa un 40% de la siembra directa que se realiza en el mundo.

Fuente: Rolf Dersch, "Frontiers in Conservation Tillage and Advances in Conservation Practice"

PAIS	1998/99
Estados Unidos de América	19.347.000
Brasil	11.200.000
Argentina	7.270.000
Canadá	4.080.000
Australia	1.000.000
Paraguay	790.000
México	500.000
Bolivia	200.000
Chile	96.000
Uruguay	50.000
Otros	1.000.000
Total	45.533.000

Tabla Nº1: Superficie de siembra directa en diferentes países, año 1998/99 (Hectáreas)

La siembra directa es una tecnología que no solo se aplica a las grandes empresas agropecuarías, sino que también ha sido adoptada por pequeños productores en diversos cultivos, incluyendo la horticultura. Brasil y Paraguay son pioneros en esta materia. La siembra directa en la pequeña propiedad no solo posibilita la sustentabilidad y la mejora de la productividad agrícola, sino que además está asociada a la disminución del esfuerzo humano para realizarla. Cuando se practica la siembra directa, se calcula una reducción del trabajo del orden del 20% respecto a la agricultura convencional.

Siembra Directa y los pequeños productores.

En el Gráfico Nº1, se muestra la evolución que ha tenido la superficie de siembra directa en la Argentina, según datos de AAPRESID. En el año 1992, con motivo de la realización de la Cumbre de la Tierra, realizada en Río de Janeiro, Brasil, se constituyó la Confederación de Asociaciones de Americanas para la Agricultura Sustentable (CAAPAS), que reúne asociaciones de productores en siembra directa del MERCOSUR. Esto constituye una nueva señal del espíritu pionero e innovador de los productores de la región.

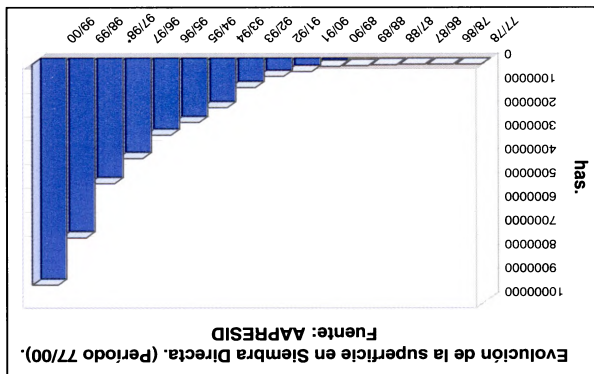


Gráfico Nº1:

definió desde siempre, según sus características intrínsecas. Sin embargo en la actualidad hay una tendencia a incorporar conceptos no ligados al alimento en sí mismo, sino al proceso de elaboración. Es lo que sucede con los productos orgánicos, con la denominación de origen, que da fe que se cumplió determinado protocolo y que exigen un proceso de certificación. Existen segmentos de mercado que valoran estos procesos y están dispuestos a pagar por ello».

SIEMBRA DIRECTA Y BIOTECNOLOGÍA: UNA OPORTUNIDAD PARA EL MERCOSUR

Dr. Víctor H. Trucco*

que obligaron a replantear las formas de producción respetando el medio ambiente.

Al respecto Bourlaug señala que: «El desafío de los investigadores y agricultores de todo el mundo en los próximos 25 años, consiste en desarrollar y aplicar las tecnologías capaces de aumentar entre un 50 y 75% la productividad de los cereales y aún más; y hacer esto en forma económica y ambientalmente sustentable».²

La Siembra Directa y su impacto sobre el ambiente global

La agricultura sustentable tiene como base fundamental el sistema de siembra directa. Este tipo de siembra comprende la eliminación de las labranzas, el manejo balanceado de nutrientes para el control de raspos, malezas y enfermedades y para las prácticas racionales de control de plagas; contribuyendo además a la economía en el uso del agua.

Como beneficio adicional de la siembra directa puede señalarse el aumento de materia orgánica que se produce en los suelos, lo que constituye un secuestro del carbono de la atmósfera. Esto implica una contribución de la siembra directa a mitigar el efecto invernadero.

Siembra Directa y su expansión en el MERCOSUR

En la tabla Nº 1 podemos observar la adopción de la siembra directa en el mundo para la campaña agrícola 1998/99. En la misma podemos apreciar que Estados Unidos ocupa el primer lugar en superficie de siembra directa, con 19,347,000 hectáreas, al que siguen Brasil y Argentina, con 11,200,000 y 7,270,000 hectáreas respectivamente. Asimismo, vemos que Uruguay y Paraguay también participan entre los primeros lugares, aún siendo países de relativamente poca superficie agrícola.

Segun Derphs la siembra directa en el MERCOSUR se ha multiplicado por veinte en el período 1987-97; mientras que en Estados Unidos se multiplicó por 4,6.

El MERCOSUR representa un desafío para todos sus países miembros. El desafío consiste en aprovechar las oportunidades y enfrentar las amenazas que éste brinda.

La integración del MERCOSUR debe ser el fundamento que permita mejorar los niveles de productividad de cada uno de los países y empresas. El fortalecimiento del MERCOSUR depende, en gran medida, de la capacidad para desarrollar una visión común que permita a la región insertarse exitosamente en los circuitos económicos internacionales a partir de la incorporación del conocimiento científico y tecnológico, factores de suma importancia para incrementar los niveles de productividad.

El MERCOSUR debe constituirse en una oportunidad para que la ciencia y la tecnología se incorporen de forma permanente a la actividad económica. El área agropecuaria y los agroalimentarios deben ser el motor de esta integración, siendo la agricultura sustentable y la biotecnología contribuciones claves para lograr este objetivo.

La Situación Actual de la Agricultura Sustentable

La agricultura sustentable ha alcanzado un desarrollo importante en un mundo que ha comprendido que si no se preservan los ecosistemas naturales, el cultivo de la tierra no será una actividad viable para las próximas generaciones. En el año 1998 la producción mundial de alimentos alcanzó los 5.000 millones de toneladas, de los cuales el 99% provienen del suelo.¹

En el siglo XX, con el aporte de la ciencia y la técnica, la producción agrícola creció a una tasa mayor que el crecimiento poblacional mundial. Sin embargo, los costos han sido enormes en términos de erosión de los suelos, de contaminación y de la demanda de agua. Esta situación ha generado fuertes presiones de la opinión pública

* Presidente de AAPRESID (Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa).
¹ Bourlaug, 7º Encuentro Nacional de Siembra Directa en la Paja, 2000.
² Idem

logística pusieron a los consumidores y al ambiente en el medio de la cuestión comercial.

Hoy ya la agricultura es mucho más compleja y requiere de los servicios, de la industrialización, y acondicionamiento, de las tecnologías informativas y biológicas para poder atender las demandas de consumidores cada vez más exigentes y con mayor poder de compra. En el otro espectro la demanda de alimentos básicos requerirá de una nueva revolución productiva basada en la biotecnología.

En resumen hoy la agricultura por sí sola no es más posible de ser analizada, entendida y mucho menos fijar políticas para ella. Hoy debemos pensar en un sector agroalimentario integrado y las políticas sectoriales deben apuntar a ello.

La debilidad institucional del sector público es importante y por ello las alianzas estratégicas entre Estados, las redes de cooperación e información, los programas cooperativos de generación y transferencia científico-técnicos,

la articulación con un nuevo sector privado integrado en cadenas. El abordaje con valentía y eficacia de los problemas sociales del modelo y de la realidad global, la asignación de recursos financieros para tales fines, deben encontrar en los organismos internacionales de cooperación técnica verdaderas palancas para fortalecer las acciones del sector público para un nuevo sector agroalimentario, y de las organizaciones sociales del medio rural, que también deben dejar viejos paradigmas y comportamientos y dar un salto cualitativo creando nuevas oportunidades con su propio esfuerzo y creatividad.

Una alianza entre los organismos internacionales de cooperación técnica, los de financiamiento, los gobiernos de la región debe estimular la cooperación horizontal, y permitir encontrar espacios de coordinación. Potenciar instrumentos comunes como la creación de redes para armonizar y mejorar el ajuste y calidad en la formulación de las políticas para el sector agroalimentario, en un proceso de integración regional renovado como el MERCOSUR.

Porque además de todo lo anterior, también en este período, en el mundo se dio una revolución científica técnica que cambió todos los paradigmas económicos y comerciales, y a través de las ciencias de la información, las telecomunicaciones y la biotecnología. Todas ellas y el transporte y la

En el primer caso, a los Ministerios de Agricultura, en general, le fueron quedando funciones subsidiarias y roles residuales, perdiendo fortaleza al interior del poder dentro de cada Estado. En el segundo caso y salvo excepciones muy notables, las gremiales rurales se fueron vaciando de contenido y representatividad, por no entender los nuevos escenarios y reglas de juego, y por no encontrar un interlocutor para el diálogo con los gobiernos, jerarquizado.

Las desregulaciones están bien si plantean nuevas y más modernas reglas de juego para que operen con ella los agentes privados, liberando así su energía creadora y su capacidad de competencia. La disminución de la intervención del Estado y su desaparición de los mercados con distorsiones nocivas para el desempeño productivo y comercial, es una política correcta. Pero siempre debe quedar un espacio jerarquizado para las políticas sectoriales agrícolas, las que deberán ser de otra naturaleza. Como por ejemplo la tecnológica, adelantándose a los nuevos desafíos de la demanda y a la integración de procesos; de negociación comercial; de planificación de la infraestructura indispensable para competir y comercializar; de creación de un ambiente favorable para atraer la inversión; de corregir distorsiones en los mercados imperfectos, no interviniendo en ellos, pero sí equiparando oportunidades a los diversos actores. Ocupándose del desarrollo integral de las áreas rurales como política social para potenciar la calidad de vida de la gente del medio rural y precisamente sus oportunidades de insertarse en una economía competitiva de mercado. Diseñando políticas sectoriales que preserven los recursos naturales - patrimonio de las generaciones futuras; Implementado políticas sectoriales que aseguren la inocuidad de los alimentos, el seguimiento de los procesos; Aplicando políticas sectoriales que estimulen la creación de cadenas para poder zafarse claramente de mercados distorsionados y administrados como el de las commodities; Implementando políticas sectoriales pro activas en el MERCOSUR, que estimulen los flujos de comercio intra bloque y a su vez las alianzas estratégicas entre empresas y sectores para competir fuera del bloque.

Los modelos de ajuste fiscal, desregulaciones y reformas del Estado, en mayor o menor medida, fueron cambiando los roles de la institucionalidad agropecuaria a nivel de los gobiernos y a nivel de las agrupaciones de productores y empresarios rurales.

Por otro lado los productores familiares y más pobres siguieron relegados y el proceso de integración, sin buscarlo, se transformó en un elemento de marginación creciente, más que un generador de oportunidades de mercado. Estos sectores lejos estaban - y están - de poder enfrentar la libre competencia en los mercados.

Al impulso de todas estas señales, aparecen sectores fuertes y dinámicos en nuestra región, con diverso suceso, como la fruticultura de clima templado, la horticultura, la forestación, la salmicultura, el sector lácteo, el sector cítrico y las frutas tropicales, y la agricultura en gran escala.

Al impulso de todas estas señales, aparecen sectores fuertes y dinámicos en nuestra región, con diverso suceso, como la fruticultura de clima templado, la horticultura, la forestación, la salmicultura, el sector lácteo, el sector cítrico y las frutas tropicales, y la agricultura en gran escala.

Al impulso de todas estas señales, aparecen sectores fuertes y dinámicos en nuestra región, con diverso suceso, como la fruticultura de clima templado, la horticultura, la forestación, la salmicultura, el sector lácteo, el sector cítrico y las frutas tropicales, y la agricultura en gran escala.

Justo es decirlo, con gran expectativa en principio, para las economías más pequeñas del bloque. Estas se posicionaban en un mercado doméstico ampliado que jamás tuvieron y jamás alcanzarían; mejoraban su poder negociador en la OMC, y al mismo tiempo este mercado doméstico se transformaba en un gran atractivo para captar capitales claves para la competencia internacional. También un espacio económico ampliado, con seguridades jurídicas en el comercio, permitía preparar a las empresas y sectores agroindustriales para acceder a mercados más exigentes.

Al mismo tiempo que todo eso ocurrió en nuestra región, las economías de nuestros países se abrieron cada vez más y en 1991 se integraron con la pretensión de transformar la unión aduanera imperfecta de estos años, en una zona económica ampliada, lo cual, en una filosofía de regionalismo abierto (un MERCOSUR plataforma y no mural), permitió avizorar nuevos tiempos para la competitividad de nuestros sectores exportadores, los cuales respondieron creciendo en su producción y productividad y multiplicando los flujos de comercio.

Al mismo tiempo que todo eso ocurrió en nuestra región, las economías de nuestros países se abrieron cada vez más y en 1991 se integraron con la pretensión de transformar la unión aduanera imperfecta de estos años, en una zona económica ampliada, lo cual, en una filosofía de regionalismo abierto (un MERCOSUR plataforma y no mural), permitió avizorar nuevos tiempos para la competitividad de nuestros sectores exportadores, los cuales respondieron creciendo en su producción y productividad y multiplicando los flujos de comercio.

LA POLÍTICA AGROALIMENTARIA DEL MERCOSUR EL APORTE DE LOS ORGANISMOS INTERNACIONALES

Alvaro Ramos Trigo*

con grandes aportes de capital, tecnología e infraestructura. La mediana producción, que conformaba el tejido social básico de nuestras áreas rurales compitió con dificultades, a costa muchas veces de la degradación de los recursos naturales, como los suelos y el agua, debiendo suplir con altas dosis de agroquímicos lo que los propios recursos naturales, por cantidad o calidad, no le suministraban. Los paquetes tecnológicos se fueron concentrando en dar respuesta a esta necesidad de oferta de alimentos en grandes volúmenes y poco diferenciados.

La agricultura familiar y campesina quedó rezagada en esta competencia, limitándose a un rol de subsistencia, reproducción de su propia fuerza de trabajo, residencial; o produciendo exclusivamente para el mercado interno y aun local.

Paralelamente los cambios en los modelos económicos originaron un proceso acelerado de desindustrialización tradicional, generando el espacio para la aparición de una nueva forma de industria vinculada estrechamente a la fase agrícola, que comenzó con la construcción de cadenas integrando ambas fases, para poder competir mejor en determinados nichos de mercados.

Estos hechos fueron impulsados por un lado, por la crisis sostenida del precio de las *commodities*. Por otro lado, apareció un imperfecto proceso de liberalización de la agricultura, comenzado en el GATT, que si bien no abolió hasta hoy los subsidios y las trabas y gran parte del comercio administrado, generó en la OMC un escenario para el planteamiento de demandas; compromisos en el sentido de la liberalización; planteó reglas insatisfactorias - pero reglas al fin - y creó en nuestros sectores empresariales agrícolas la conciencia que había que atender la negociación comercial como parte indivisible de las funciones de gestión empresarial para los agricultores.

Parafraseando a un gran General, que no

Nunca ha resultado tan claro como en estos últimos años de fin de siglo, los profundos cambios que ha vivido el sector agrícola de nuestros países. Los del MERCOSUR y los de toda nuestra América Latina y el Caribe.

Esta ha sido una región históricamente productora de alimentos, materias primas y *commodities*. Durante todo este siglo, el cual estamos terminando, nuestro papel dentro del escenario internacional fue suministrar diversos tipos de alimentos al mundo como materias primas para su elaboración final en los países desarrollados, donde se concentró el consumo con capacidad de compra.

Quizás los casos más paradigmáticos sean los del cacao, la papa, el maíz, la carne bovina, y también los frutos tropicales y los productos del mar.

La región formada por los seis países del MERCOSUR ampliado, antes de su conformación como bloque económico comercial y hasta hoy, ha sido una región productora fundamentalmente de alimentos de clima templado para la exportación.

Trigo, cebada, arroz, soja, maíz, sorgo, lácteos, carne bovina y ovina, y fibras textiles como algodón, lino y lana.

En este escenario la agricultura se especializó como un sector específico con sus peculiaridades y externalidades propias, y logró en los últimos veinte años, en todos los países del MERCOSUR, aumentos muy importantes y sostenidos en sus niveles de productividad y rendimientos. Claro que estos crecimientos y esta caracterización de una agricultura extensiva productora de *commodities*, crearon en nuestros sectores agropecuarios dos tipos de estructuras empresariales, sociales y económicas.

La agricultura competitiva se concentró en grandes empresas en aquellas zonas más ricas,

* Ex Ministro de Relaciones Exteriores de Uruguay.
Ex Ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca de Uruguay.
Consultor del IICA - Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, Uruguay.

Ese es el inmenso desafío que tenemos que enfrentar juntos!

Para ello, es imprescindible e impostergable que construyamos de una vez por todas un MERCOSUR sólido, fuerte y eficiente, resultado de la decisión política efectiva de cada nación. Un MERCOSUR que se presente como un bloque monolítico en las negociaciones con otros bloques y países y que tenga una acción conjugada y única de comercialización de sus productos con terceros mercados.

Tenemos todo para hacerlo. Somos tradicionales productores y exportadores de productos agropecuarios. Tenemos condiciones de expandir nuestra agroindustria y sobre todo de certificar, según las reglas internacionales, la calidad de nuestros procesos productivos y productos finales.

Las restricciones identificadas en el comercio internacional, que nos obligaron a exportar materia prima para generar empleo y riqueza en otros lugares, dejaron un enorme espacio para un inmediato y gigantesco proceso de transformación en nuestros países, a través del agronegocio, entendido como el resultado de las cadenas productivas de origen agropecuario.

El único sector capaz de absorber un enorme contingente de mano de obra con menor calificación profesional es el del agronegocio. En el área rural no habrá gran aumento en la demanda de mano de obra, pero sí lo habrá en la agroindustria, con el máximo de valor agregado al producto agropecuario.

Hoy, el mayor problema de los países en desarrollo, MERCOSUR incluido, es el de la generación de trabajo. La industria convencional moderna es obligatoriamente desempleadora, pues tiene que automatizarse. El comercio es cada vez más auto servicio y será rápidamente electrónico. Ambos, más el sector de servicios, exigen cada vez más trabajadores mejor calificados.

o sea, prácticamente US\$ 1 billón por día. Los informes preliminares indican que la Unión Europea gastó US\$ 147 billones y los Estados Unidos US\$ 97 billones en subsidios a la agricultura en el año 2000!!

Los subsidios de esos países no se restringen a los incentivos a los productores rurales, sino también a las exportaciones de los productos de los agronegocios para terceros mercados, inviabilizando el régimen de libre comercio que tanto pregonan. El azúcar exportado por nuestros países a US\$ 250/t, sufre la competencia del azúcar europeo en el mercado mundial, cuyo costo de producción es de US\$ 750/t, con un subsidio de US\$ 500/t.

El acuerdo de Marrakesh, que transformó al GATT² en la Organización Mundial de Comercio en 1994, definió como de fundamental importancia una ronda de negociaciones en 1999, para evolucionar en un "acuerdo agrícola". La reunión de Seattle, convocada para discutir el "acuerdo agrícola" entre otros temas de fundamental importancia para nuestros países en desarrollo, fue un fracaso conocido.

Los miembros del MERCOSUR son parte del Grupo Cairns, que reúne otros 13 países empujados en la apertura de mercados para los productos provenientes del agronegocio y en la discusión amplia de las relaciones comerciales entre países desarrollados y en desarrollo.

Entretanto, nada evolucionó y los números de los subsidios de los ricos en el año 2000 y las dificultades con las balanzas de exportación de nuestros países confirman la gravedad y las contradicciones del momento que vivimos en las relaciones internacionales.

Desde la década del 50 nuestros países implantaron un modelo de desarrollo basado en la industrialización convencional: industrias metalúrgicas, metal-mecánicas, químicas y automotrices, entre otras, lo que era imprescindible para nuestro progreso. Entre tanto, no hubo un desarrollo simultáneo de la agroindustria capaz de generar empleo y renta en las ciudades del interior responsables por la producción rural.

² Acuerdo General sobre Tarifas y Comercio.

EL MERCOSUR ANTE LOS SUBSIDIOS AGRÍCOLAS DE LOS PAÍSES ALTAMENTE DESARROLLADOS.

João Carlos de Souza Meirelles*

gravan sus importaciones en forma diferencial, de acuerdo a si tienen o no valor agregado, y por lo tanto hayan generado trabajo y riqueza en nuestros países. Así la soja, que exportamos a la Unión Europea, si fuese en grano tendría un impuesto cero de importación, en tanto que la harina y el aceite pueden tener hasta 17% de impuestos. El cuero bovino, si es exportado crudo, o bajo la forma de *weibue*, tiene impuesto cero de importación. En cambio, si lo fuese en las formas de *crust* o terminado pagará 6,35%.

La odiosa y discriminatoria reserva de mercado de los países ricos, seleccionando el grado de valor agregado de los productos del agronegocio que mejor les convenga, introduce la primera y brutal deformación en el comercio mundial entre los países en desarrollo y los desarrollados, tanto desde el punto de vista de la generación de trabajo y riqueza, como de la contaminación del medio ambiente.

En los dos ejemplos anteriores queda identificado el comportamiento perverso. En el caso de la soja conviene a los países desarrollados que seamos apenas productores rurales, pues hoy dominan, además del comercio internacional, también el mercado de fertilizantes, pesticidas y semillas, especialmente transgénicas. Desean que exportemos apenas granos, dificultando así la más elemental agregación de trabajo y valor a la soja, a través de la exportación, por lo menos, de aceite y de harina.

En cuanto al cuero, toleran que lleguemos hasta la etapa del *weibue*, la más contaminante, evitando así posibles restricciones ambientales de los países europeos, nuestros principales importadores.

Los 29 países más ricos del mundo, reunidos en la OCDE - Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico, según datos de la UNCTAD¹, subsidiaron su agricultura en US\$ 366 billones en 1998, US\$ 361 billones en 1999,

Es deber de conciencia de los que defienden la libertad, la justicia, la democracia y el derecho al desarrollo económico con igualdad de oportunidades para todos, luchar contra cualquier tipo de proteccionismo, que limitando el acceso a los mercados y la justa remuneración de los productos agrícolas y de los agronegocios, impide la generación de nuevos empleos y lleva al desempleo, la miseria y el hambre a gran parte de la humanidad que tiene en el sector agropecuario y en los agronegocios su única alternativa de vida.

La historia de la humanidad ha sido la de explotación de los más débiles por los más fuertes y ricos, con apenas variaciones de forma: guerras, invasiones, esclavitud, hasta la moderna dominación económica hecha con instrumentos cada vez más sofisticados, como las reservas de mercado, las barreras comerciales, subsidios, falsas barreras sanitarias, regímenes de cuotas, entre tantos otros.

Las naciones en desarrollo continúan siendo, principalmente, productoras y exportadoras de productos de origen rural, agropecuarios y minerales, especialmente bajo la forma de materia prima, en general del mismo modo como hace cien años o más, o sea, prácticamente con casi ningún valor agregado.

Los principales productos de exportación de nuestros países en el MERCOSUR sufren brutalmente con los mecanismos perversos del comercio mundial, establecidos por los países más ricos del mundo y que dominan dichas transacciones. Exportamos granos y no aceites y carnes de aves y de porcinos producidos a partir de los mismos. Exportamos cueros en la primera etapa del curtido en vez de calzados y manufacturados.

Los primeros obstáculos para nuestras exportaciones están en la protección de los mercados internos de los países desarrollados, que

* Secretario de Agricultura y Abastecimiento del Gobierno del Estado de São Paulo, Brasil.
¹ Organización de las Naciones Unidas para el Comercio y el Desarrollo.

Al mismo tiempo, los nuevos empresarios del MERCOSUR deben prepararse para operar en escenarios aún no del todo definidos, lo que necesariamente implica su internacionalización. Así lo entienden los principales grupos agroalimentarios de la región, que han abierto operaciones en los destinos más promisorios.

Así, el MERCOSUR que creció de la mano de la soja, debe prepararse para constituirse en un gran proveedor de proteínas animales. Pero para ello debe ejercer una fuerte acción negociadora, ya que la tendencia prevaliente es a la agregación de valor en cada país consumidor de alimentos. Y ello daña la posibilidad de encadenar eslabones a partir de una producción competitiva en la base. Por eso, el gran desafío es lograr condiciones para que se exprese el potencial del MERCOSUR agroalimentario, evitando que sus ventajas competitivas sean capturadas a través de mecanismos proteccionistas.

una producción de calidad.

Estas ventajas competitivas no se limitan a la producción de granos y sus derivados más próximos, como aves y cerdos. La ganadería vacuna es quizá el sector más promisorio, a pesar de los problemas sanitarios que la afectan y que limitan hoy el acceso a los mercados más promisorios. La disponibilidad de tierras para cría, la gran dotación de vientres (el MERCOSUR cuenta con la mayor concentración mundial de vacas per capita) y la posibilidad de utilizar insumos forrajeros baratos, como el pasto, los granos, las proteínas vegetales y los subproductos de la industria alimenticia (malta, afrechillo de trigo y maíz, derivados de la caña de azúcar, etc.) aseguran un crecimiento continuo de

una explotación de nuevas cadenas de valor. Lo mismo pasará en el futuro con la producción de cerdos. En lácteos el crecimiento de la producción del MERCOSUR es fenomenal, pero la expansión de la demanda brasileña absorbe todo el incremento, incluyendo la fuerte oferta uruguayana también en alza.

proteínas animales provocó una explosión de demanda de soja. Y ésta se convirtió en la nueva colonizadora del MERCOSUR.

La producción de soja alcanzaba apenas a 17 millones de toneladas en 1950. Se concentraba en China y los Estados Unidos. Ahora la producción supera los 150 millones de toneladas. La tercera parte, es decir 50 millones de toneladas, se producen en el MERCOSUR. Y si bien también crece la producción en los EE.UU., hay diferencias de competitividad muy marcadas, que sólo se compensan a través de mecanismos de subsidios. Los mecanismos de sostén establecidos por la política agraria norteamericana no son otra cosa que una acción defensiva frente a la competitividad alcanzada por el MERCOSUR.

Esta competitividad se basa en la alta productividad de la soja en la región, a lo que se suma el bajo precio de la tierra y la posibilidad de operar en escala. La labor de las compañías de semillas permitió contar con variedades adaptadas para cada subregión. El desarrollo de la siembra directa jugó un papel decisivo al permitir reducciones sustanciales de costos al mismo tiempo que otorgaba mayor sustentabilidad a los sistemas. Se pasó de un modelo de rotación agrícola ganadera, a un modelo de agricultura permanente, lo que significó ganar tierras para la agricultura. La apertura económica de los años 90 permitió incorporar tecnología también en otros cultivos (principalmente maíz) con lo que se facilitó la elaboración de un modelo agrícola intensivo y sustentable.

Así, los rendimientos unitarios de la soja en la Argentina y el Brasil son similares a los de los EE.UU. Los costos de producción son inferiores, gracias a la posibilidad de operar grandes extensiones. En la Argentina el proceso de ganar escala se dio a través de distintos mecanismos, como los «pools» de siembra o el crecimiento de grandes operadores.

A ello se suma la extraordinaria infraestructura creada en los últimos años, con una industria procesadora instalada en puertos cercanos a la zona de producción. El dragado de los ríos permite la operación de grandes buques graneleros, abaratando los fletes. En el caso de la Argentina, se ha

generado una brecha muy favorable respecto al principal competidor mundial, los EE.UU., gracias al sistema portuario del Río Paraná.

Mientras en los EE.UU. las zonas de producción se encuentran a 1.500 km. de los puertos de ultramar, obligando al tránsito por barcas a través del Río Mississippi, en la Argentina los granos llegan a los puertos, se procesan y cargan en grandes graneleros directamente. Si bien se carece (por ahora) de un sistema ferroviario extendido, la cercanía a los puertos permite la operación competitiva del transporte en camiones. La cuestión cambia cuando, gracias a las nuevas variedades, se genera la posibilidad de extender el cultivo de soja a otras regiones. Ese es el desafío actual de la Argentina, cuyo cuello de botella es la falta de almacenaje y transporte ferroviario en zonas alejadas de los puertos.

En el Brasil se está desarrollando actualmente el mismo proceso, con un gran esfuerzo por convertir al río Amazonas en la vía más económica para llegar a los puertos marítimos. La vía Paraná-Tieté, y la hidrovía del Paraguay-Paraná, junto con el desarrollo del sistema ferroviario, garantizan la continuidad del proceso de expansión agrícola del MERCOSUR motorizado por la soja.

La expansión sojera fue acompañada por el crecimiento de la producción de granos forrajeros, cuya demanda crece «pari passu» con la de las proteínas vegetales. En la producción moderna de pollos, cerdos, leche, peces en piscifactorías, etc., se requiere una fuente energética. Y ésta es provista por los granos forrajeros, principalmente el maíz. En el MERCOSUR se producen ya 60 millones de toneladas de granos forrajeros. Brasil aporta 30 millones de toneladas de maíz y la Argentina 15. El resto es sorgo granífero y otros granos menores, como la avena, la cebada no utilizada por la industria cervecera y el centeno.

Gracias a la expansión maticero-sojera del MERCOSUR, la región se ha constituido en una exportadora muy importante de carne aviar. El Brasil es el segundo exportador mundial de pollos, atendiendo a más de 50 destinos. Es una expresión de cómo la producción competitiva en la base permite generar un racimo de industrias derivadas, que implican

LA COMPETITIVIDAD DEL SECTOR AGROPECUARIO DEL MERCOSUR

Héctor Huergero*

un fuerte formador de precios, y hoy existe la percepción de que es la nueva reserva mundial de alimentos. Este es un tema clave en un mundo que ha dejado de contar con stocks oficiales, y donde las tierras fuera de cultivo en los países desarrollados se han reducido a su mínimo nivel.

Los dos grandes componentes que explican esta expansión de la producción son la incorporación de nuevas tierras, y el aumento de la productividad. En el primer caso, el fenómeno se expresa fundamentalmente en el Brasil y el Paraguay. En la Argentina lo que predomina es el salto de productividad, fruto de una revolución tecnológica sin precedentes.

Al mismo tiempo, se ha producido una especialización regional, motorizada por la tendencia a valorizar las ventajosas competencias agroecológicas. El Brasil potenció la producción de cultivos tropicales y subtropicales, desarticulando sus esfuerzos para los cultivos típicos de zonas templado-frías. Así, la Argentina se convirtió en un fuerte productor y abastecedor de trigo para el mercado brasileño, el mayor importador mundial de este cereal.

La expresión más concentrada de la expansión agropecuaria del MERCOSUR es lo que ocurrió con la soja. La soja se ha convertido en un insumo fundamental de la producción de proteínas animales. Este apetito por las proteínas animales fue el más dramático cambio del último medio siglo: se pasó de un consumo per capita de 17,2 kilogramos por habitante en 1950, a los 36 kilogramos actuales. La producción mundial, en el mismo lapso, pasó de 44 millones de toneladas a las más de 200 actuales.

Los productos pesqueros contribuyeron a satisfacer esta demanda, pero la sobrepesca originó un colapso de los caladeros a nivel mundial. La producción de cerdos y pollos se cuadruplicó. La acuicultura reemplazó parcialmente a la pesca. Y estas actividades en de transformación de proteínas vegetales en

En el año 2000, los agricultores de todo el mundo obtuvieron la mayor cosecha de la historia, al recoger 1.900 millones de toneladas de granos. Sin embargo, esta producción no alcanzó para compensar el crecimiento de la población: respecto a 1986, la disponibilidad de granos per capita disminuyó un 6%. Hoy se sitúa, a nivel mundial, en 325 kilogramos por habitante.

En el MERCOSUR, en cambio, la disponibilidad de granos per capita aumenta constantemente. Pasó de 500 kilos per capita a comienzos de los 90, a los 800 kilos actuales. Y a pesar del gran crecimiento del uso interno de cereales y oleaginosas, el MERCOSUR se convirtió en un gran proveedor mundial de estos insumos alimenticios básicos. Al mismo tiempo, expandió sus exportaciones de proteínas de origen animal, en buena parte producidas a partir de los granos básicos.

Este fenómeno tuvo lugar en un marco internacional dominado por la persistencia de trabas al comercio de productos agrícolas. Si bien en los años 90, y sobre todo tras la firma de la Ronda Uruguay del GATT, hubo una tendencia a la liberalización del comercio de alimentos, la prevalencia del proteccionismo, la producción y exportaciones subsidiadas, en la mayor parte de los países desarrollados y de muchos países en vías de desarrollo, constituyeron un fuerte contrapeso.

Ello resalta aún más la performance del MERCOSUR agroalimentario, reflejando la extraordinaria competitividad construida a partir del cambio tecnológico y la creación de una nueva estructura exportadora. Esto le permitió atender la demanda creciente de los nuevos actores en la demanda de alimentos, en especial de los países asiáticos. De no haber mediado el crecimiento del MERCOSUR, esta demanda hubiera determinado una estampida de los precios agrícolas.

De pronto, el MERCOSUR se convirtió en

* Director de Clarín Rural, Diario Clarín, Buenos Aires, Argentina.
Ex-Presidente del INTA (Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria), Argentina.
Director de la Consultora Solution Partners.

alimentaría de sus vastísimas poblaciones ofrecen una oportunidad única y seguramente irrepetible para los países del MERCOSUR en su camino para convertirse en muy pocos años en protagonistas principales del negocio mundial de los alimentos.

De allí también la importancia crucial que reviste el fortalecimiento de la asociación estratégica entre el MERCOSUR y Chile. Es a través de los puertos chilenos sobre el Océano Pacífico que en el futuro habrán de circular las fuertes corrientes exportadoras agroalimentarias de todos los países de la región hacia la zona de mayor crecimiento de la demanda mundial de alimentos.

El proyecto del Corredor Bioceánico, destinado a unir el Puerto Aguas Profundas de Sepetiba, en las proximidades de Río de Janeiro, con su similar de Mejillones, en el norte de Chile, constituye un ejemplo de ese camino para la construcción de un MERCOSUR Bioceánico, plenamente integrado a la economía mundial.

alimentos estará concentrada en esos países, encabizados por China, una nación que tiene una población de alrededor de 1.250 millones de habitantes (aproximadamente el 20 % de la población mundial), que desde hace más de dos décadas tiene un ritmo de crecimiento cercano al 10 % anual y que está en vísperas de completar la apertura de su economía a través de su inminente ingreso en la Organización Mundial de Comercio (OMC).

A las perspectivas que supone el inmenso mercado chino, hay que agregar la potencialidad de otros mercados consumidores del tamaño de la India, con más de 1 billón de habitantes y un acelerado ritmo de crecimiento económico de Malasia, Indonesia y demás países del sudeste asiático. Se trata, en todos los casos, de poblaciones que vienen de muy bajos niveles de consumo y que, en consecuencia, a medida en que elevan su nivel de vida se vuelcan masivamente hacia un mayor consumo de alimentos.

En este sentido, las limitaciones ecológicas del Asia Pacífico para satisfacer la creciente demanda

Las estimaciones de los organismos especializados indican que la mitad del incremento de la demanda internacional de

la economía mundial. Esta nueva visión estratégica necesaria para el fortalecimiento del MERCOSUR, a partir de una fuerte especialización productiva en los diferentes eslabones de la cadena agroalimentaria, está indisolublemente vinculada con las perspectivas abiertas por el constante crecimiento de la demanda de los países del Asia Pacífico, que junto a la economía norteamericana constituyen, en su conjunto, la otra gran locomotora que arrastra a

La Ruta del Pacífico

Los plazos de resolución para este replanteo estratégico del MERCOSUR se abrevian drásticamente en función de la aceleración del ritmo de configuración del ALCA, que surge de las negociaciones entabladas entre Chile y los Estados Unidos, del impulso que le otorga la asunción de la nueva administración norteamericana y de la agenda planteada para la próxima cumbre de presidentes americanos que tendrá lugar en abril en Canadá.

Hay que apostar lucida y deliberadamente a la especialización productiva del MERCOSUR en el negocio de los alimentos. En una economía globalizada, el camino de la especialización productiva en la cadena agroalimentaria es para nuestros países la base estructural para alcanzar mejores niveles de productividad, que van a permitir mayores niveles de expansión económica y atraer mayores volúmenes de inversión nacional y extranjera. Esa es la vía para la lograr una creciente diversificación industrial de todas las economías de la región.

Desde esta perspectiva, el MERCOSUR agroalimentario constituye el camino estratégico apropiado para la necesaria reformulación del bloque regional, que exige un replanteo profundo de sus condiciones de inserción en el mercado mundial, encarada desde la óptica del regionalismo abierto.

inserción de las economías de cada uno de nuestros países en el escenario de la globalización, que establece reglas de juego cada vez más exigentes en materia de competitividad internacional.

El MERCOSUR como proyecto económico y político jamás fue planteado como la edificación de una muralla fortificada para aislar a la economía de la región de las grandes coordenadas de la economía mundial. Muy por el contrario, se trató de generar una plataforma común de lanzamiento para mejorar las condiciones de

pero las nuevas circunstancias internacionales exigen ir mucho más. Hay que recordar que la creación del MERCOSUR, con el Tratado de Asunción, suscripto en 1991, estuvo acompañada por un simultánea apertura externa de las economías locales de sus países miembros, en especial de Brasil y Argentina. Porque el MERCOSUR siempre estuvo concebido como una respuesta conjunta de los países de la región a los desafíos planteados por la aceleración del ritmo de la globalización de la economía mundial.

Desde su puesta en funcionamiento, a principios de 1995, el MERCOSUR ha constituido un formidable éxito histórico. En un lapso históricamente breve, los países de la región han avanzado en un acelerado proceso de integración cuyos resultados están a la vista, sobre todo en el terreno de la multiplicación del intercambio comercial entre sus miembros y en la consiguiente atracción de una fuerte corriente de inversiones extranjeras directas.

La Reformulación del MERCOSUR

Pero la especialización primaria de origen agropecuario, constituye hoy sólo el primer eslabón del negocio de los alimentos, que para adquirir carácter competitivo requiere un altísimo nivel de productividad. Una especialización competitiva no puede restringirse entonces a la producción primaria. Tiene que extenderse a la totalidad de la cadena agroalimentaria. Sólo así puede conseguirse una base suficientemente sólida como para sostener, en términos económicos, la alta tecnología necesaria para competir en el mercado de productos de alto valor agregado.

La mejora continuada de la producción primaria, a partir de la incesante absorción de los últimos adelantos tecnológicos, en particular de las más recientes innovaciones biotecnológicas, y de normas cada vez más exigentes en materia de calidad y salubridad, se transforma en una regla insoslayable para conservar esas ventajas comparativas.

EL MERCOSUR AGROALIMENTARIO Y EL ASIA PACÍFICO

Jorge Castro*

Ese rediseño presenta dos particularidades cada vez más nítidas. En una punta, los Estados Unidos, y potencialmente los demás países altamente desarrollados, son los receptores privilegiados de las inversiones en la alta tecnología. En el otro extremo, los países del Asia Pacífico, encabezados por la República Popular China, tienden a atraer hacia su territorio, las inversiones vinculadas con los sectores de mano de obra intensiva.

Dentro de ese cuadro general, que por supuesto presenta excepciones para casos puntuales, los países del MERCOSUR presentan otra peculiaridad, que constituye el principal eje estratégico de sus posibilidades de inserción en la nueva economía mundial. Sus principales ventajas comparativas no residen en la alta tecnología, como ocurre con los Estados Unidos, ni en la mano de obra abundante y barata, como sucede en el Asia Pacífico. Residen en la notoria abundancia de recursos naturales en sus territorios.

En particular, todos los países del bloque regional tienen como común denominador sus fuertes ventajas comparativas en la cadena agroalimentaria. Esas ventajas comparativas, surgidas de los recursos naturales de la producción primaria, existen y tienden a valorizarse cada vez más. El MERCOSUR está en condiciones de convertirse, en pocos años más, en un gran protagonista del negocio mundial de los alimentos, un rubro de demanda inexorablemente creciente. En este terreno, el bloque regional está en perfectas condiciones para competir exitosamente con cualquier país o bloque de países del mundo, incluso por supuesto con los Estados Unidos.

No obstante, los países productores que disponen de vastos recursos naturales, como es el caso de todo el MERCOSUR, están obligados a trabajar incansablemente para mantener esas ventajas comparativas. Al incorporar valor agregado, estas ventajas se convierten en efectivas ventajas competitivas.

La característica central de la época histórica que nos toca vivir es la aceleración del ritmo de la globalización del sistema productivo mundial, impulsada por una formidable revolución tecnológica sustentada en los extraordinarios adelantos registrados en materia de informática y telecomunicaciones, a los que comienzan a sumarse ahora los incasantes y espectaculares avances en el terreno de la biotecnología.

El avance de la globalización implica una tendencia hacia una creciente apertura internacional de las economías. Año tras año, el comercio mundial aumenta a un ritmo superior al promedio del crecimiento de la economía mundial y las inversiones extranjeras directas se incrementan aún más que las transacciones comerciales.

En este contexto global de apertura económica generalizada y exacerbación de la competencia internacional, ya no es viable generar ventajas competitivas que no estén sustentadas en sólidas ventajas comparativas. La última gran crisis financiera internacional, desatada a mediados de 1997 en el sudeste asiático, reveló precisamente el agotamiento de un modelo de desarrollo, otora exitoso, fundado en la creación artificial de ventajas competitivas.

Es imposible formular una estrategia acertada si no se parte de un diagnóstico correcto. Esto implica asumir que, a diferencia de lo que ocurría en las décadas anteriores, previas al fenómeno de la globalización, en las condiciones del mundo de hoy, cada vez existen menos posibilidades de encarar el desarrollo de actividades económicas que no sean inmediatamente competitivas a nivel internacional.

Las ventajas comparativas pueden ser de tres tipos: una mano de obra abundante y barata; un alto e incasante desarrollo científico y tecnológico; y una dotación de recursos naturales. Sobre esos tres tipos de ventajas comparativas, está en marcha una drástica y profunda redefinición de la geografía económica mundial.

* Presidente del Instituto de Planeamiento Estratégico - Argentina.

**POTENCIALIDADES Y PROBLEMÁTICA DE LA
PRODUCCIÓN AGROALIMENTARIA DEL MERCOSUR**

1ª SECCIÓN

La Dirección Regional Sur del IICA busca presentar en este anuario, al igual que en los anteriores, propuestas de discusión que no sólo sean desafiantes para avanzar en esta aventura común entre los países y los Organismos de Cooperación Técnica como el IICA para desarrollar el sector dentro de los países del MERCOSUR, buscando la especialización productiva en el negocio de los alimentos, sino el mostrar, a través de cifras, cuadros y estadísticas, los nuevos caminos que se van abriendo y los logros alcanzados en los escasos diez años de vida que tiene el tratado de Asunción, desde que se firmó en 1991.

Helio de Macedo Soares
Director Regional Sur - IICA

En este anuario, se presentan también realizaciones y avances. Chile ha logrado en los últimos 25 años un avance sin precedentes en América Latina, como exportador de frutas y hortalizas frescas. Y, aunque el conjunto de situaciones características y estrategias usadas por los productores chilenos no son repetibles con exactitud, la experiencia puede dejar enseñanzas valdeas, tanto de los éxitos, como de las limitaciones y fracasos.

En el artículo: «El MERCOSUR agroalimentario y el Asia Pacífico», el autor reconoce la capacidad de los países del bloque MERCOSUR, que si bien no pueden mostrar notorias ventajas comparativas en tecnología, como es el caso de Estados Unidos de Norteamérica, ni una mano de obra barata y abundante como es el caso de los países del Asia Pacífico, tienen claras ventajas en la abundancia de recursos naturales. Tomando en consideración solamente los cuatro países que conforman el MERCOSUR, éstos cuentan con trece millones de kilómetros cuadrados con diversos microclimas y zonas ecológicas, lo que hace que el bloque regional tenga como común denominador sólidas ventajas comparativas en la cadena agroalimentaria. Esto hace concluir al autor que el bloque regional se convertirá, más tarde o temprano, en un gran protagonista del negocio mundial de alimentos. Todo ello reforzado por la potencialidad del mercado asiático y la proximidad a éste que tiene la Región a través de Chile o del grupo de Países del CAN.

Sin embargo, la política de subsidios de los países altamente desarrollados, son una barrera importante que limita y frena la posibilidad de este desarrollo, lo que tiene que ser analizado por los gobiernos, para que en bloque, presenten posiciones claras sobre el particular.

En el trabajo «La política Agroalimentaria del MERCOSUR. El aporte de los Organismos Internacionales» se destaca la importancia de estos últimos en fortalecer la visión de los hacedores de opinión y de las instituciones que deciden sobre las políticas del sector agropecuario, que no puede ser analizado como a un sector primario desligado de las alianzas estratégicas entre Estados, de las redes de cooperación e información, de los programas cooperativos científico-técnicos de generación y transferencia y con una fuerte y congruente integración con el sector privado.

Todos los demás artículos apuntan a hacer ver las enormes potencialidades, aún no desarrolladas a plenitud, para convertir al MERCOSUR + Bolivia + Chile en uno de los principales graneros del mundo en el corto plazo. Este es el caso del análisis que se hace de lo que los agonegocios pueden significar en el futuro de la Región.

PRESENTACIÓN DEL DIRECTOR DEL CENTRO REGIONAL SUR DEL IICA

La firma del tratado de Asunción, rubricado por los Gobiernos de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, cumple diez años de importantes realizaciones, que han permitido insertar a la Región dentro de los actuales escenarios mundiales de las integraciones regionales y de bloques.

Los logros y las potencialidades del MERCOSUR están a la vista. En estos diez años, ya nadie puede discutir las ventajas de los cambios radicales que han dejado atrás una configuración geopolítica en la que los países de la Región competían duramente entre sí en la disputa por los mercados externos.

Los avances logrados por el MERCOSUR, han animado a los países de la Comunidad Andina de Naciones (CAN), formada por Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela, a buscar un estrecho acercamiento con los países del Cono Sur, con la finalidad de conformar un bloque sólido que llevaría a una integración comercial completa de toda Sudamérica.

Obviamente, no todo ha sido éxito. El sólo hecho de que la mayoría de los socios estén planteando la necesidad de un «relanzamiento» del proceso, con la finalidad de dar un mayor dinamismo que el que se ha mostrado en los últimos meses, muestra que son indispensables algunos ajustes que permitan una mayor eficiencia y eviten un agotamiento del mismo proceso.

Han surgido, como era de esperarse, problemas nuevos que deben ser resueltos prontamente. La aparición de focos de enfermedades en ganados y plantas, hace imprescindible la necesidad de una mayor integración regional, como condición para evitar una descalificación que pudiera afectar al conjunto de Países.

Si bien se ha avanzado considerablemente en el tema de la sustentabilidad de la producción agropecuaria, es también evidente que queda mucho por hacer si se desea evitar una crisis de proporciones en el mediano plazo. En el artículo «Siembra directa y Biotecnología. Una oportunidad para el MERCOSUR», se marca el derrotero sobre lo que se debería hacer en ese tema, incorporando la ciencia y la tecnología en el desarrollo tecnológico.

MERCOSUR. ESTRUCTURA DEL COMERCIO

61	· Carnes
62	· Lácteos
63-64	· Cereales
65	· Aceites
66	· Café, té y yerbas
67	· Azúcar
68-69	· Frutas
70	· Hortalizas
71	· Tabaco
72	· Algodón
73	· Lanas
74	· Madera
75	· Papel
76	· Oleaginosas

3ª SECCIÓN

GRÁFICOS

54	ÁMBITO FÍSICO ECONÓMICO.....	· Área y población
54	PRODUCCIÓN.....	· Producto Bruto Interno Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay, Chile y Bolivia
55	· Producto Bruto Interno	· Tratado de Libre Comercio de América del Norte - NAFTA; Unión Europea, MERCOSUR + Chile y Bolivia; China; Asociación de Naciones de Asia Sudoriental ASEAN; Rusia
55	· Participación del MERCOSUR en el PBI Latinoamericano	
55	· Crecimiento del PBI regional (en porcentaje)	
55	· Flujos acumulados de IED 1990-1999	
56	COMERCIO.....	· Estructura de Exportaciones del Mercosur
57	· Importaciones del MERCOSUR	· Distribución geográfica de las Exportaciones del MERCOSUR
57	· Comercio Intraregional como porcentaje del comercio total por bloque	
58	COMERCIO Y COMPETITIVIDAD.....	· Participación del MERCOSUR en el comercio mundial de alimentos
59	APERTURA.....	· Régimen de adecuación intra MERCOSUR
		· Arancel Externo Común del MERCOSUR
		· Promedio arancelario en el MERCOSUR
60	COMERCIO MERCOSUR - ASIA PACÍFICO.....	· Participación del Asia Pacífico en el comercio total del MERCOSUR
		· Destino de las exportaciones del MERCOSUR
		· Origen de las exportaciones del MERCOSUR
		· Balanza comercial MERCOSUR - Asia Pacífico

INDICE

Presentación del Director del Centro Regional Sur del IICA 17

1ª SECCIÓN

POTENCIALIDADES Y PROBLEMÁTICA DE LA PRODUCCIÓN AGROALIMENTARIA DEL MERCOSUR

• El MERCOSUR agroalimentario y el Asia Pacífico Jorge Castro 22

• La competitividad del sector agropecuario del MERCOSUR Héctor Huergo 25

• El MERCOSUR ante los subsidios agrícolas de los países altamente desarrollados Joao Carlos de Souza Meirelles 28

• La política agroalimentaria del MERCOSUR. El aporte de los Organismos Internacionales Alvaro Ramos Trigo 30

• Siembra directa y Biotecnología. Una oportunidad para el MERCOSUR. Víctor H. Trucco 33

• Enseñanzas para el MERCOSUR del éxito exportador chileno en el ámbito frutihortícola. Antonio Yaksic 36

• Los impactos económicos de los agonegocios para el MERCOSUR Decio Zylibersztajn 39

2ª SECCIÓN

DIRECCIONES

• Direcciones del MERCOSUR, Chile y Bolivia 43

En esta área el objetivo de la cooperación del IICA ha sido el de promover el uso de medios modernos de comunicación, así como el intercambio, acceso, manejo y análisis de información relevante entre las organizaciones especializadas en el área.

La información y las comunicaciones para el desarrollo representan uno de los instrumentos más poderosos en el incremento de la competitividad, el aprovechamiento de las oportunidades de mercado y de inversión, la reducción de costos y la elevación de las capacidades. En contextos de apertura e integración, la información y las comunicaciones representan medios estratégicos para el desarrollo equilibrado de las regiones, el aprovechamiento del potencial productivo y comercial y el desarrollo de las capacidades humanas.

INFORMACIÓN Y COMUNICACIONES PARA EL DESARROLLO

La capacitación y la educación hoy revisten una de las mayores importancias para lograr la sostenibilidad de la agricultura y el medio rural sobre bases equitativas, competitivas y de gerenciamiento agroempresarial y de los recursos naturales y el medio ambiente.

En esta área el objetivo de la cooperación del IICA ha sido el de colaborar con los países, sus universidades, centros académicos y organizaciones de productores, para incrementar sus capacidades en los procesos de: a) planeamiento estratégico para el desarrollo académico, la actualización curricular y la capacitación pedagógica; y b) construcción de mecanismos y redes de intercambio y de cooperación horizontal.

EDUCACIÓN Y CAPACITACIÓN

En esta área el objetivo de la cooperación del IICA ha sido el de colaborar con los países que tengan mayor capacidad para diseñar políticas, formular y ejecutar estrategias y programas de desarrollo rural que contribuyan a elevar la competitividad y a reducir la pobreza rural.

Para apoyar más efectivamente las acciones del Instituto en el incremento de las capacidades de los países, se definió un campo prioritario de acción, orientado al mejoramiento de las condiciones de vida en las comunidades rurales.

El desarrollo rural sostenible, visualizado como el desarrollo de un conjunto de actividades agrícolas y no agrícolas, territorialmente localizadas en el ámbito de las regiones y las localidades, se constituye en una poderosa vía para focalizar las acciones tendientes a elevar la competitividad y las capacidades humanas y para incidir en los desequilibrios regionales que se están produciendo en los países.

DESARROLLO RURAL SOSTENIBLE

LA COOPERACIÓN TÉCNICA

En congruencia con la inserción internacional de los países y con los mandatos establecidos en el Plan de Mediano Plazo 1998-2002, el Instituto desarrolla esfuerzos hemisféricos en las seis principales áreas estratégicas de su cooperación técnica. El IICA centraliza sus esfuerzos por acompañar a los países en sus procesos de negociaciones comerciales; en el reforzamiento de la sanidad agropecuaria y de la inocuidad de los alimentos; en el desarrollo de la innovación tecnológica y el fortalecimiento de sus redes y sistemas de tecnología; en sus planteamientos de desarrollo rural centrados en la generación de ingresos y el empleo, el desarrollo de microempresas y con perspectiva de género, mujer y jóvenes; en sus procesos de transformación de las instituciones de educación y capacitación agropecuaria media y superior, de sus currículos académicos y de la formación de los recursos humanos; así como también en los importantes procesos de la información y las comunicaciones, recursos críticos para la toma de decisiones y el desarrollo agroalimentario y rural de las Américas.

POLÍTICAS Y COMERCIO

Para los países, el comercio, las negociaciones comerciales, sus técnicas y la información, así como la implementación de los acuerdos, el fomento de las exportaciones y de los mecanismos de mercados internos, se constituyen en elementos clave en los procesos de inserción internacional y de integración. En esta área el objetivo de la cooperación del IICA fue colaborar con los países para que éstos tengan mayor capacidad para: a) negociar y administrar acuerdos comerciales agropecuarios; b) armonizar políticas para la agricultura; y c) formular y ejecutar estrategias, políticas y programas dirigidos a elevar la competitividad.

CIENCIA, TECNOLOGÍA Y RECURSOS NATURALES

La investigación y transferencia de tecnología, así como la innovación tecnológica a lo largo de la cadena de la «finca a la mesa del consumidor», son herramientas esenciales y prioritarias en la perspectiva integral de la competitividad, la calidad y la productividad en contextos de apertura, integración e hipercompetitividad.

En esta área el objetivo de la cooperación del IICA ha sido el de colaborar con los países para que ellos tengan mayor capacidad para: a) diseñar políticas tecnológicas, b) crear y consolidar sistemas nacionales, regionales y hemisféricos; c) facilitar la transferencia internacional de conocimientos; y d) fomentar el desarrollo institucional para el manejo sostenible de los recursos naturales.

SANIDAD AGROPECUARIA E INOCUIDAD DE ALIMENTOS

La sanidad agropecuaria y la inocuidad de alimentos asociada al comercio, pero también como un asunto de salud pública, son ampliamente necesarias y crecientemente ponderadas por los países. En esta área el objetivo de la cooperación del IICA ha sido el de colaborar con los países y sus instituciones relacionadas con la sanidad e inocuidad de alimentos asociada al comercio, pero también como un asunto de salud pública para que éstas tengan mayor capacidad de formular y ejecutar políticas y programas dirigidos a lograr que los productos de origen animal y vegetal cumplan con las más rigurosas normas de sanidad e higiene y puedan competir ventajosamente en el mercado internacional y nacional.

SERVICIOS QUE OFRECE EL IICA

a) Elaboración de estudios de factibilidad y proyectos técnicos.
 b) Asesoría especializada en el diseño de metodologías, estrategias e instrumentos de análisis.

c) Implementación y administración gerencial de proyectos.
 d) Diseño y realización de cursos especializados de capacitación y educación.
 e) Diseño y manejo de mecanismos y redes especiales.
 f) Elaboración y manejo de sistemas, difusión de información, documentación y diversos medios de comunicación.
 g) Organización de foros técnicos y políticos, ferias, exhibiciones y otros eventos.
 h) Edición, diseño y publicación de libros; producción radiofónica y de videos.

EL IICA DE HOY

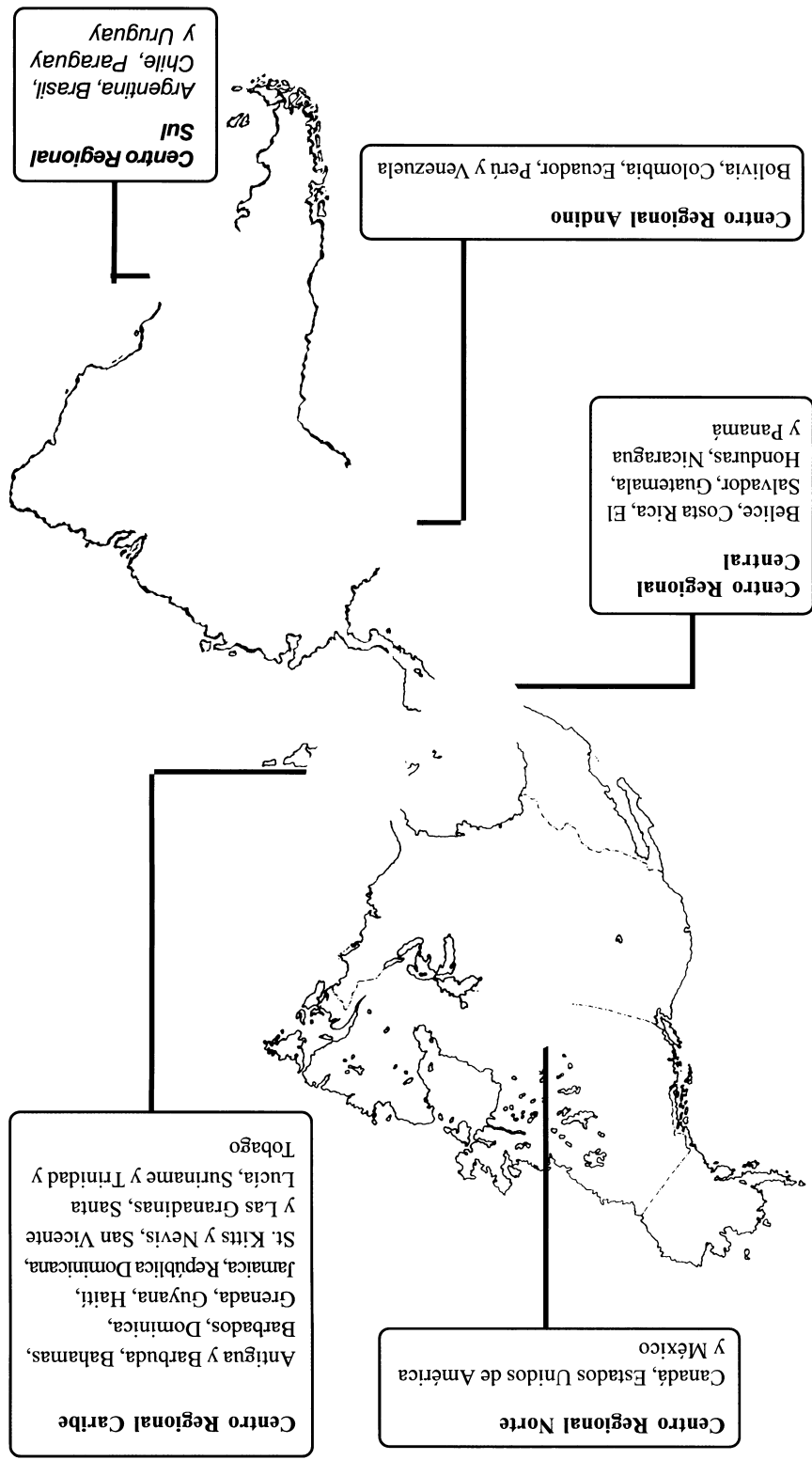
A lo largo de su historia institucional, el IICA ha sido capaz de transformarse para estar a la altura de los nuevos requerimientos de las sociedades americanas y las agendas internacionales. En consonancia con esta trayectoria, recoge el mandato de los países miembros para que, al mismo tiempo que brinda su cooperación técnica a los países, implemente un intenso proceso de transformación y modernización institucional. Así podrá responder mejor a los retos de sociedades que viven procesos acelerados de cambio y que exigen respuestas rápidas, eficaces y flexibles.

La decisión firme de mejorar y crecer, con una decidida y clara orientación hacia la excelencia y la calidad, está siendo fructífera.

El IICA es hoy una institución sólida, arraigada en las realidades de los países que lo integran, con un enorme potencial informativo, tecnológico, administrativo y cognocitivo para el desarrollo sostenible de la agricultura de las Américas.



CENTRO REGIONAL SUR
Argentina - Brasil - Chile - Paraguay - Uruguay



MISSION

El Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA) es el organismo especializado en agricultura del Sistema Interamericano. Tiene como misión estimular, facilitar y apoyar la cooperación técnica entre sus 34 Estados Miembros y las organizaciones de la sociedad civil, para impulsar el desarrollo sostenible de la agricultura y el medio rural.

TRAYECTORIA

En sus 59 años de experiencias acumuladas, el Instituto se ha ganado, por la labor desempeñada, el respecto de gobiernos, sociedades de América y de otros confines del mundo.

ESTRUCTURA DE GOBIERNO

- Junta Americana de Agricultura
Máximo Órgano de gobierno constituido por oficiales de los 34 Estados Miembros.

- Comité Ejecutivo

Segundo Órgano Directivo, compuesto por 12 Estados Miembros escogidos en forma rotatoria.

- Dirección General

Órgano Ejecutivo. Está conformada por todas las unidades ejecutivas, técnicas y administrativas.



Carlos E. Aquino González
Director General

Larry Boone
Subdirector General

Helio de Macedo Soares
Director Regional Sur

José Alfonso Chirinos
Director Regional Sur Adjunto

Gonzalo Estefanelli
Representante del IICA en Argentina

Aldo Moreira Lima
Representante Adjunto del IICA en Brasil

José Nagel Amaro
Representante del IICA en Chile

Roberto Casás
Representante del IICA en Paraguay

Tomás Mulleady
Representante del IICA en Uruguay

Roberto M. Bocchetto
Secretario Ejecutivo del PROCISUR
(Programa Cooperativo para el Desarrollo
Tecnológico del Cono Sur)

Marcelo Duncan
Secretario Ejecutivo del PROCODER
(Programa Cooperativo de Desarrollo
Rural de los Países del Cono Sur)

Waldo Espinoza
Secretario Ejecutivo del PROCTROPICOS
(Programa Cooperativo de Investigación y
Transferencia de Tecnología para los Trópicos
Suramericanos)

Argentina - Brasil - Chile - Paraguay - Uruguay
CENTRO REGIONAL SUR



IICA

2001

Chile y Bolivia

en el MERCOSUR

Agricultura

CA
3201
1001
N-9080



IICA

2001

**AGRICULTURA
EN EL MERCOSUR, CHILE Y BOLIVIA**